UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – *CAMPUS* V
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

SANDRA CRISTINA QUEIROZ PINHEIRO

ENTRE SABERES E FAZERES: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS DE LAGOA GRANDE – FEIRA DE SANTANA – BA (1970-2000)

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2024

SANDRA CRISTINA QUEIROZ PINHEIRO

ENTRE SABERES E FAZERES: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS DE LAGOA GRANDE – FEIRA DE SANTANA – BA (1970-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – *Campus* V, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em História.
Orientadora: Profa. Dra. Edinelia Maria Oliveira Souza.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Adriana Silva Freitas Sampaio CRB-5/1218

Pinheiro, Sandra Cristina Queiroz
Entre saberes e fazeres: memórias e experiências de mulheres quilombolas de Lagoa Grande – Feira de Santana – BA (1970-2000), 2024.

125 fls.

Orientadora: Profª. Drª. Ednélia Maria Oliveira Souza
Dissertação (Mestrado acadêmico - PPGHIS) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – (PPGHIS), *Campus V*. 2024.

Inclui Referências.

1. História. 2. Mulheres quilombolas. 3. Protagonismo feminino. 4. Memórias - saberes e fazeres. I. Souza, Ednelia Maria Oliveira Souza. II. Titulo. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

CDD 981

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ENTRE SABERES E FAZERES: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS DE LAGOA GRANDE - FEIRA DE SANTANA-BA (1970-1980)"

SANDRA CRISTINA QUEIROZ PINHEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – PPGHIS, em 12 de julho de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Professor(a) Dr.(a) EDINELIA MARIA OLIVEIRA SOUZA
UNEB
Doutorado em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor(a) Dr.(a) VÂNIA NARA PEREIRA VASCONCELOS
UNEB
Doutorado em História
Universidade Federal Fluminense

Professor(a) Dr.(a) ARY PIMENTEL
UFRJ
Doutorado em Letras (Ciência da Literatura)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Esta narrativa histórica foi uma construção coletiva permeada de afetos e compartilhamentos, e ao longo do caminho me conectei com muitas pessoas, que colaboraram de forma significativa para que esta pesquisa fosse realizada. Então, chegou o momento de agradecer a cada gesto, a cada fala, a cada orientação, enfim à rede de apoio e solidariedade tecida neste processo.

Primeiramente, à força divina que me sustentou até aqui, a qual me orienta, me conduz e me proporciona o equilíbrio necessário para as tessituras, os fazimentos e as vivências que escolho.

Agradeço a minha ancestralidade, aqui representada na figura de mainha, Jandira Queiroz Pinheiro, e de painho, João Calixto Pinheiro, que constituem a minha base, a minha história e a quem sou grata por todo apoio recebido, como também na figura de toda minha família.

A toda comunidade de Lagoa Grande, principalmente, àquelas que foram as protagonistas deste trabalho, Dona Crispina Vitório dos Santos, Dona Maria Cruz dos Santos, Dona Maria das Graças Almeida Santos, Dona Maria de Lourdes Soares dos Santos e Silveria Almeida Santos, que contribuíram com suas narrativas, constituindo o fio condutor desta escrita. Aqui, também sou grata às lideranças do território quilombola de Lagoa Grande que entrevistei, Seu Eduardo Pereira dos Santos, Isabel de Jesus Santos dos Santos, Seu José Caciano Pereira da Silva, Karen Cruz dos Santos e Renilda Cruz dos Santos. Ademais, minha gratidão a Edicarlos da Cruz Ferreira e Dona Crispiniana Santana Pereira pela colaboração efetiva na cartografia social desenvolvida ao decorrer da pesquisa.

À querida amiga e moradora do quilombo Matinha dos Pretos, Maria das Neves das Virgens Oliveira, pela sua participação na busca das fontes históricas, assim como da sua narrativa, elemento fortalecedor da memória histórica dos quilombos feirenses.

Às/aos colegas e amigas/os que me incentivaram e apoiaram no processo da seleção do mestrado, Antônio Vilas Boas, Lusanira Nogueira e Railma dos Santos.

Ao Movimento de Organização Comunitária (MOC), nas figuras de Edivania Santos de Lima, Naidison Baptista e Neuza Rios pela atenção e pelas fontes escritas e visuais disponibilizadas que auxiliaram expressivamente para a construção deste trabalho.

À minha turma do mestrado, em especial a Iara Gonçalves, João Francisco e Viviane dos Santos pela amizade, pelo afeto e aquilombamento construído durante a caminhada.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Cláudia Trindade, Maria das Graças, Sara Farais, Suzana Severs e Wilson Mattos e, em especial, a minha orientadora Edinelia Maria Oliveira Souza, que apoiou os caminhos da pesquisa. Suas contribuições, indagações, indicações de leituras, compartilhamentos, afetos foram imprescindíveis na feitura deste texto dissertativo, toda a minha gratidão.

À professora Vânia Nara Pereira Vasconcelos pelas sugestões e participação na banca examinadora. Ao professor Ary Pimentel pelas observações necessárias na qualificação, tornando o texto mais enriquecedor e coerente aos objetivos da pesquisa, contribuindo também com sua leitura cuidadosa e assertiva nos ajustes finais do trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de construção das tramas históricas tecidas pelas mulheres quilombolas do território de Lagoa Grande, nas décadas de 1970-2000- período significativo de mobilização política e social dessas/es sujeitas/os, reconhecendo seus saberes e fazeres, a partir do diálogo com suas memórias. As investigações desdobram-se em três pontos: o primeiro debruça-se sobre a territorialidade, trabalho comunitário e o protagonismo feminino; o segundo trata do processo de criação do Projeto Farmácia Viva e Seca e os imbricamentos com a medicina ancestral das quilombolas; o terceiro apresenta a trajetória de vida de Dona Maria Cruz dos Santos, destacando suas práticas de cuidado e seus caminhos na arte de partejar e as repercussões de seu legado na vida de sua filha e de sua neta. O trabalho fundamenta-se na teoria do feminismo negro, baseando-nos nas ideias de intelectuais como bell hooks (2021), Grada Kilomba (2019), Lélia González (2020) e Maria Beatriz Nascimento (2018, 2021, 2022).

Palavras-chave: mulheres quilombolas; práticas de cuidado; protagonismo feminino; memórias; saberes e fazeres.

ABSTRACT

This research analyzes the process of constructing the historical narratives elaboreted by the quilombola women of the Lagoa Grande territory from the 1970s to 2000s—a significant period of political and social mobilization for these subjects,—acknowledging their knowledge and practices through dialogue with their memories. The investigations unfold in three points: the first focuses on territoriality, community work, and female protagonism; the second deals the process of creating the Farmácia Viva e Seca Project and its interconnections with the ancestral medicine of the quilombolas; the third section presents the life journey of Dona Maria Cruz dos Santos, highlighting her caregiving practices and her path in the art of childbirth, as well as the repercussions of her legacy in the lives of her daughter and granddaughter. The work is based on black feminist theory, drawing on the ideas of intellectuals such as bell hooks (2021), Grada Kilomba (2019), Lélia González (2020), and Maria Beatriz Nascimento (2018, 2021, 2022).

Keywords: quilombola women; caregiving practices; female protagonism; memories; knowledge and practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bata do feijão na comunidade de Lagoa Grande 13
Figura 2 - Construção do mapa mental 23
Figura 3 - Silveria Almeida e Maria das Neves no Arquivo do MOC 34
Figura 4 - Eduardo Pereira dos Santos fazendo compostagem em sua propriedade, na comunidade de Lagoa Grande 35
Figura 5 - Criatório de suínos na propriedade de Dona Crispina Vitória dos Santos, na comunidade de Lagoa Grande 35
Figura 6 - Ata da Aqcomaq nº 8 37
Figura 7 - Depoimento de um camponês – Relatório Anual do MOC, em 1985 41
Figura 8 - Carteira de sócia do Sindicato dos Trabalhadores de Feira de Santana - 1981 41
Figura 9 - Casa de Dona Maria Pureza Amorim Daltro - Lagoa das Pedras 42
Figura 10 - Ata de fundação da Associação Quilombola Comunitária de Lagoa Grande 46
Figura 11 - Roça Comunitária- Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria 48
Figura 12 - Bata do feijão no território de Lagoa Grande 49
Figura 13 - Projeto da associação com as crianças da comunidade 53
Figura 14 - Dona Crispina Vitória 55
Figura 15 - Primeira Feira Quilombola - comunidade de Lagoa Grande 60
Figura 16 - Farmácia Viva, no terreiro produtivo de Dona Crispina Vitória 75
Figura 17 - Prédio antigo da Aqcomaq - Reunião do Clube das Mães, década de 1980 78
Figura 18 - Anexo I do Relatório do MOC, 1985 80
Figura 19 - Mulheres da família Cruz dos Santos 97
Figura 20 - Árvore genealógica de Karen Cruz dos Santos e Santos 101
Figura 21 - Renilda Cruz no espaço da Lagoa Grande 103
Figura 22 - Primeiro Ato em Defesa da Terra e do Território contra as instalações das LT 500 Kv e LT 230 Kv 107
Figura 23 - Card da Pré-jornada de Agroecologia da Juventude de Lagoa Grande 115
Figura 24 - Dona Crispina Vitória dos Santos – Lagoa Grande 116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Território Quilombola de Lagoa Grande – Feira de Santana, Bahia - 2022 22
Mapa 2 - Domicílios das mulheres entrevistadas 31
Mapa 3 - Territórios quilombolas oficialmente delimitados 2022 106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acoma	Associação Comunitária da Matinha
Acomaq	Associação Comunitária de Maria Quitéria
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Apaeb	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
Aqcomaq	Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria
CF/88	Constituição Federal de 1988
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Eneki	Encontro Nacional de Estudantes Kilombolas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPS	Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JDE	Jovens Decididos a Evangelizar
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LTs	Linhas de transmissão de energia
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MROSC	Marco Regulatório da Sociedade Civil
Pibid	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO 1 20
LAGOA GRANDE: TERRITORIALIDADE, TRABALHO COMUNITÁRIO E O PROTAGONISMO FEMININO 20
1.1 TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE: MEMÓRIAS E ANCESTRALIDADES 20
1.2 TECENDO HISTÓRIAS: OS CAMINHOS DAS COMUNIDADES RURAIS FEIRENSES EM PARCERIA COM O MOC 32
1.3 NARRATIVAS FEMININAS: TESSITURAS DO TRABALHO COMUNITÁRIO NO QUILOMBO 43
1.3.1 Silveria, Maria de Lourdes e Maria das Graças: três educadoras de Lagoa Grande 50
CAPÍTULO 2 55
SABERES E FAZERES ANCESTRAIS: PROJETO "FARMÁCIA VIVA E SECA" 55
2.1 "PRIMEIRO TENHO QUE ATESTAR AS FOLHAS": IMBRICAMENTOS E TENSÕES ENTRE A MEDICINA ANCESTRAL E MEDICINA OFICIAL 56
2.2 "A GENTE PARECIA QUE ERA AS MÉDICAS DE LÁ": PRÁTICA DO USO DAS ERVAS MEDICINAIS 64
2.3 "[...] PARA VOCÊ É MATO, MAS PRA MIM É REMÉDIO": OS SABERES E O PROJETO FARMÁCIA VIVA E SECA NO TERRITÓRIO DE LAGOA GRANDE 73
CAPÍTULO 3 84
FAMÍLIA CRUZ DOS SANTOS: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E LEGADO 84
3.1 DONA MARIA, SUA SABEDORIA E O OFÍCIO DE PARTEJAR 84
3.2 TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES QUILOMBOLAS: TECENDO PRÁTICAS DO CUIDADO 97
3.2.1 Karen Cruz dos Santos e Santos: nos caminhos de sua ancestralidade 98
3.2.2 Renilda Cruz dos Santos e Santos: nos caminhos da ética do cuidado 101
CONSIDERAÇÕES FINAIS 113
FONTES 117
REFERÊNCIAS 119

INTRODUÇÃO

Quem é esta pesquisadora? Qual o seu lugar de fala? Como você se relaciona com as/os sujeitas/os do território? Como foi e é o processo dialógico? Como você chega na comunidade? Essas foram indagações e provocações postas na minha banca de qualificação pelo professor Ary Pimentel. Timidamente, eu havia pontuado como adentrei no território de Lagoa Grande.

Às vezes, não priorizamos, na escrita acadêmica, as relações construídas ao longo do percurso, o que nos motiva, o que nos liga as/aos sujeitas/os da nossa pesquisa e quem somos. Por muito tempo, a subjetividade do/a pesquisador/a foi negada na construção do conhecimento, o que reverbera, ainda hoje, na produção das narrativas históricas, deixando-nos pouco à vontade neste exercício. Porém, estou aqui para falar também dos encontros, da minha caminhada e de como construí e construo minha relação com as/os moradoras/es do espaço pesquisado.

Sou mulher, negra, filha de Jandira Queiroz Pinheiro, natural de São Gonçalo dos Campos – BA, e de João Calixto Pinheiro, natural de Santo Estêvão – BA. Nasci e cresci na cidade de Feira de Santana-BA, conhecida como a Princesa do Sertão. Venho de uma família simples, que me ensinou, principalmente minha mãe, que os estudos deveriam ser prioridade. Com isso, cursei Licenciatura em História, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tornando-me professora da educação básica. Atualmente leciono no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (rede estadual) e na Escola Municipal José Tavares Carneiro, no município de Feira de Santana.

Na trajetória profissional, percorri diversos caminhos e trilhas. Aqui, acentuo a experiência no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, no Programa Flor de Mandacaru, promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesse espaço, tive a oportunidade de compartilhar experiências com as mulheres da zona rural, que me afetaram com seus posicionamentos, suas histórias, culturas e lutas, ou seja, com suas existências.

Nesse processo, adentrei no universo do plantio e da fé em São José, das feituras da casa de farinha, das delícias das cocadas de Dona Nadinha, dos versos de Daí, das lutas sindicais e da história de vida de dona Maria Pureza de Amorim Daltro. No início da década de 1980, ela foi uma das primeiras mulheres a se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, época em que boa parte dos trabalhadores rurais entendiam que a liderança e os associados deveriam ser chefes de família – referindo-se aqui aos homens –, perpetuando e reafirmando os valores da sociedade machista e patriarcal.

Mais adiante, após aprovação no concurso da rede municipal, fui lecionar na Escola Municipal Anízio Pereira Bernardes, na localidade denominada Matinha dos Pretos. Lá, encantei-me com sua gente e sua cultura, bem como com a história do suposto quilombo histórico, de modo que fui me conectando com esse território, que, na época, ainda não era reconhecido como comunidade quilombola. Assim, cada vez mais, os meus caminhos estavam se entrelaçando com as vivências do espaço rural e com as histórias das mulheres, dos homens, dos adolescentes e das crianças que habitam aquele lugar.

Os meus passos se estenderam pelas terras das Itapororocas, onde finquei meus pés, agora, na Escola Municipal José Tavares Carneiro. Nesta unidade escolar, conheci o povo de São José e das comunidades no seu entorno, local onde nasceu a Princesa do Sertão, guardando histórias singulares. A partir de projetos desenvolvidos nesse estabelecimento de ensino, foi possível encontrar os caminhos de Lagoa Grande.

Lembro-me do primeiro contato, em 2013, com as/os moradoras/es, na casa de José Carlos, conhecido como Nico. Ali elas/eles estavam reunidas/os, discutindo suas demandas, quando tive a oportunidade de ouvir um dos griots[1] da comunidade, José Caciano, que me chamou atenção pela sua história de luta sindical e pela terra.

Em 2014, passei a integrar a equipe do Subprojeto Interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com uma proposta de trabalho que se centrava na história local. Com isso, eu e minhas colegas Adriana e Lusanira não tivemos dúvidas sobre o que iríamos abordar. Então, decidimos conhecer e compreender a história, a cultura, as tradições e as memórias do Quilombo de Lagoa Grande. Foram momentos marcantes, que estão guardados em minhas lembranças, inclusive as primeiras conversas com as lideranças, José Caciano e Renilda Cruz, que me oportunizaram adentrar nesse espaço e, gentilmente, abriram as portas do quilombo.

Desse modo, fui chegando perto do chão de Lagoa Grande. Renilda, atenciosamente, apresentou cada cantinho desse lugar: as águas da lagoa, a capela de Nossa Senhora das Dores, a casa das/os mais velhas/os, como também as tradições da comunidade. Ali, conheci a bata do feijão, um momento encantador, que me possibilitou trazer na memória os ritmos das cantigas, a sincronia do feijão nas arupembas, o corre-corre das crianças no terreiro e as prosas, ou seja, os modos de partilhar e interagir no quilombo (Figura 1).

[1] Os griots são os alicerces fundamentais das civilizações africanas. Mais importantes do que rainhas, imperadores e outros líderes, os griots são o fluxo e o pulso que mantêm uma sociedade viva pela eternidade. Contadores de histórias, músicos, conselheiros, oradores, genealogistas, diplomatas griots e griottes são aqueles que mantêm a tradição de uma comunidade viva, perpassando gerações por gerações a ancestralidade de um povo. https://www.geledes.org.br/a-eterna-resenha-entre-o-griot-o-professor-e-a-cineasta/

Figura 1 - Bata do feijão na comunidade de Lagoa Grande

Fonte: acervo pessoal (2014).

Em 2015, tive uma experiência muito significativa com as/os moradoras/es, participando da elaboração, gravação e direção do documentário *Os guardiões da Lagoa*[2], que objetivava rememorar as vivências e a relação das/os quilombolas com o bem natural – a lagoa – que, por muito tempo, serviu de fonte de sustento para as/os que residem naquele local. Essa produção fílmica possibilitou chegar bem mais perto do cotidiano, dos fazeres, dos saberes e das memórias daquelas/es que integram o território.

Cada entrevista estabelecia um encontro, regado com os beijus da casa de farinha de Dona Maria Cruz dos Santos – parteira –, com a musicalidade de Seu Ilário, a hospitalidade de Seu Pedro e Dona Maria, a força de seu Caciano Pereira e a entrega de Silveria Almeida e Isabel de Jesus, todas/os reconhecidas/os como guardiãs e guardiões da lagoa. Nesse processo, juntos, fomos tecendo um documento que registrou as vozes de sujeitas/os que, historicamente, foram marginalizadas/os e que agora ecoavam para além de Lagoa Grande, como afirma Isabel:

> Este documentário, *Os guardiões da Lagoa*, significa muito para mim no que se refere à proteção da Lagoa Grande, as suas memórias e vivências. Me senti honrada por ser a "jovem" do documentário. Vivi das águas da Lagoa, sobrevivi da sua fartura de peixes e, em certo momento, vivenciei o manejo inadequado dado a ela pelo poder executivo: Prefeitura Municipal: limpeza da vegetação nativa, retirada de areia e desvio do curso d'água; Governo Federal: inserção de espécies exóticas nas águas da Lagoa. Tudo que vivi da Lagoa encontra-se na minha memória e eu fiquei muito feliz

[2] O documentário "Os Guardiões da Lagoa" foi produzido pela TV Universitária Olhos D'Água da UEFS, em parceria com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência Interdisciplinar – UEFS e com a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, entre 2015 e 2016. Participei de todo o processo de elaboração e execução dessa produção fílmica, enquanto supervisora do subprojeto Pibid-Interdisciplinar.

> porque pude compartilhar com o mundo, dizer que sou filha da Lagoa Grande, reafirmar minha identidade e gritar para o mundo (Ferreira; Souza; Pinheiro, 2018, p. 35).

A narrativa oral expressa que o povo quilombola tem suas histórias, memórias e experiências, de modo a reafirmar sua existência para o mundo. Assim, mergulhar nas águas de Lagoa Grande nos proporcionou conhecer suas dores, alegrias, afetos e saudades de um tempo que não volta, mas está em suas lembranças. Estes momentos constituíram aprendizados únicos, que me afetaram de maneira singular com os modos de ser, saber e fazer.

Desse modo, fui construindo uma relação afetiva com aquelas e aqueles que vivem neste espaço. Já são muitas experiências compartilhadas e, neste percurso, surge o interesse de pesquisar as tramas históricas tecidas pelas mulheres quilombolas de Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria, localizado no município de Feira de Santana – BA. Pensando nisso, delimitamos, como recorte temporal, as décadas de 1970 a 2000, período significativo de mobilização política e social das/os sujeitas/os constituintes desse território.

A comunidade de Lagoa Grande está situada a cerca de quinze quilômetros do centro da cidade de Feira de Santana, pertence ao distrito de Maria Quitéria. Possui esse nome devido à existência de uma lagoa com, aproximadamente, seis quilômetros de comprimento, que fornecia água e fonte de sustento para as/os suas/seus moradoras/es. Esse recurso natural serviu também como espaço de lazer para os integrantes desse território e adjacências, conhecido como a praia de Feira de Santana (Mendonça, 2014, p. 90). Atualmente, a lagoa se encontra em estado de degradação, constituindo-se uma das bandeiras de luta da população quilombola de Lagoa Grande.

Nessa perspectiva, cabe destacar que Durval Muniz Albuquerque Júnior afirma que o historiador, ao final de suas pesquisas, encontra-se com documentos, relatos, imagens e escritos, elementos que, muitas vezes, apresentam-se de forma desordenada, cabendo ao profissional organizá-los, possibilitando à sua narrativa historiográfica um fio condutor. O autor diz, ainda, que os cuidados devem ser estendidos ao processo de escrita, que consiste em um trabalho solitário, comparando-o à atividade de um ferreiro, quando assinala que "é ele quem usa sozinho os seus martelos, suas bigornas e seus foles, é ele quem reaquece os fragmentos do passado, quem lhes infunde calor, vida, para que ganhem liga, se soldem, venham a se amalgamarem em um todo, em uma unidade de sentido" (Albuquerque Júnior, 2009, p. 5).

As observações de Albuquerque Júnior (2009) demonstram a importância do ofício do/a historiador/a, que tece tramas históricas, dando sentido às experiências das/os sujeitas/os de outros tempos, lugares e contextos. Apresentam, também, o fazer historiográfico, na sua dimensão prática, do realizar constantemente, consistindo no aprendizado do saber fazer em

permanente crítica e aperfeiçoamento, o que exige imaginação e capacidade de estabelecer conexões com os fragmentos do passado (Albuquerque Júnior, 2009).

Michel de Certeau é outro pesquisador que nos inspira muito em relação ao fazer historiográfico, apresentando o trabalho do/a historiador/a na perspectiva da fabricação de uma narrativa. Ele aponta três elementos como componentes dessa produção histórica: o lugar social, as práticas científicas e a escrita. O lugar pressupõe a instituição onde é produzido o discurso, seguindo as regras do meio. Desse modo, afirmamos que a produção deve ser legitimada pelos pares, realizada a partir de um grupo, mantendo diálogo com a historiografia existente e trazendo reforços para o campo histórico.

Certeau (2011, p. 64) explica que, "como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma 'realidade' passada. É o produto de um lugar". A partir desse lugar social, desenvolvemos as práticas científicas, isto é, os procedimentos para a construção do conhecimento histórico, que foram elaborados com os vestígios e as ruínas do passado, encontrados nos arquivos (físicos ou virtuais), representando uma memória.

As pistas, ou seja, os fragmentos do passado vão sendo transformados pelo historiador/a em documentos históricos, a partir da nossa problemática de pesquisa. Logo,

> Em História, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (Certeau, 2011, p. 73).

Assim, construímos a narrativa histórica, que trata de uma representação do passado baseada em fontes, a partir da problematização do tema escolhido, com seu recorte temporal. Com isso em vista, dialogamos também com o historiador inglês Edward Palmer Thompson, buscando analisar as experiências históricas tecidas pelas mulheres quilombolas de Lagoa Grande, nas décadas de 1970 a 2000, com o intuito de entender a elaboração de suas táticas de sobrevivência, reconhecendo seus saberes e fazeres, a partir do diálogo com suas memórias (Thompson, 1998). Nesse sentido, a categoria "experiência" nos ajudou a refletir sobre as práticas do cotidiano dessas mulheres.

Dessarte, embora tais abordagens historiográficas não satisfaçam as temáticas relativas às questões raciais e de gênero, são importantes leituras sobre relações de poder e resistências de grupos subalternizados às condições de exploração. Sendo assim, são fundamentais para a análise de ações protagonizadas pelas/os quilombolas do território de Lagoa Grande. Por isso, buscamos entender: o processo histórico das suas estratégias, como a organização da

Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria (Aqcomaq)[3]; a elaboração do projeto Farmácia Viva e Seca, a partir dos saberes ancestrais quilombolas; e a trajetória de vida de Dona Maria Cruz dos Santos, destacando suas práticas de cuidado.

Utilizamos, ainda, o aporte teórico do feminismo negro, baseando-nos nas ideias de intelectuais como bell hooks (2021), Grada Kilomba (2019), Lélia González (2020) e Maria Beatriz Nascimento (2018, 2021, 2022). Também dialogamos com o "feminismo aprendente", proposto pela historiadora feminista Vânia Nara Pereira Vasconcelos, e com o "feminismo comunitário", conceito elaborado pela escritora boliviana Julieta Paredes (Spyer; Malheiros; Ortiz, 2019), o que nos ajudou a compreender o protagonismo das mulheres de Lagoa Grande, percebendo suas contribuições assertivas para a construção da comunidade, bem como de uma sociedade mais justa e plural.

Os caminhos de investigação, para compreender as experiências históricas dessas mulheres quilombolas, seguem a metodologia da História Oral, pois utilizamos, como principal fonte de estudo, os depoimentos orais das/os moradoras/es da comunidade, que participaram ativamente do processo de construção política na luta pela garantia de direitos. Entrevistamos Crispina Vitória dos Santos, Eduardo Pereira dos Santos, Isabel de Jesus Santos dos Santos, José Caciano Pereira da Silva, Maria Cruz dos Santos, Maria de Lourdes Soares dos Santos, Renilda Cruz dos Santos e Santos e Silveria Almeida Santos. Dessa maneira, foram compostas narrativas significativas na construção das tramas históricas do quilombo.

A historiadora Edinelia Maria Oliveira Souza pontua que a metodologia da História Oral contribuiu para trazer à tona as trajetórias individuais e coletivas das/os sujeitas/os da pesquisa, delineando vivências que, de certa forma, estiveram nos bastidores da história (Souza, 2013). Sendo assim, colocamos em pauta experiências que não se encontram nos escritos oficiais e comumente estão ausentes dos livros de história, mas pulsam nas veias e memórias dos que habitam as terras de Lagoa Grande.

Outras fontes foram utilizadas nesta investigação, como as atas da associação de moradoras/es. Por meio desses materiais, analisamos a formação e desenvolvimento do trabalho comunitário nas décadas de 1970 e 1980. Tendo em vista que esse trabalho possibilitou a

[3] Denominação atual da associação, antes chamada Associação Comunitária de Maria Quitéria (Acomaq). Segundo Isabel de Jesus Santos dos Santos, moradora do quilombo de Lagoa Grande, a alteração no Estatuto e Regimento Interno da Associação segue a orientação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) para a inserção da identidade quilombola, como também da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil –, Lei nº 13.019/2014 – Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC) – e do Decreto Estadual nº 17.091, de 05/10/2016, que regulamenta o MROSC no estado da Bahia. Essa mudança foi aprovada em assembleia geral, em fevereiro de 2020. Utilizarei, ao longo do texto, essa nova nomeação: Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria.

organização das/os trabalhadoras/es rurais, vale ressaltar, também, que teve apoio do Movimento de Organização Comunitária (MOC)[4], instituição parceira que contribuiu na composição da luta pela garantia de direitos. Por conta disso, entrevistamos o teólogo Naidison de Quintela Baptista, ex-secretário executivo do MOC, que atuou no período estudado nesta pesquisa, colaborando para a análise das trajetórias da população de Lagoa Grande. Ainda, contamos, também, com os relatórios anuais e acervos fotográficos da instituição supramencionada.

No que se refere ao trabalho de interpretação das narrativas, compartilhamos das ideias defendidas por Alessandro Portelli (1996). Em seu artigo intitulado "A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e fontes orais", o historiador afirma que a subjetividade deve estar no centro da pesquisa histórica. É impossível desconsiderá-la, pois constitui "uma característica indestrutível dos seres humanos" (Portelli, 1966, p. 3). Precisamos ficar atentos para as regras e os procedimentos "que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la" (Portelli, 1966, p. 4).

Nessa perspectiva, analisamos os depoimentos das/os entrevistadas/os, apoiando-nos em dois elementos fundamentais neste processo investigativo: a escuta sensível e o afeto. Então, ao adentrar nas trajetórias de vida dessas figuras femininas, íamos, como diz o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, tecendo compartilhamentos (Santos, 2023), reconhecendo suas individualidades, singularidades e percepções de mundo.

Prosseguindo, é preciso, também, pensar sobre os quilombos, tema aqui analisado, o que implica refletirmos e conhecermos os primeiros debates sobre a temática na academia. Para isso, buscamos o diálogo com Maria Beatriz Nascimento, precursora dessa discussão, entre o final da década de 1970 e 1980, a qual dedicou suas pesquisas a entender a formação e os sentidos dos quilombos históricos e, ainda naquele período, já sinalizava a constituição dos quilombos contemporâneos. Ela afirma que:

> [...] o quilombo é uma organização social dos negros, que foi só os negros que empreenderam essa organização social e que foi paralela durante todo o período da escravização. E mais importante ainda, sendo essa uma organização social, ela se projetou no século XX como uma forma de vida do negro e perdura até hoje. Então, basicamente, meu estudo do quilombo se prende a essa perspectiva de organização social do quilombo, uma organização social que tinha uma economia própria, que tinha relações próprias e que fundamentalmente era não só uma necessidade de resistência cultural, mas também de resistência racial do negro (Nascimento, 2018, p. 129).

[4] O Movimento de Organização Comunitária, em funcionamento desde outubro de 1967, é uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e não econômicos, de caráter beneficente, educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana (MOC, 2022, p. 1).

Em consonância com essa proposição, acreditamos que pensar e compreender o conceito de quilombo contemporâneo passa pela contextualização da década de 1980, em que podemos observar, no bojo das discussões, a situação das comunidades negras rurais e/ou urbanas. Nesse período, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, em momento propício, segundo as lideranças dos Movimentos Negros, intelectuais e outros movimentos sociais urbanos, para que o Estado brasileiro reparasse os erros históricos contra os negros escravizados e seus descendentes (Oliveira, 2010).

As pautas de reivindicação resultam na elaboração e aprovação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), aprovado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). O trecho diz que "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os seus títulos respectivos" (Brasil, 1988, art. 68).

A partir desse reconhecimento legal, emergem várias discussões e debates sobre quem seriam os remanescentes de quilombos, como também as questões referentes à titulação das terras (Brasil, 2012). Mais tarde, atendendo às pautas do movimento quilombola, o presidente da República da época, Luiz Inácio Lula da Silva, assina o Decreto nº 4.887/2003, que "apresenta um novo caráter fundiário, dando ênfase à cultura, à memória, à história e à territorialidade, uma inovação no Brasil, isto é, o reconhecimento do direito étnico" (Brasil, 2012, p. 9).

De modo específico, o artigo 2º do Decreto define "remanescentes das comunidades de quilombos" como "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (Brasil, 2003, art. 2º). Por esse viés, vale ressaltar que existem três comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares no município de Feira de Santana: a comunidade de Lagoa Grande foi a primeira, em 2007; a segunda, Matinha dos Pretos, em 2014; e Candeal II, em 2017 (FCP, 2020).

Segundo a historiadora Railma dos Santos Souza, existem alguns trabalhos acadêmicos sobre a temática na região, destacando a comunidade da Matinha dos Pretos e a comunidade negra urbana de São João do Cazumbá. Esses trabalhos abrangem diversas áreas do conhecimento, como Educação, Letras, Geografia e Enfermagem. Chama a atenção, contudo, o pequeno número de pesquisas no campo da História e da Antropologia (Souza, R., 2016). Além disso, sobre a comunidade quilombola de Lagoa Grande, território que pesquisamos,

inexistem trabalhos na área de História, sendo os poucos estudos existentes relacionados ao campo de Letras, Educação ou Direito[5].

Para finalizar, apresentaremos a estrutura do nosso texto dissertativo. No primeiro capítulo, intitulado " Lagoa Grande: Territorialidade, Trabalho Comunitário e o Protagonismo Feminino", tratamos do protagonismo feminino na tessitura do trabalho comunitário, nas décadas de 1970 a 2000 – período significativo de mobilização política e social dessas/es sujeitas/os. Com isso, analisamos a criação e desenvolvimento da Aqcomaq, destacando a participação de Silveria Almeida Santos, Maria de Lourdes Soares dos Santos e Maria das Graças Almeida Santos.

Inicialmente, apresentamos o espaço quilombola aqui pesquisado, percorrendo suas tramas históricas ancestrais, bem como investigando a parceria estabelecida entre as comunidades negras rurais feirenses – especificamente Lagoa Grande – e o MOC, na construção de práticas coletivas que atendessem às necessidades da população quilombola. Para isso, utilizamos as fontes orais como base do estudo proposto, como também fontes visuais e escritas: fotografias, atas da associação e relatórios anuais do MOC.

No segundo capítulo, denominado "Saberes e fazeres ancestrais: Projeto Farmácia Viva e Seca", identificamos, por meio das memórias, o processo de criação do Projeto Farmácia Viva e Seca e os imbricamentos com a medicina ancestral das quilombolas. Na primeira parte, discutimos aspectos teóricos relacionados aos tensionamentos e entrelaçamentos entre a medicina tradicional e a medicina científica, com base nas/os autoras/es Denilson Lessa Santos (2005), Luiz Otávio Ferreira (2016), Tamille dos Santos Ferreira (2024) e Tânia Salgado Pimenta (2016). Também analisamos os saberes terapêuticos, elementos basilares nas comunidades tradicionais, ressaltando o uso das ervas medicinais. Ainda, nesse debate, evidenciamos as experiências das mulheres quilombolas do território de Lagoa Grande no Projeto Farmácia Viva e Seca, destacando a trajetória de vida de Crispina Vitória dos Santos.

No terceiro capítulo, apresentamos a história de vida de Dona Maria Cruz dos Santos, parteira, agricultora e liderança importante do território de Lagoa Grande. Para isso, utilizamos suas oralidades e memórias, destacamos suas práticas de cuidado e seus caminhos na arte de partejar, ao mesmo tempo que analisamos as repercussões de seu legado na vida de sua filha Renilda Cruz dos Santos e Santos e de sua neta Karen Cruz dos Santos, buscando evidenciar os caminhos que entrelaçam as três gerações.

[5] Ressaltamos, aqui, os estudos de Ferreira (2020), Mendonça (2014), Pita (2020) e Santos (2019).

CAPÍTULO 1

LAGOA GRANDE: TERRITORIALIDADE, TRABALHO COMUNITÁRIO E O PROTAGONISMO FEMININO

Neste capítulo, tratamos do protagonismo feminino na tessitura do trabalho comunitário, nas décadas de 1970 e 2000 – período significativo de mobilização política e social dessas/es sujeitas/os. Com isso, analisamos a criação e desenvolvimento da Aqcomaq, destacando a participação de Silveria Almeida Santos, Maria de Lourdes Soares dos Santos e Maria das Graças Almeida Santos.

Inicialmente, apresentamos o espaço quilombola aqui estudado, percorrendo suas tramas históricas ancestrais, bem como investigamos a parceria estabelecida entre as comunidades negras rurais feirenses – especificamente Lagoa Grande – e o Movimento de Organização Comunitária, na construção de práticas coletivas que atendessem às necessidades da população quilombola. Para isso, utilizamos as fontes orais como base do estudo proposto, como também fontes visuais e escritas: fotografias, atas da associação e os relatórios anuais do MOC.

1.1 TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE: MEMÓRIAS E ANCESTRALIDADES

> [...] olha, aqui é tudo parente, sabe, aqui é onde a gente pegava água, a gente vai olhar pra o lugar, que a gente andava e anda ainda, que tem relação de parentesco, que tem relação de compadrio [...]
>
> Isabel de Jesus Santos dos Santos [6]

A comunidade de Lagoa Grande está situada a cerca de quinze quilômetros do centro do município de Feira de Santana e pertence ao distrito de Maria Quitéria – Feira de Santana – BA. Tem esse nome devido à existência de uma lagoa, com, aproximadamente, seis quilômetros de comprimento, que fornecia água e era fonte de sustento para as/os suas/seus moradoras/es. Conforme Lívia de Carvalho Mendonça, esse recurso natural foi, também, um espaço de lazer para as/os integrantes desse território e adjacências, tornando-se conhecido como a praia de

[6] Entrevista realizada com Isabel de Jesus Santos dos Santos, na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, Distrito Maria Quitéria, Feira de Santana-BA, no dia 29 de agosto de 2022.

Feira de Santana (Mendonça, 2014). Atualmente, a lagoa se encontra em estado de degradação, sendo, então, uma das bandeiras de luta da população quilombola de Lagoa Grande.

Eurico Alves Boaventura, escritor e poeta feirense, menciona, em suas narrativas, a famosa Lagoa de São José das Itapororocas[7], argumentando o beneficiamento promovido pelo prefeito da época[8], Professor Joselito Falcão de Amorim, que transformara a lagoa em praia, favorecendo diversão à população local. Assim, descreve: "e ali vive-se a festa feliz da gente satisfeita e grata. Nem toda gente tem carros para chegar até as praias de Salvador. A nossa lagoa satisfaz. O Clube de Campo Cajueiro é para os sócios apenas. A praia de São José é para toda gente" (Boaventura, 2006, p. 149).

Esta ação do governo municipal foi uns dos motivos que levou à destruição desse recurso natural, afetando e interferindo nos modos de vida das/dos moradoras/es do quilombo de Lagoa Grande. No documentário *Os guardiões da Lagoa*, as/os quilombolas rememoraram os impactos vivenciados pela comunidade naquele período, quando houve uma desestruturação de sua organização econômica e social, conforme podemos perceber na narrativa de Ilário Pereira Almeida:

> A lagoa também depois que inventaram um... 64 [1964], professor Amorim era o prefeito neste tempo, inventou de comprar umas áreas de terra, do pessoal que já morava aqui há um tempo, para fazer praia, rancou todas árvores da lagoa. E daí por diante, a lagoa começou a secar que a gente por muito tempo não via água da lagoa. Esse ano, graças a Deus, um pouquinho, mas a seca está tirando de novo. E com a devastação das árvores, a lagoa morreu, e isso foi ruim pra gente que mora aqui e pra muitos de longe que traziam animais em tempo de seca pra aqui. Hoje não adianta trazer, que não tem água também. E peixes que não precisava comprar, aqui tinha várias espécies de peixes, a gente pegava por aqui mesmo. E outra coisa também é que com a falta das árvores, a erosão tomou conta da lagoa, a água quando chove carrega toda terra para dentro da lagoa e aí hoje a lagoa tá um prato raso[9].

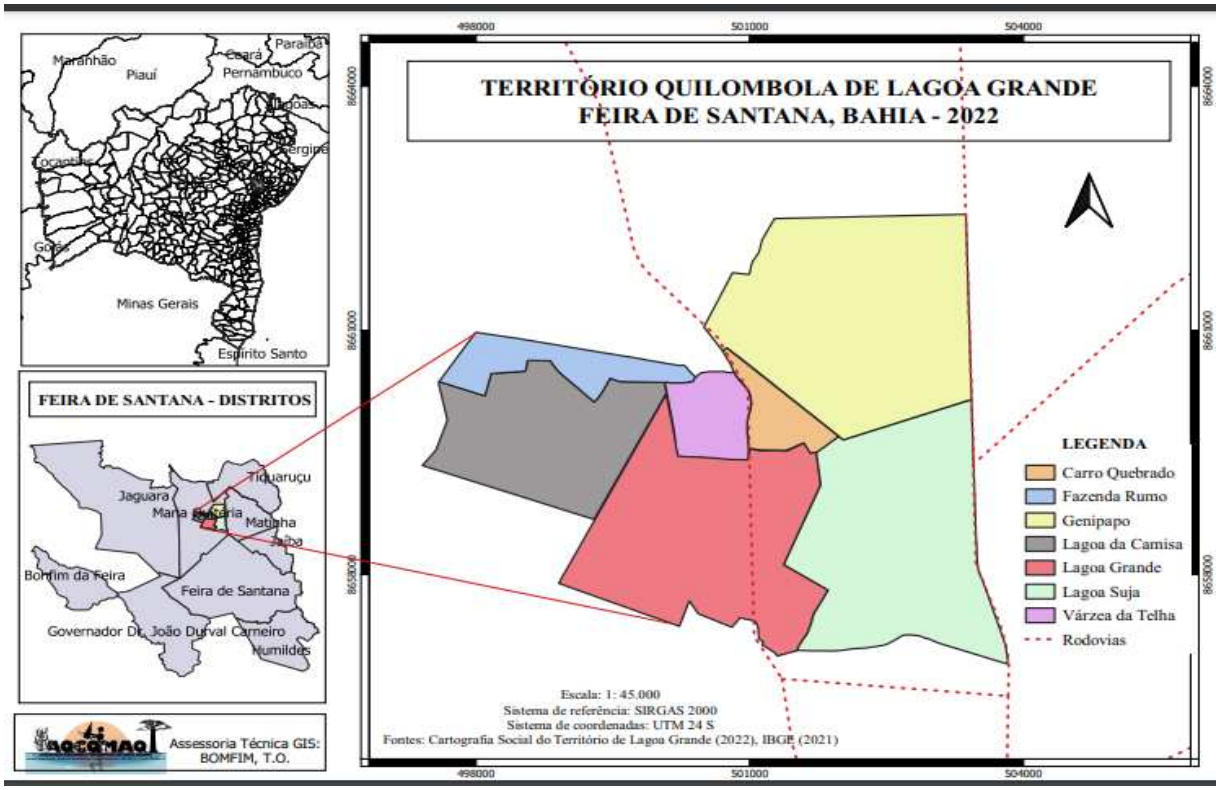
O depoimento de Ilário Pereira, um dos mais antigos moradores do território, recupera o momento da retirada da mata ciliar da lagoa, fato que contribuiu para sua destruição, visto que os peixes, antiga fonte de sustento, já não estavam na mesa das/os habitantes daquele lugar. Observamos, nas suas lembranças, a denúncia acerca desta atitude que modificou o cotidiano e a relação das/os moradoras/es com o bem natural, uma situação que nos remete à degradação do meio ambiente e ao racismo ambiental.

Vale destacar que a comunidade de Lagoa Grande mantém vínculos com outras localidades em seu entorno: Lagoa da Camisa, Carro Quebrado, Lagoa Suja, Várzea da Telha, conhecida como "Vargem da Telha", Genipapo e Fazenda Rumo. Essa relação é derivada dos laços de parentesco, dos fazeres nas casas de farinha, dos mutirões, das batas de feijão, das

[7] A Lagoa Grande era conhecida como a "Lagoa de São José".
[8] O prefeito Joselito Falcão Amorim governou o município de Feira de Santana no período de 1964 a 1967.
[9] Depoimento fornecido por Ilário Pereira Almeida para o documentário "Os Guardiões da Lagoa".

pescas, das novenas, das rezas, dos festejos, dos sambas de roda, entre outras diversas vivências comunitárias que marcaram e marcam a história de vida das/os moradoras/es que habitam esses espaços. Atualmente, as comunidades citadas compreendem o que as/os quilombolas designaram como "Território Quilombola de Lagoa Grande", conforme podemos observar no Mapa 1.

Mapa 1 - Território Quilombola de Lagoa Grande – Feira de Santana, Bahia - 2022



Fonte: Lagoa Grande (2022).

O Mapa 1 foi elaborado pelas/os próprias/os moradoras/es do território de Lagoa Grande. Sua confecção se iniciou a partir da necessidade que as/os quilombolas tiveram de definir seus limites territoriais, principalmente para viabilizar o acesso às políticas públicas e, assim, poder defendê-las. Através do diálogo com Isabel de Jesus Santos dos Santos, agricultora, professora, agrônoma, liderança e moradora de Lagoa Grande, percebemos essa demanda da comunidade e aceitamos o desafio de mediar a cartografia social desse espaço. Visto isso, cabe aqui relatar, em linhas gerais, a experiência tão enriquecedora para todos e todas que participaram desse processo.

Utilizamos a cartografia social como ferramenta para a elaboração do mapa, proposta que fortaleceu a autonomia e o protagonismo das/os sujeitas/os, oportunizando a escolha dos procedimentos para execução do mapeamento. Elas/es decidiram desenvolver o trabalho em três etapas: construção do mapa mental (Figura 2); definição dos limites externos e internos do

território, utilizando imagens de satélite do Google Earth; e, por fim, o trabalho de campo para coleta de coordenadas geográficas. Nesse sentido, como dito por Henri Acselrad e Rodrigo Nuñez Viégas, “a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (Acselrad; Viégas, 2013, p. 17).

Iniciamos as atividades com a realização de um encontro, com o objetivo de debater e entender a metodologia da cartografia social. Em seguida, partimos para a elaboração do mapeamento. A Figura 2 retrata um dos momentos do processo de construção, em que mulheres, homens e jovens do território são envolvidas/os e provocadas/os a representar sua realidade espacial, por meio de seus conhecimentos sobre o lugar que habitam e de sua relação com esse espaço.

Figura 2 - Construção do mapa mental

Fonte: arquivo pessoal (2022).

A ideia foi cartografar as comunidades que mantinham e mantêm o diálogo, a vivência e a parentela com o quilombo de Lagoa Grande e, com isso, conseguimos elaborar e estabelecer os limites do território. Tendo isso em vista, o mapa se mostrou de suma importância para aquelas/es que ali residem, pois, como já mencionado, possibilita maior embasamento histórico-geográfico, assim como auxilia nas demandas e definição de políticas públicas. Nessa perspectiva, a quilombola Isabel de Jesus relata:

> Sandra, hoje eu vejo que a importância maior é a defesa de território. Está muito loteamento, desmatamento das nascentes, acabando com as lagoas e não é pensando [no] hoje, no momento, são para as gerações futuras, para a gente permanecer como a gente aqui é ainda. Só isso pode garantir, vamos dizer assim, a permanência desse povo, além da permanência desse povo, garantir uma sustentabilidade desse povo de

> futuras gerações, do neto, do tataraneto, porque olhando assim, fala "ah, não, isso aí é por fazer", só que o que vai garantir para a gente dizer "esse povo aqui, eles moram aqui, e esse espaço aqui... eles sempre permearam esse território, eles sempre permearam" e isso vai garantir, também, o acesso à terra.[10]

A interlocutora afirma a importância do mapeamento na identificação e reconhecimento das localidades que têm características tradicionais, demonstrando uma consciência prática sobre a necessidade de garantirem a sustentabilidade das gerações futuras, bem como a proteção contra os ataques de iniciativas desenvolvimentistas que interferem nos seus modos de viver, de fazer e até mesmo no direito de ir e vir. Isabel se refere aos loteamentos, enquanto empreendimentos empresariais, que trazem elementos urbanos, destruindo a forma de organização social e econômica das/os que moram ali.

Desse modo, cartografar esses grupos significa não apenas dizer, mas documentar a origem comum daquele lugar, manifestando que o espaço quilombola não se restringe à comunidade de Lagoa Grande, pois as histórias, as memórias e as lutas são compartilhadas entre todas as localidades que constituem o território quilombola de Lagoa Grande. Diante do exposto, faz-se necessário discutir aqui o conceito de "território", tomando como base a análise do geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. O autor diz que

> O território é, na sua essência, um fato espacial e social secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, possível de categorização e de dimensionamento. Nele estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população, do grupo ou da comunidade. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, geralmente a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política, social, econômica e territorial. (Anjos, 2011, p. 16).

Com isso, percebemos que certos elementos, como, por exemplo, "identidade" e "pertencimento", são basilares para a constituição e entendimento do território. Tais componentes aparecem carregados de significado nas narrativas das/os quilombolas, como na fala de Isabel de Jesus quando ela define, a partir de suas experiências, o que é território:

> [...] olha, aqui é tudo parente, sabe, aqui é onde a gente pegava água, a gente vai olhar pra o lugar, que a gente andava e anda ainda, que tem relação de parentesco, que tem relação de compadrio, que às vezes não tem nem gente, mas tem uma lagoa lá, a gente usa aquele bem natural, ali sabe, a gente dá um mergulho ali, a gente vai lá dar uma pescada, que tem um pé de cajueiro, que a gente vai lá pegar castanha, que tem um pé de cajá, que a gente vai lá, porque se a gente vai lá pegar, porque tem anos o povo fazendo isso. Que tem mata que tá lá, que tira um pedaço de lenha, um feixe de lenha, que isso é o território.[11]

[10] Entrevista realizada com Isabel de Jesus Santos dos Santos.

[11] Fala de Isabel de Jesus Santos dos Santos, na reunião sobre a Cartografia Social, realizada no dia 2 de abril de 2022, na sede da Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria.

O depoimento de Isabel trata da relação que as pessoas têm com a terra, com as águas e com o meio em que vivem, sendo que essa interação, que vai para além do espaço físico, se dá no vínculo entre as/os que habitam aquele lugar. Os homens, as mulheres, as crianças e as/os mais velhas/os tecem essas vivências e memórias, conectando-se com sua ancestralidade.

Segundo Eduardo Pereira dos Santos, morador do quilombo, filho de Luiz Pereira dos Santos e Emília Pereira dos Santos, a origem do território é datada no início do século XX, quando chegaram os primeiros moradores: Luiz Pereira dos Santos, João Pereira dos Santos, Feliciano Pereira dos Santos, Cândido Pereira de Almeida, Martinho Pereira de Almeida e José Pereira de Almeida. Eles vieram da Matinha dos Pretos e compraram as terras na mão do padre Epifânio, da Paróquia de São José, sede do distrito de Maria Quitéria.

Isabel de Jesus Santos dos Santos[12], neta de Luiz Pereira dos Santos, informa que seu avô nasceu no ano de 1888, criado no Cerrado, atual distrito da Matinha. Ele e sua esposa, Emília Pereira dos Santos, vieram para a Fazenda Lagoa Grande por volta dos anos de 1911, para trabalhar nas terras férteis do tabuleiro, localizadas na Freguesia de São José.

Em sua fala, Isabel ainda acrescenta que sua avó era exímia doceira, fazia cocada de coco e licuri, biscoito de goma, aponam e queimado. Costumava vender suas iguarias nos festejos religiosos, principalmente nas comunidades de Jacu e Matinha dos Pretos – localidades pertencentes ao distrito da Matinha. Calestina Santos de Almeida, filha de Emília Pereira e Luiz Pereira, seguiu os passos de seus pais, vendendo seus produtos nas feiras livres de Tanquinho, cidade próxima ao município de Feira de Santana, no qual atuou tempos depois, na feirinha do bairro Cidade Nova.

Assim, a partir dos depoimentos e narrativas das/os quilombolas de Lagoa Grande, notamos que suas/seus descendentes estabelecem uma importante relação com a Matinha dos Pretos, como pode também ser observado na fala de Dona Maria Cruz, quando diz: "o pessoal da Matinha é a mesma tendência daqui"[13]. Dessa forma, para compreender melhor sua formação e ancestralidade, precisamos entender a própria história da Matinha dos Pretos.

A historiadora Railma dos Santos Souza, em sua dissertação, intitulada *Memória e história quilombola*: *experiência negra em Matinha dos Pretos e Candeal*, informa que o surgimento das comunidades Matinha dos Pretos e Candeal, localizadas no distrito da Matinha, remonta à experiência negra na Fazenda Candeal, no século XIX. Além disso, relaciona-se à

[12] Informações retiradas do texto elaborado por Isabel de Jesus Santos dos Santos, intitulado "Biografia de Luiz Pereira", patriarca da Comunidade Quilombola Lagoa Grande – Distrito Maria Quitéria – Feira de Santana – BA.

[13] Fala de Maria Cruz dos Santos, moradora e parteira da comunidade de Lagoa Grande, no documentário "Os Guardiões da Lagoa".

resistência das/os escravizadas/os na fuga para o suposto quilombo histórico, conhecido como "Matinha" – local de mata fechada próximo à Fazenda Candeal, que atualmente é o território quilombola da Matinha dos Pretos.

A partir das memórias das/os moradoras/es mais antigas/os das comunidades citadas, como também de documentos escritos e inventários do século XIX das/os proprietárias/os da Fazenda Candeal, a autora pôde analisar elementos referentes à existência da escravidão na região de Feira de Santana. Em sua pesquisa, ela conseguiu traçar o perfil das/os escravizadas/os daquela propriedade, identificando nome, cor, idade, profissão/serviço e valor. Apresenta, ainda, um breve estudo das trajetórias de egressas do cativeiro na Fazenda Candeal.

Dialogando com a história da escravidão naquela região, Maria das Neves das Virgens Oliveira, moradora do quilombo Matinha dos Pretos, ex-diretora sindical, relata:

> A história que temos é que os moradores, primeiros moradores daqui da Matinha, foram fugidos da senzala da Fazenda Candeal. Eram os moradores, que eram escravizados, na fazenda dos ricaços da família do Afonso Alves, que era o dono da senzala e, creio eu, que ramificou, não só aqui na Matinha, mas deve ter levado para Tiquaruçu [Distrito de Feira de Santana] – até porque ele tem origem de lá –, por São José, que os netos dele e sobrinhos eram donos de boa parte da terra de Maria Quitéria, então esse povo foi fugido.
> E quando fugiram de lá, eles foram se aglomerando na Matinha, porque aqui era uma área coberta, era uma mata... chama-se "Matinha" porque era uma mata rala. Aí eles vieram fugidos e formavam-se os seus quilombos. Cada um se apoderou do seu *localzinho*, foi se aglomerando ali e foi juntando, formando suas famílias e construindo suas casinhas, da forma que era possível. E assim as comunidades... a Matinha foi povoando, com os negros escravizados, vindos da Fazenda Candeal, que hoje é, pela Sucam, ela é dividida [em] Candeal I e Candeal II, mas antes era um Candeal só. E aí, esses moradores, esses escravizados fugiam; inclusive, meu avô paterno, meu avô materno *(corrige)*, juntamente com os pais, eles fugiram, tem a casa ainda no local lá, onde fizeram as casas deles e aí depois foram construindo famílias e foi crescendo a comunidade.[14]

É possível observar, no depoimento acima, a importância da memória coletiva para a recuperação da história da Matinha dos Pretos, sendo este um fator que fortalece a identidade do grupo, afirma a sua ancestralidade e preserva a transmissão do conhecimento fundamentado na tradição oral. As rememorações de Maria das Neves ressaltam a memória do cativeiro dos seus ancestrais na Fazenda Candeal, como também a formação do suposto quilombo histórico na região de Feira de Santana.

Segundo Francisca das Virgens Fonseca, a comunidade Candeal, pertencente ao distrito da Matinha, originou-se em meados do século XIX, ligada à localidade conhecida como "Cerrado"[15], a primeira organização social de negras/os da região, denominada como

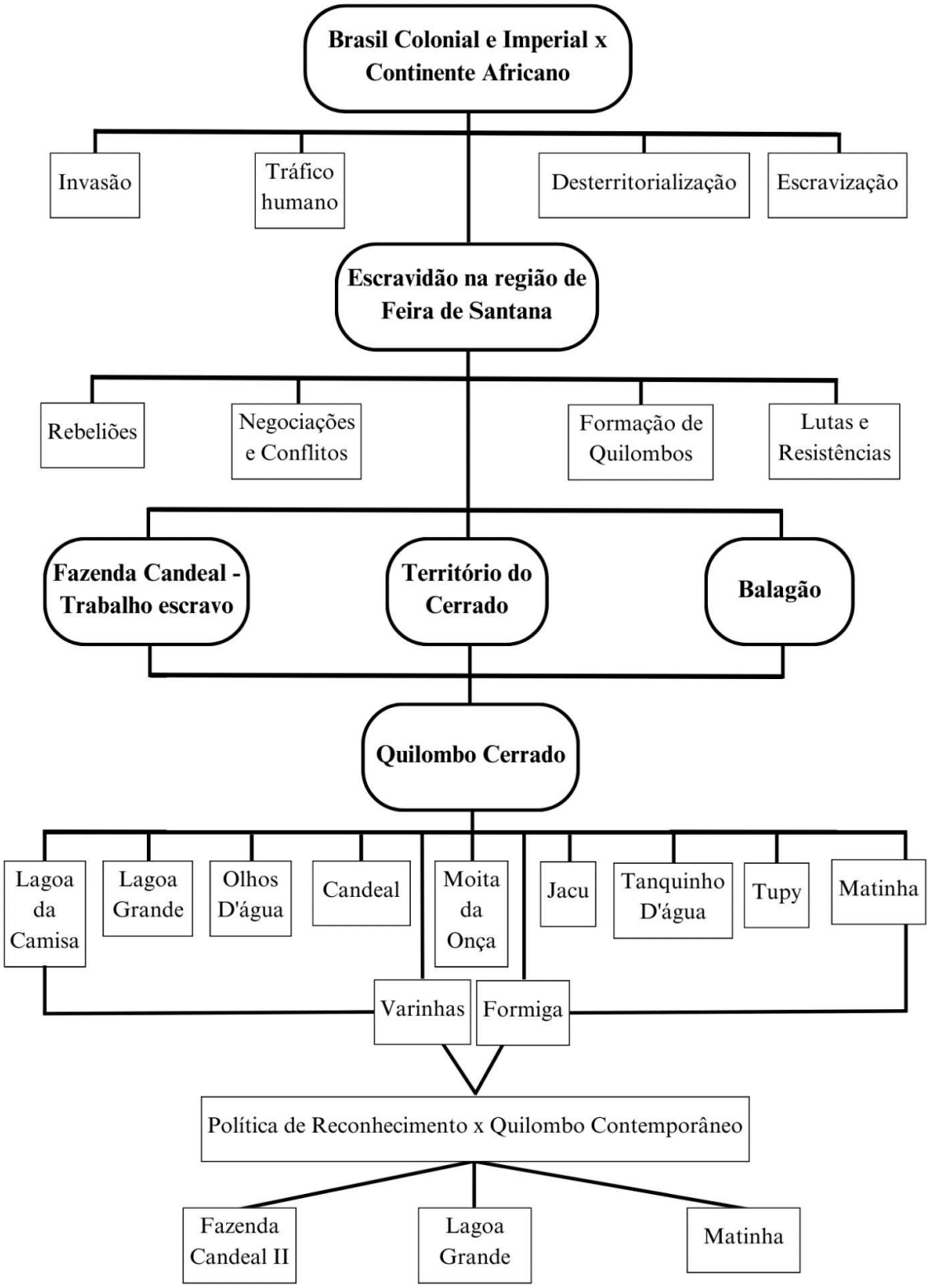
[14] Entrevista realizada com Maria das Neves das Virgens Oliveira, na Comunidade Quilombola Matinha dos Pretos, Distrito Maria Quitéria, Feira de Santana-BA, em 16 de janeiro de 2023.

[15] Segundo Fonseca (2021), o Cerrado compreende, atualmente, as áreas das comunidades de Matinha dos Pretos e Baixão, que ficam localizadas no distrito da Matinha.

“quilombo histórico” (Fonseca, 2021). A partir do Cerrado, constituem-se as três comunidades tradicionais quilombolas de Feira de Santana: Lagoa Grande, Matinha dos Pretos e Fazenda Candeal II, respectivamente reconhecidas pela Fundação Palmares em 2007, 2014 e 2016, conforme assinalamos acima.

Diante desse contexto, a autora apresenta uma síntese do processo de ocupação do território da Matinha, a qual ajuda a compreender o processo histórico de formação desses quilombos certificados no município de Feira de Santana, como mostra o Fluxograma 1.

Fluxograma 1 - Processo de ocupação do Território da Matinha



Fonte: adaptado de Fonseca (2021, p. 82).

Percebemos, através do Fluxograma 1, que os territórios quilombolas no município de Feira de Santana têm uma história em comum e estão entrelaçados nos caminhos da resistência, no quilombo histórico conhecido como “Cerrado”. Com isso, ocorre o processo de migração

em busca da terra para a sobrevivência, surgindo, assim, a comunidade de Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria, como dito anteriormente.

A relação das comunidades Lagoa Grande e Matinha dos Pretos se dá em suas origens comuns. De acordo com depoimentos de moradoras/es, tudo começa no núcleo familiar que habitava o Cerrado: a família dos Pereira. Maria das Neves recorda que:

> Essa relação de Matinha com Lagoa Grande já vem dentro da... quase da criação da própria comunidade de Matinha, né?! Eu acredito que como meus avós, os meus bisavós *(corrige)* vieram para cá, esse povo também veio, porque os pais de Caciano, de Eduardo [moradores da comunidade de Lagoa Grande], eles foram moradores daqui dessa Fazenda Cerrado, eles tinham ligação, a família deles tinha ligação. Então, tinha tia Lina, que era tia de Eduardo – a gente chamava de "mãe Lina" – porque era parteira, né, e mamãe tinha uma... não só mamãe, mas quase todas as mães, nessa época, na época da gente, as pessoas mais velhas mandavam chamar de "tia" ou de "mãe", "mãe" porque era mãe de leite, dava leite de um filho para outro, aí aquele mais velho chamava de "mãe" e quem vinha [depois] ia acompanhando, né?!
> Então, mãe Lina é parente da mãe de Dindinho, que é seu Eduardo e eles tinham tudo em comum. Eles trabalhavam, iam para São José [sede do distrito de Maria Quitéria] a pé, iam para São José tratar fato, ser fateiro, Lina era fateira de São José, junto com a irmã do meu avô... esse povo tudo tinha vida em comum e faziam os trabalhos juntos, faziam mutirão, entendeu? Então essa ligação é uma ligação de que não é só... era uma afinidade de cotidiano... tinham os trabalhos em comum. E creio que um era puxando primo de um, irmã de outro, tio de outro, sobrinho de outro, então é essa ligação do próprio quilombo, né?![16]

O testemunho relembra a formação da Matinha a partir da Fazenda Cerrado, bem como a constituição da família Pereira, a qual migrou para a comunidade de Lagoa Grande posteriormente. Também, destaca o cotidiano das/os quilombolas, que é baseado nas redes de apoio e no trabalho em comum, ligando-as/os pelos laços de parentescos. Notamos que a parentela é um dos elementos constitutivos da identidade quilombola, como enfatiza Isabel de Jesus, moradora de Lagoa Grande: "ser quilombola é ter uma ancestralidade, ser quilombola é ter raízes, é saber que de algum ponto você partiu, é saber que [você] tem parentes, que você é cheio de parentes. Então, que você tem primos, você tem tios, você tem irmãos, muita gente, um próximo do outro".[17]

O território que constitui nosso *locus* de pesquisa foi o primeiro a ser certificado no munícipio de Feira de Santana enquanto comunidade remanescente de quilombos, pela Fundação Palmares, no ano de 2007. O processo de solicitação da declaração partiu do Núcleo Cultural Educacional e Social Odungê, representado pela Sra. Lourdes Souza Santana. No entanto, as/os moradoras/es da comunidade obtiveram informação oficial da certificação por meio de Lívia de Carvalho Mendonça, professora-pesquisadora em Linguística e Letras, que defendeu sua tese em 2014, tendo como lugar de pesquisa a comunidade de Lagoa Grande.

[16] Entrevista realizada com Maria das Neves das Virgens Oliveira.
[17] Depoimento fornecido por Isabel de Jesus para o documentário "Os Guardiões da Lagoa".

Desde então, as/os quilombolas vêm discutindo questões referentes à sua identidade, como também acerca do reconhecimento de seus direitos e da luta para implementação de políticas públicas para a localidade.

Nesta pesquisa, nossos olhares, ouvidos e percepções se direcionaram para aquelas que são a base do território de Lagoa Grande. Buscamos analisar o processo de construção das tramas históricas tecidas por essas mulheres quilombolas, entendendo a elaboração das suas estratégias de sobrevivência e reconhecendo seus fazeres e saberes, a partir do diálogo com suas memórias. Ademais, o recorte temporal investigado trata das décadas de 1970 a 2000, período significativo de mobilização política e social das/os sujeitas/os desse espaço.

Nossa abordagem se respalda no que aprendemos a respeito dos modos de ser e de viver das mulheres do quilombo de Lagoa Grande, a partir dos diálogos e de suas lembranças, que expressam as vivências e as práticas cotidianas que tecem a resistência quilombola. Vale destacar que este texto contempla as vozes de: Crispina Vitória dos Santos, 84 anos; Maria Cruz dos Santos, 74 anos; Maria das Graças Almeida Santos, 67 anos; Maria de Lourdes Soares dos Santos, 76 anos; e Silveria Almeida Santos, 69 anos.

Nesse processo, narramos histórias daquelas que são guardiãs das ervas, mestras na arte de ensinar as primeiras letras, articuladoras políticas e parteiras. Enfim, mulheres que mantêm e reproduzem os modos de existir e resistir no quilombo. Como afirma Maria Raimunda Soares:

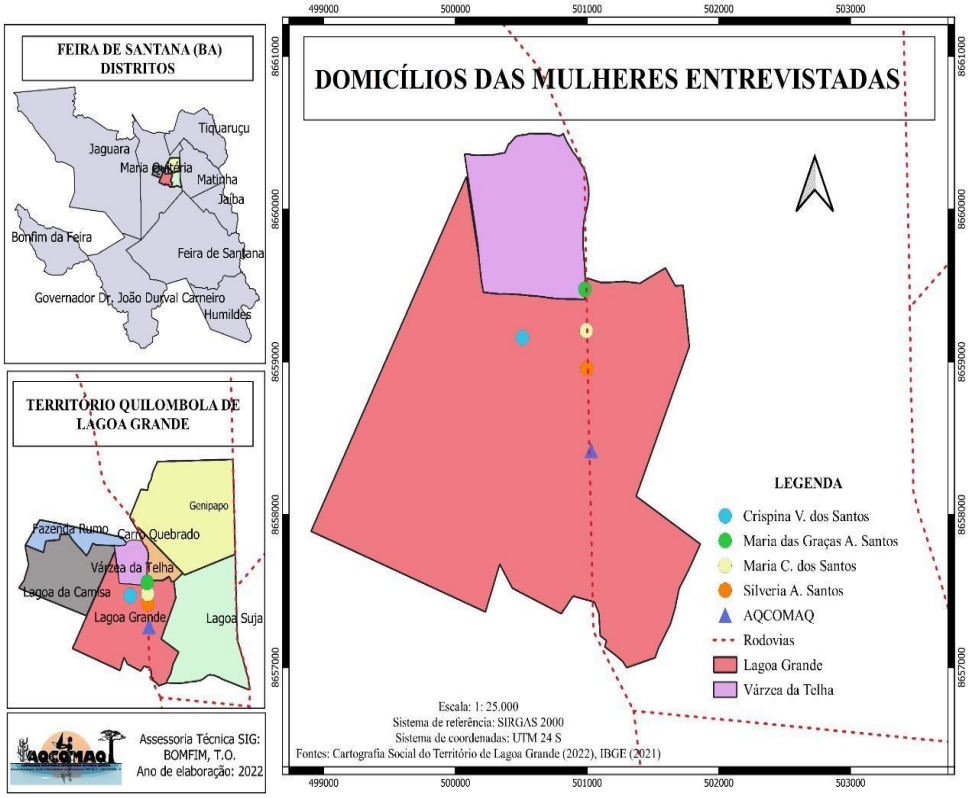
> A tessitura cotidiana das resistências que dá contorno, forma e conteúdo às lutas quilombolas e de comunidades negras rurais no Brasil é feita pelas mulheres. Tecem, noite e dia, espaços coletivos onde depositam força, conhecimento, sabedoria e tecnologias diversas que rompem em momento oportuno, na forma de luta comunitária, coletiva e transgressora. Sem essas mulheres, sequer poderíamos esperançar um modo de vida que rompesse o lugar que foi reservado a nós, negras/os, indígenas e trabalhadores, em um projeto colonial e dependente de país (Soares, 2021, p. 523).

O movimento das mulheres quilombolas se centra no fazer coletivo e comunitário, no bem-estar de todos e todas, afirmando, no cotidiano, que outras formas de projetos de sociedade são possíveis. Então, neste capítulo, apresentamos o modo como as mulheres de Lagoa Grande buscaram alternativas para superar as dificuldades impostas pelo sistema vigente e tratamos do protagonismo feminino na criação e desenvolvimento da Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria, na década de 1970. Esse espaço político e social constitui um marco histórico no território, pois, a partir dele, elas/es se reconhecem como sujeitas/os de direitos que podem atuar na transformação de sua realidade.

As principais interlocutoras do nosso trabalho moram no território de Lagoa Grande, conforme o Mapa 2, salvo Maria de Lourdes Soares, que vive em São José, sede do distrito de Maria Quitéria. O prédio da associação, que se localiza próximo às casas das entrevistadas, é o

local onde começou um sonho por melhores condições de vida, apontando caminhos para a afirmação de suas existências. Antes da construção do espaço físico, as reuniões aconteciam nas casas das/os moradoras/es, que espalhavam suas esteiras e se sentavam no chão, esperançando dignidade para seus corpos.

Mapa 2 - Domicílios das mulheres entrevistadas



Fonte: Lagoa Grande (2022).

Mergulhar nas histórias dessas mulheres nos permitiu acessar seus diálogos com o mundo, suas percepções e seus enfrentamentos, assim como suas lutas, dores e alegrias. Estabelecemos, nas entrevistas – as quais chamamos de "encontros" –, uma escuta sensível, receptiva às vivências da/o outra/o, pessoas que nos emocionam e proporcionam que sejamos afetadas/os por suas trajetórias de vida, resultando na particular importância de quem tanto nos ensinou e ainda ensina.

A história oral possibilita essa interação com as/os sujeitas/os da pesquisa. Suas narrativas nos provocam e nos movem, como bem argumenta Marta Gouveia Rovai:

> Existe a possiblidade de que, como pesquisadore(a)s, sejamos todo(a)s capazes de tratar pessoas consideradas como "informantes", muitas vezes pensadas como "fontes" ou "objeto de estudo" (nosso "outro" objetificado). Nessa situação, comumente a voz corresponde ao esperado, torna-se fornecedora de dados, preenche lacunas, enquanto a oralidade é transformada em registro escrito cristalizado, congelado, ingenuamente apontando como "fiel ao dito". No entanto, as vozes dizem mais; são materializadas em corpos que sentem, selecionam e desejam; entrelaçam-se à nossa voz; complementam, discordam e agigantam o encontro. Não são fontes nem objetos apenas, pois emanam de sujeito(a)s vivo(a)s, muitas vezes de maneira intensa

> e contagiante. As vozes aqui registradas partem de mulheres que projetam expectativas sobre a nossa presença e que, mesmo que não desejemos, "colocam na mesa" novos problemas, fatos e sentidos, afetando-nos profundamente na forma de trabalhar e pensar (Rovai, 2021, p. 19).

Em consonância com essa perspectiva, percorrermos nosso caminho de pesquisa histórica adentrando no universo dessas mulheres, frequentando suas casas e seus quintais, na medida em que elas nos permitiram a troca, o aprendizado e o afeto. Com isso, antes de nos debruçarmos, especificamente, sobre seus trajetos e suas rotas no trabalho comunitário, analisaremos a relação entre as localidades rurais feirenses e o Movimento de Organização Comunitária, nas décadas de 1970 e 1980, visto que essa parceria fomentou e fortaleceu a organização das/os trabalhadoras/es rurais do território Lagoa Grande, impulsionando e instrumentalizando a luta coletiva.

1.2 TECENDO HISTÓRIAS: OS CAMINHOS DAS COMUNIDADES RURAIS FEIRENSES EM PARCERIA COM O MOC

Os caminhos percorridos pelas comunidades rurais feirenses, especificamente Lagoa Grande, na tessitura do trabalho comunitário, durante as décadas de 1970 e 1980, estão imbricados em suas relações com o MOC, que viabilizou práticas coletivas, objetivando dignidade para seus corpos. Assim, mulheres e homens do campo, neste período, se reconhecem como sujeitas/os de direitos, fomentando possibilidades para o exercício da cidadania, numa sociedade que historicamente nega suas existências.

Desde os nossos primeiros contatos com as/os moradoras/es do território de Lagoa Grande, mais precisamente a partir de 2014, percebemos a rede de apoio estabelecida entre as localidades rurais e o MOC, no recorte temporal aqui analisado. À vista disso, estudamos, por meio das lembranças dessas/es agentes sociais, a construção da organização comunitária, via associação, reativando elementos que afirmam a memória coletiva. Essas reminiscências, fortalecidas pelos laços afetivos e de parentescos, contribuíram para entender as experiências elaboradas pelas/os sujeitas/os do espaço. Como nos diz Maurice Halbwachs:

> [...] os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão para 'todo mundo' dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los (Halbwachs, 1990, p. 32).

Halbwachs (1990) também destaca que, para rememorar um acontecimento ou um evento, podemos apelar para os testemunhos. O nosso testemunho e o do outro fortalecem ou enfraquecem, como também podem se completar nesse processo das lembranças. Desse modo,

as recordações, apoiadas em outras pessoas, trazem mais confiança ao ato de relembrar um determinado fato.

O autor afirma ainda que nossas memórias assumem um caráter coletivo, mesmo quando se trata de um evento em que só nós estivemos presentes, salientando que sempre estamos na companhia de outras pessoas. Além disso, destaca que essas rememorações do passado, quando se referem a um determinado grupo do qual fizemos parte, só são possíveis se mantivermos elos com as pessoas que o integram, ou seja, quanto mais nos afastamos dos grupos sociais com que interagimos antes, mais difícil fica a reconstituição dessas recordações.

Podemos observar, portanto, que essa memória coletiva se fortalece de modo particular no conjunto das mulheres e homens quilombolas de Lagoa Grande. A maioria continua vivendo no mesmo espaço, participando de grupos sociais comuns a todos, como a associação, a igreja, a família e a escola. Quando entrevistamos essas pessoas, notamos a fluidez de suas narrativas, revisitando, em suas memórias, tempos da infância, dos afazeres cotidianos e dos saberes agrícolas. Com isso, percebemos que as trocas de experiências com o MOC estão bem vivas em suas recordações, pois, quando falam dos primeiros passos nas práticas coletivas, apresentam-se em suas falas as ações desenvolvidas em parceria com a entidade.

Nesse contexto, Silveria Almeida Santos, 69 anos, moradora de Lagoa Grande, agricultora e professora aposentada, afirma que o processo de criação da Aqcomaq, teve o auxílio e orientação do MOC, na figura de Ildes Ferreira, que, na época, era estagiário da instituição[18]. Ele tem seu nome na ata de fundação da associação, datada em 11 de abril de 1974, como aliado na realização das atividades locais.

Por esse caminho, buscamos aprofundar nossas investigações, dialogando com pessoas ligadas ao MOC. Além disso, tentamos a entrevista com o fundador, professor Antônio Albertino Carneiro, a qual não foi possível devido a problemas de saúde pelos quais passava. Assim, conversamos com Naidison de Quintela Baptista, que nos ajudou muito a conseguir acesso aos arquivos do MOC, os quais trazem fontes escritas e visuais imprescindíveis para se compreender e analisar a relação da entidade com os quilombolas do território de Lagoa Grande.

Nesta etapa da pesquisa, contamos com o apoio de Silveria Almeida e de Maria das Neves, moradora do quilombo da Matinha dos Pretos, para nos auxiliar no reconhecimento das fotografias, pois não estavam catalogadas ou devidamente identificadas. Consideramos esse momento bastante significativo, pois conseguimos perceber como as experiências de décadas

[18] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos, na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, no dia 11 de setembro de 2021.

anteriores com o MOC marcaram e ainda marcam a história das comunidades de Lagoa Grande e Matinha dos Pretos.

Nesse processo, eram notórios os olhares atentos, as risadas e as lembranças de uma época que reverberavam suas trajetórias entrelaçadas com esta instituição. Na Figura 3, podemos ver a concentração e a dedicação delas, buscando contribuir para a pesquisa, participando efetivamente dos procedimentos do trabalho investigado.

Figura 3 - Silveria Almeida e Maria das Neves no Arquivo do MOC

Fonte: acervo pessoal (2022).

As fontes visuais encontradas no arquivo do MOC foram compartilhadas com as/os moradoras/es do território, suscitando e ativando lembranças de uma época que marcou suas vidas. Destacamos, aqui, os registros iconográficos da família de Dona Crispina Vitória (Figuras 4 e 5), que foram surpreendidos com imagens das décadas de 1970 e 1980, apresentando seus modos de vida, suas estratégias de sobrevivência, como também a parceria com o MOC. Como afirmam Adair Felizardo e Etienne Samain,

> Este é o grande valor pertencente à fotografia. Com razão, Le Goff afirma que ela "revolucionou a memória", pois, de imediato, a fotografia pode ativar a memória, falar sobre um passado, permitir revivê-lo no presente, mesmo não sendo ela pertencente ao indivíduo que a observa, mesmo não sendo até ela a rememoração de seu passado. [...] Esta é uma qualidade inexorável da fotografia que independe de seu tempo e do modo como foi produzida e pode atuar tanto na memória individual quanto na coletiva. Em nível individual, uma fotografia pode reavivar sentimentos antes esquecidos, relativos a um momento ou a uma presença que não está mais entre nós, ou trazer, por instantes, sensações vividas em determinada época e que já não existem mais; ela cumpre o seu papel na rememoração, na reminiscência e na redescoberta dos fatos (Felizardo; Samain, 2007, p. 215).

Figura 4 - Eduardo Pereira dos Santos fazendo compostagem em sua propriedade, na comunidade de Lagoa Grande

Fonte: arquivo do MOC ([1985]).

Figura 5 - Criatório de suínos na propriedade de Dona Crispina Vitória dos Santos, na comunidade de Lagoa Grande

Fonte: arquivo do MOC ([1986]).

Segundo os registros do MOC[19] (1986, 1987), a entidade investia na orientação das técnicas agrícolas alternativas, que visavam à conservação e recuperação dos solos, o aproveitamento dos materiais orgânicos, o controle de pragas, dentre outros benefícios. Uma das ações desenvolvidas foi a "Campanha de Compostagem", que orientava as/os agricultoras/es na produção dos compostos orgânicos para serem utilizados como adubos. Em Lagoa Grande, Eduardo Pereira dos Santos utilizou-se desse recurso em sua propriedade (Figura 4), pois, na época, o adubo de esterco bovino se encontrava com alto preço, devido ao aumento da procura e do custo do transporte. Assim, a produção de compostagem se tornava

[19] Informações baseadas nos relatórios anuais do MOC, dos anos de 1986 (páginas 15 e 16) e 1987 (páginas 19 e 20).

uma alternativa viável para as/os lavradoras/es que não tinham condições de comprar o fertilizante.

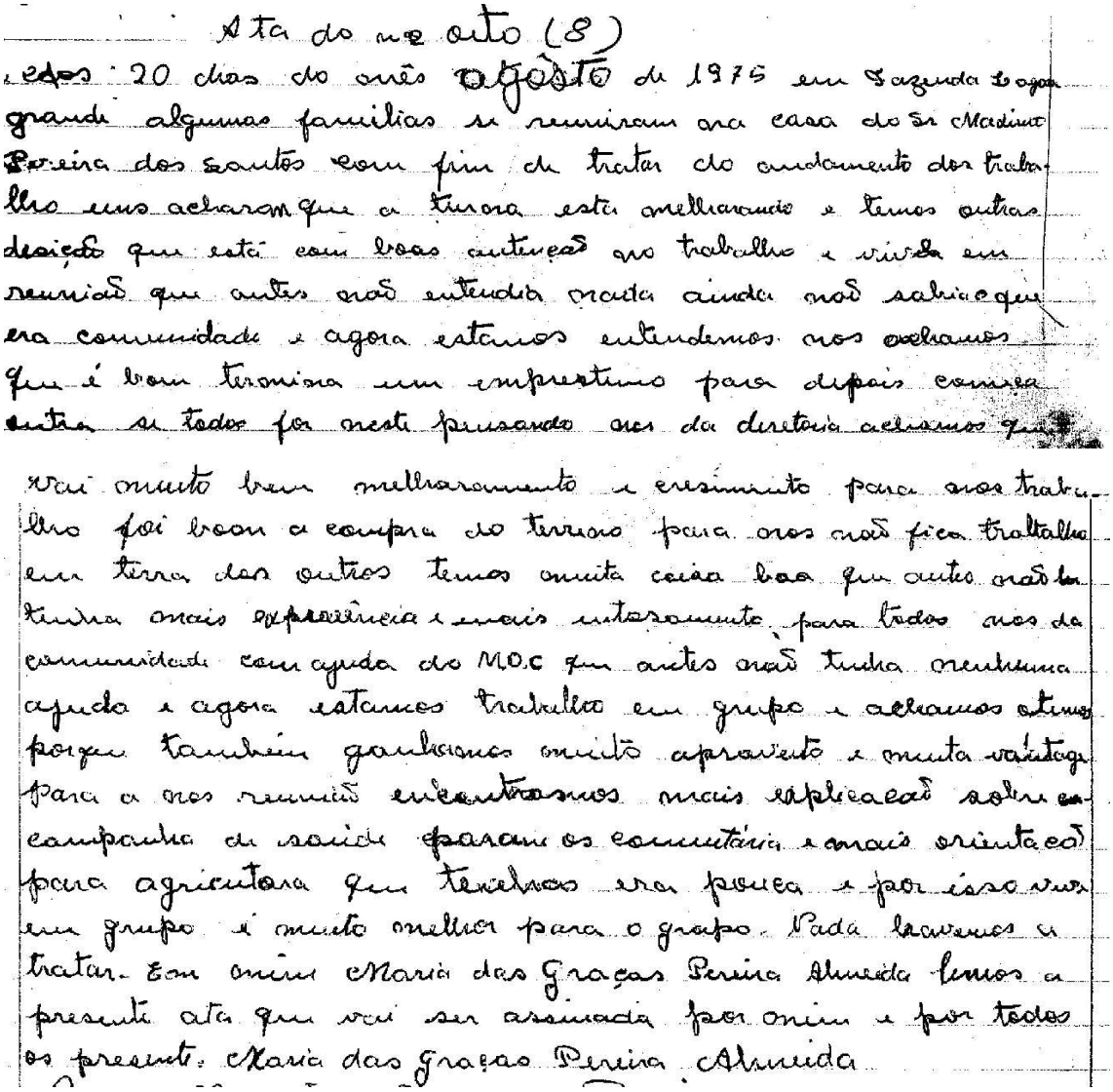
Em uma conversa informal[20], Seu Eduardo enfatiza a importância da assistência técnica do MOC nos trabalhos agrícolas, bem como do estímulo na construção de criatórios de animais, especialmente de suínos, para complementar a renda das famílias rurais (Figura 5). A Figura 5 representa uma atividade cotidiana das mulheres do campo. Nela observamos a figura de Dona Crispina Vitória, moradora de Lagoa Grande, esposa de Eduardo Pereira, mulher que, ao longo de sua trajetória, buscou diferentes estratégias de luta pela sobrevivência.

Ela cuidava de suas/seus filhas/os, da casa, além de dar conta do trabalho árduo na roça, da criação de animais, bem como das atividades de parteira e do Projeto Farmácia Viva e Seca, no qual manipulava os conhecimentos das ervas medicinais para o tratamento de doenças na comunidade. No segundo capítulo, discorreremos mais profundamente sobre o protagonismo dessa mulher na construção e desenvolvimento do projeto que marcou a história do lugar, promovendo a cultura do cuidado e o bem-estar de outras/os que ali habitavam.

Destacamos ainda que é notório, na década de 1970, o envolvimento das/os moradoras/es do território de Lagoa Grande no processo de organização do trabalho comunitário, objetivando trilhar caminhos possíveis para garantir melhores condições de vida. Na Ata da Aqcomaq nº 8 (Figura 6), do dia 20 de agosto de 1975, registrou-se a importância do caminhar em grupo e da organização coletiva, desencadeando aprendizados na área da saúde, como também no setor agrícola, ressaltando a parceira com o MOC na construção dos seus modos de vida.

[20] Comunidade de Lagoa Grande, 25 de fevereiro de 2022. Neste dia, a conversa tinha como objetivo comentar as fotos dessas/es moradoras/es encontradas no arquivo do MOC.

Figura 6 - Ata da Aqcomaq nº 8



Ata do nº oito (8)
Aos 20 dias do mês agôsto de 1975 em Fazenda Lagoa
grande algumas familias se reuniram na casa do Sr Maximo
Pereira dos Santos com fim de tratar do andamento dos traba-
lho eus acharam que a turma esta melhorando e temos outras
desição que está com boas antenção no trabalho e vivela em
reunião que antes não entendia nada ainda não sabia que
era comunidade e agora estamos entendemos nos achamos
que é bom termina um emprestimo para depois começa
outra se todos for neste pensando nos da diretoria achamos que
vai muito bem melhoramento e cresimento para nos traba-
lho foi boom a compra do terreno para nos não fica traltalho
em terra dos outros temos muita coisa boa que antes não ha
tinha mais experiência e mais entosamento para todos nos da
comunidade com ajuda do M.O.C que antes não tinha nenhuma
ajuda e agora estamos trabalho em grupo e achamos o temos
porque também ganhamos muito aproveito e muita vantage
para a nos reunião encontramos mais explicação sobre a
campanha de saúde para nos comunitária e mais orientação
para agricultora que tenhos era pouca e por isso vive
em grupo é muito melhor para o grupo. Nada havemos a
tratar. Em mim Maria das Graças Pereira Almeida lemos a
presente ata que vai ser assinada por mim e por todos
os presente. Maria das Graças Pereira Almeida

Fonte: Aqcomaq (1975, p. 10-11).

Neste documento, é possível perceber como mulheres e homens do campo passam a compreender a força do coletivo. Nesse processo de compreensão, começa um movimento, que se demonstra por falas como essa: “Antes não entendíamos nada, ainda não sabíamos o que era comunidade e agora estamos entendendo” (Aqcomaq, 1975, p. 10). Ali, articulam-se e dão o passo importante da compra de um terreno, e explicam: “para nós não ficarmos trabalhando na terra dos outros” (Aqcomaq, 1975, p. 11). Com isso, tornou-se viável a construção de uma roça comunitária, como também da sede da Aqcomaq. Assim, Dona Maria de Lourdes Soares dos Santos narra:

> [...] fulano, o que é que a gente está precisando aqui, para a gente derrubar um pouco desses matos, vai colocar o quê?”, a gente falou “*ói*, primeiro, a gente ainda não tem dinheiro para comprar telha, madeira, essas coisas...”. Aí eles falaram assim “*ó*, cada pessoa dá o que puder de tijolo, de telha, de madeira, dá o que puder... mão-de-obra... dá o que puder”. Aí a gente... quem não tinha dinheiro carregava água da lagoa, para fazer barro, ia para... ia... quem já sabia fazer o barro, ajudava a fazer o barro, os

> pedreiros, antes... é... eles mesmos se organizaram, ia dividindo, cada semana, cada pessoa ia, que era para levantar as paredes, e a gente começou se animar, quando deu fé, a associação lá, já com a casinha já pronta[21].

A fala de Dona Maria de Lourdes, uma das fundadoras da associação, sinaliza como se deu o processo de construção da Aqcomaq. A lagoa forneceu água e cada pessoa ajudou como pôde a levantar as paredes que sustentariam o espaço da solidariedade, o qual iria proporcionar mudanças significativas no território. Essa tessitura do trabalho coletivo nos faz lembrar a ideia de "compartilhamento", difundida pelo escritor e pensador Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 36), que nos diz:

> Quando ouço a palavra *confluência* ou a palavra *compartilhamento* pelo mundo, fico muito festivo. Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: "Cuidado, não é troca, é *compartilhamento*". Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no *compartilhamento* temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se *compartilham*. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O *compartilhamento* é uma coisa que rende. (Grifo nosso.)

Essa palavra semeada pelo autor quilombola circula nos modos de ser, de fazer e de viver de comunidades tradicionais, quer seja pelos povos "afroconfluentes" ou pelos povos originários. Assim, entendemos que somos seres "compartilhantes", fazemos parte da natureza e temos relação de pertencimento com o lugar, visto que "cada pessoa dá o que puder", é a nossa relação com o ambiente em geral, com as águas, as plantas e os animais.

Nesse contexto, as/os moradoras/es das terras de Lagoa Grande, ao dialogarem com outras comunidades rurais da região, articularam-se para a organização de uma associação civil ampla, com o objetivo de atender às demandas das/os agricultoras/es, viabilizando a comercialização e armazenamento de seus produtos, como também lhes fornecendo gêneros de primeira necessidade. Dessa maneira, na década de 1980, o trabalho do MOC é intensificado nas comunidades rurais, principalmente, com as discussões relacionadas à criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (Apaeb), instituição que surgiu em julho de 1980, atuando como posto de vendas de produtos industrializados, armazenamento e revenda dos produtos das/os lavradoras/es, dentre outras ações.

Observamos, portanto, o protagonismo dessas pessoas na organização de um espaço para a comercialização da sua produção, como também na busca de autonomia. Nos relatórios anuais do MOC, especificamente, no ano de 1980, foi registrada essa ação das/os trabalhadoras/es rurais para o fortalecimento de suas trajetórias.

> No mês de fevereiro, representantes das comunidades rurais se reuniram com a equipe do MOC durante três dias e elaboraram uma sugestão de estatuto para a APAEB que foi distribuída com todas as comunidades rurais e com outros grupos que estão

[21] Entrevista realizada com Maria de Lourdes Soares dos Santos, em São José, no dia 25 de setembro de 2021.

> envolvidos com ações comunitárias para críticas e sugestões. No mês de junho, os agricultores se reuniram e fizeram a elaboração final do estatuto, marcando uma assembleia geral para o dia 02 de julho para aprovação e fundação (oficial) da APAEB, que se realizou com a presença de cerca de 300 agricultores dos vários municípios da região (MOC, 1980, p. 19).

Naidison de Quintela Baptista[22], integrante do MOC, recorda que a Apaeb constitui uma entidade que conseguiu avançar em seus propósitos. Nesse sentido, explica que ela se originou do envolvimento de vários municípios, dando destaque a Araci, Valente, Serrinha, Ichu e Feira de Santana. Atualmente, ele ressalta a atuação da Apaeb de Araci no campo da assistência técnica; de Valente no beneficiamento do Sisal, trabalhando com a exportação; e a de Feira de Santana envolvida, principalmente, na comercialização dos produtos da agricultura familiar. Ainda, em suas rememorações, o entrevistado apresenta essas associações como uma das ações do MOC em diálogo com as comunidades rurais que conseguiram se articular e mobilizar as/os agricultoras/es na busca de melhores condições de vida, assim como de sua autonomia.

Cabe aqui ressaltar que a participação das mulheres enfrentava restrições na Apaeb, um espaço, naquele momento, predominantemente ocupado pelos homens. Em muitas ocasiões, as normas estabelecidas pela instituição apresentavam-se como o reflexo da sociedade machista na qual estávamos e estamos inseridas/os, buscando silenciar e invisibilizar as figuras femininas. Nesse sentido, Silveria Almeida Santos explicita:

> Participava, porque a gente era sócio da APAEB. Aí a briga da gente era porque, se o marido fosse sócio, a gente não era, mas o marido não participava, quem participava era a gente. Aí era onde eu mais Maria [parteira da comunidade]... (*risadas*). Eu mais comadre Maria, até hoje a gente fala "Mas que povo, não quis a gente, porque a gente era mulher, e o marido está, e a mulher não precisa estar". E aí, que dia foi? Que eles nunca foram para reunião. Sempre quem ia era a gente, e quem discutia lá, e quem tomava decisão, era a gente[23].

As palavras de Silveria apontam a importância da solidariedade feminina na luta por seus espaços, junto ao movimento de trabalhadores rurais. Nesse contexto, observamos que as mulheres do campo, desde o início do movimento, tiveram que lutar para participar nos debates e espaços de poder, pois esses reproduziam as estruturas de nossa sociedade machista e sexista. Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga, professora, militante do Movimento Negro e feminista precursora, aponta essas questões na organização de grupos de mulheres negras, nas décadas de 1970 e 1980, destacando que, no próprio Movimento Negro, elas enfrentavam situações de exclusão que, por vezes, negavam a elas o poder de decisão e as deslocavam para atividades ditas "femininas", o que evidenciava, assim, "práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo" (Gonzalez, 2020, p. 104).

---

[22] Entrevista realizada com Naidison de Quintela Baptista, em Feira de Santana, no dia 26 de outubro de 2021.
[23] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos.

Nesse sentido, as trabalhadoras rurais de Feira de Santana, especificamente, do território de Lagoa Grande, no decorrer das suas trajetórias, vêm tecendo estratégias de enfrentamentos às várias formas de violência. Dessa maneira, lutam contra o sexismo, o racismo e a exploração econômica, mesmo que, muitas vezes, não tenham consciência dessas opressões de gênero, raça e classe.

As histórias de vida de Silveria Almeida, Maria Cruz, Crispina Vitória, Maria das Graças Almeida e Maria de Lourdes, a geração avó do espaço quilombola aqui analisado, confluem para as novas gerações os saberes e fazeres das lutas comunitárias e sociais, atravessadas pelas experiências das associações de moradoras/es e da Apaeb, como também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. Com isso, é oportuno ressaltar a mobilização da população do território de Lagoa Grande, Matinha dos Pretos, Candeal e outras localidades na organização da luta sindical.

Segundo Ildes Ferreira Oliveira, sociólogo e ex-integrante do MOC, os sindicatos das/os trabalhadoras/es rurais da região foram fundados por fazendeiros e políticos locais, sem a participação efetiva das/os agricultoras/es, no início da década de 1970 (Oliveira, 1987). Nesse sentido, Oliveira (1987, p. 150) nos informa que:

> Num processo lento e auxiliado por forças externas, os camponeses começaram a questionar a situação mantida; depois de descobrirem e demonstrarem para a opinião pública os desvios a que estavam submetidas as entidades sindicais, inclusive com casos escandalosos de corrupção praticada por seus dirigentes, começaram a se interessar pelo controle dos Sindicatos e a organizar chapas de oposição. Isso a partir do início da segunda metade da década de 1970. Hoje, dos seis municípios, quatro Sindicatos estão sob o controle dos camponeses.

No Relatório de Avaliação Interna do MOC, de 1985, uma das questões propostas era avaliar a organização do Movimento Sindical Rural. Com isso, a equipe do MOC nos informa o processo de retomada dos camponeses nas entidades sindicais, apontando a realização das reuniões, debates e discussões sobre a função do sindicato, como elemento que orientou inicialmente a compreensão das/os agricultoras/es acerca da situação de exploração à qual estavam submetidos, levando-as/os a participar ativamente das atividades e a assumirem, tempos depois, o controle das entidades. No depoimento abaixo (Figura 7), um camponês[24] apresenta sua visão dessa luta histórica:

[24] Nos depoimentos coletados por Oliveira (1987), não havia os nomes das/os entrevistadas/os.

Figura 7 - Depoimento de um camponês – Relatório Anual do MOC, em 1985

" Era um Sindicato pelego, vivia nas mãos dos comerciantes. Hoje depois que tomamos conhecimento do que é o MOC, pedimos a sua ajuda e começamos a receber a sua orientação. Começamos a nos organizar e agora o Sindicato está nas mãos dos Trabalhadores Rurais. Quando o diretor era pelego dava mais apoio aos grandes fazendeiros e grandes comerciantes. Hoje depois que o Sindicato saiu da pelegagem, vem melhorando gradativamente e só não está melhor por causa da dificuldade que o governo cria para atrasar o nosso crescimento".

Fonte: MOC (1985a, p. 32).

Nessa conjuntura, segundo Maria das Neves das Virgens Oliveira[25], moradora do quilombo Matinha dos Pretos e ex-diretora sindical, as trabalhadoras rurais feirenses participaram ativamente do processo de conquista do sindicato, fomentando e mobilizando a campanha eleitoral. Porém, incialmente, sua filiação foi negada, pois uma parte dos trabalhadores rurais entendiam que a liderança e os associados deveriam ser os chefes de família, perpetuando os valores da dominação masculina.

Então, as mulheres camponesas da localidade só conseguiram fazer suas carteiras por volta do início da década de 1980. A partir daí, as primeiras mulheres associadas foram Dona Terezinha Silva (Comunidade Lagoa Salgada – distrito de Maria Quitéria) e Dona Maria Pureza de Amorim Daltro (Lagoa das Pedras – distrito de Maria Quitéria).

Figura 8 - Carteira de sócia do Sindicato dos Trabalhadores de Feira de Santana - 1981

Fonte: arquivo pessoal de Maria Pureza Amorim Daltro (1981).

[25] As informações foram obtidas em uma conversa informal na casa da moradora, no quilombo Matinha dos Pretos, no dia 10 de maio de 2022. Atualmente, Maria das Neves é secretária da Associação Comunitária da Matinha (Acoma) e coordenadora do Projeto Polpa da Matinha.

Vale ressaltar que reencontrei Dona Maria Pureza – mulher de alegria contagiante, olhar terno e precursora na luta sindical feirense (Figura 8) – no processo da pesquisa, quando estabeleci diálogo com as mulheres de Lagoa Grande. Nos momentos de compartilhamento de nossas trajetórias, ativaram-se memórias de um tempo em que fui educadora do Programa Flor de Mandacaru, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, experiência já mencionada nas páginas introdutórias deste trabalho. Dona Pureza foi aluna deste projeto e, desde aquela época, essas mulheres me chamavam atenção, pela riqueza de suas histórias de vida.

Assim, tive a oportunidade de revê-la na comunidade Lagoa das Pedras, em um encontro regado de afetos, memórias e sabores (Figura 9), um dia especial, em que ela completava 90 anos de idade. Escutei com atenção as vozes de cada uma/um das/os protagonistas da história sindical das/os trabalhadoras/es rurais de Feira de Santana, representados ali pela figura de Dona Maria das Graças Almeida – moradora do quilombo Lagoa Grande e fundadora da Aqcomaq –, de Seu Eduardo Pereira dos Santos – filho do fundador da comunidade de Lagoa Grande, ex-sindicalista e liderança quilombola – e de Dona Maria Pureza Amorim Daltro.

Figura 9 - Casa de Dona Maria Pureza Amorim Daltro - Lagoa das Pedras

Fonte: arquivo da autora (2022).

E foi assim que as/os trabalhadoras/es rurais do município foram elaborando cotidianamente modos de fazer e viver que impulsionavam a organização do trabalho coletivo. A parceria firmada com o MOC, em particular no território de Lagoa Grande e Matinha dos Pretos, fomentou possibilidades de práticas comunitárias bastante significativas. Destacamos a criação das primeiras associações na região, como a Associação Comunitária de Matinha, em 1971, e a Aqcomaq, as quais mobilizaram essas/es sujeitas/os em busca de melhorias no modo de produção e comercialização de seus produtos agrícolas, na potencialização dos saberes

ancestrais para os cuidados com a saúde, na inserção nos debates dos direitos das mulheres e na articulação desses homens e mulheres do campo na luta por suas existências.

Desse modo, segue, nas próximas páginas, a recuperação do processo de criação e desenvolvimento da Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria, visibilizando o protagonismo feminino no território de Lagoa Grande, por meio de Maria de Lourdes Soares dos Santos, Ana Maria Soares e Silveria Almeida Santos.

1.3 NARRATIVAS FEMININAS: TESSITURAS DO TRABALHO COMUNITÁRIO NO QUILOMBO

Na reconstrução das experiências históricas das mulheres do Território de Lagoa Grande, foi necessária a escuta sensível de seus relatos. Então, nessa perspectiva, entrevistamos Maria de Lourdes Soares dos Santos, Silveria Almeida Santos e Maria das Graças Almeida Santos – conhecida como Gracinha –, que apresentaram trajetórias atravessadas por afetos, pertencimentos e lutas.

Segundo Verena Alberti, "uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas" (Alberti, 2008, p. 165). Articulando-se com essa visão da história oral, o depoimento de Silveria permite adentrar no universo dessas mulheres.

> Mas foi uma infância que, em alguns momentos, deixou saudade, que a gente recorda como se fosse hoje. E outros eu mesma fiz até questão de esquecer, porque não era gostoso, não era maravilhoso... Serviço braçal, trabalhar de enxada e ter que trabalhar e fazer o serviço direito... Plantar feijão, plantar mandioca e tem que plantar direito. Tirar fumo, cortar fumo, pegar fumo... Cortar não, e nem desolhar, mas carregar o fumo e não deixar o sol queimar, porque se o sol queimasse, levava uma surra... Amarrar fumo... na hora de amarrar fumo, que tirava e aquele fumo saía todo pronto para a gente sentar para amarrar... E a gente ali sentado (*taco-taco*), amarrando fumo. Aí, quando pensava que não, se cochilasse tomava uma lapeada com o talo do fumo. Então, essas coisas eu não gosto de lembrar não. Gosto de lembrar do melhor. O melhor era... final de semana a gente só tinha a casa do meu avô Luiz, pai de Eduardo, que era de uma ponta a outra de gente, na boca da noite. No dia que falava que ia fazer farinha na casa do meu avô Luiz, que era pai de Eduardo, aí a gente ficava na maior felicidade. Agora, na hora que era no avô Cândido, minha filha, a gente chorava, porque tinha que trabalhar rigoroso mesmo, de noite, torrar farinha... e cá não, cá a gente torrava, mas tinha muita gente para fazer alegria e cantar roda, e tirar verso... A casa de farinha enchia, mesmo quem não tivesse farinha, que não torrasse farinha nem nada, ia para a casa de farinha.[26]

[26] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos.

O relato da moradora desperta as lembranças da infância, marcada pelas atividades na roça, realidade das mulheres negras, que, desde cedo, são inseridas no mundo do trabalho, convocadas a ajudar a garantir seu sustento e o de suas famílias. Nesse cenário, encontramos também, reverberando nos versos, cantigas, prosas e casos, antigas práticas de sociabilidade, muitas vezes vivenciadas nos ambientes das casas de farinha.

Girlene da Cruz Ferreira[27] se refere ao cotidiano desses fazeres, destacando o modo tradicional como a fabricação manual da farinha se baseava no trabalho coletivo, constituído por várias etapas: extração das raízes, raspagem, enxugamento da massa, peneiração e torração (Ferreira, 2020). Nos espaços em que se desenvolviam essas atividades, fluíam as conversas e se estabeleciam laços afetivos, bem como eram repassados os ensinamentos que se transmitiam de geração em geração. Segundo a autora, "as casas de farinha possuem um valor simbólico na vida das pessoas que frequentaram ou que ainda frequentam esse ambiente, representam lutas, as superações e as conquistas das famílias" (Ferreira, 2020, p. 73).

Essas práticas são percebidas nas vivências de Lagoa Grande, que tinha como fonte de sustento a agricultura familiar: ali plantavam mandioca, feijão, milho, amendoim, batata doce, aipim e outros produtos, como, também, criavam porcos e galinhas, praticavam a caça e a pesca artesanal e produziam os derivados da mandioca nas casas de farinha (Ferreira, 2020, p. 43).

No depoimento de nossa interlocutora Silveria, é possível perceber que a renda de sua família era toda retirada do cultivo da terra e que viviam com muita dificuldade, precisando trabalhar arduamente para garantir o sustento da casa. Em um mundo marcado pela ruralidade, por uma economia de subsistência, mas também pela produção de excedentes, seu pai plantava de tudo e fazia uma seleção dos produtos para serem vendidos em Feira de Santana, Santa Bárbara e Tanquinho. Dona Gracinha acrescenta que o deslocamento para a feira de Tanquinho era realizado a pé ou nos lombos dos animais, e o trajeto levava em torno de quatro horas. Assim, o cotidiano dessas pessoas era de luta pela sobrevivência, sendo aquele um lugar marcado pela falta de políticas públicas que atendessem às necessidades básicas da população.

Ao longo do tempo, as/os moradoras/es foram se articulando e buscando melhores condições de vida. Iniciaram o trabalho comunitário entre os anos de 1972 e 1973. É nesse contexto que se faz importante sublinhar o protagonismo dessas mulheres em relação à participação no mundo do trabalho e em diferentes instâncias da vida em comunidade. Merecem

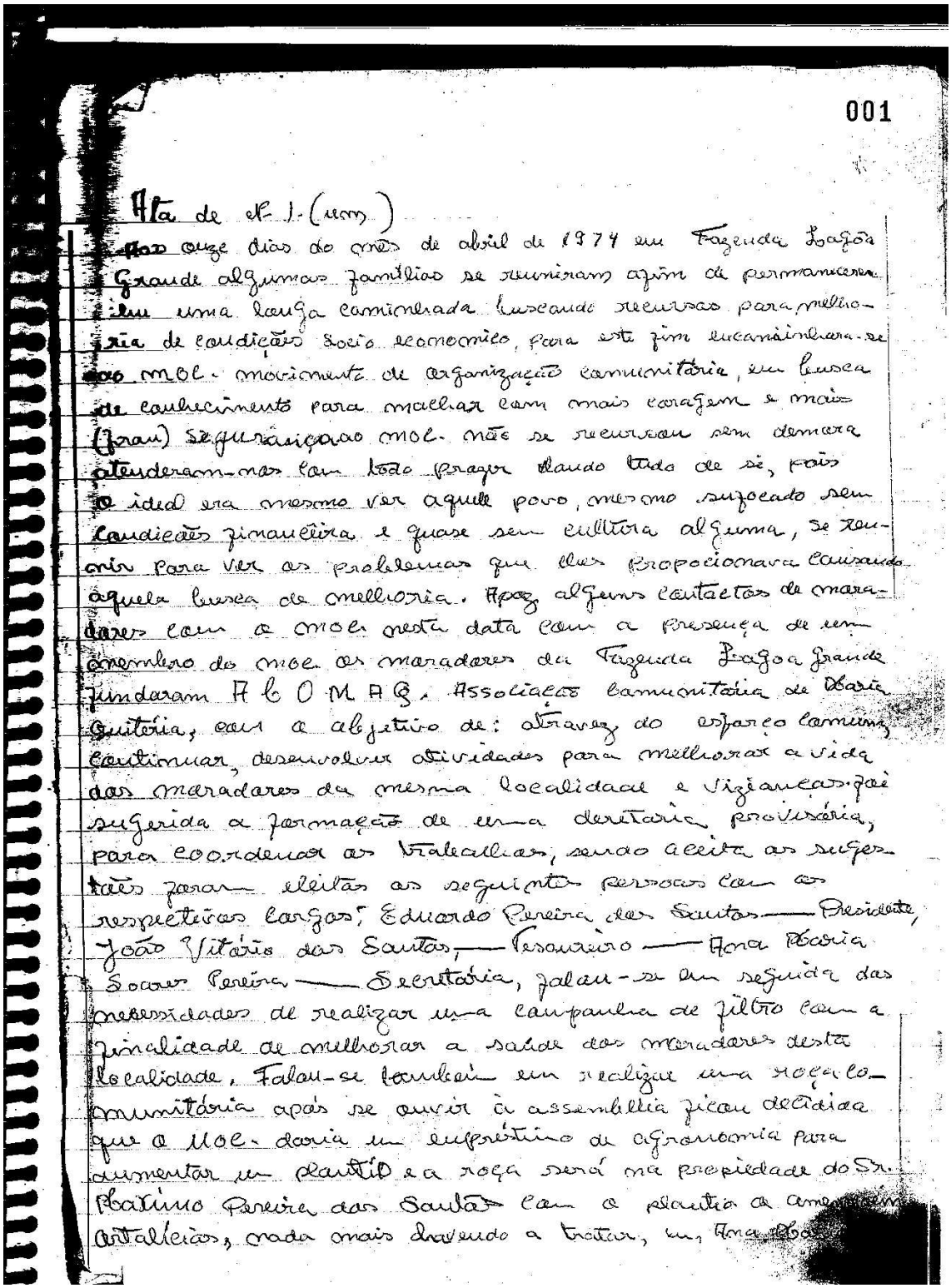
[27] Girlene da Cruz Ferreira é moradora da localidade de Lagoa Suja, pertencente ao território de Lagoa Grande. Concluiu sua dissertação de mestrado intitulada "Os meninos à volta da fogueira: memórias e narrativas de pretos do quilombo Lagoa Grande" em 2020, por meio do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual de Feira de Santana.

menção especial três professoras que, embora não tivessem diploma, atuavam como importantes lideranças do lugar: Silveria Almeida Santos, Maria de Lourdes Soares dos Santos e Ana Maria Soares Santos. Essas mulheres tiveram a iniciativa de estabelecer contato com o MOC, buscando atender, mais imediatamente, suas necessidades individuais e familiares.

Albertino Carneiro, presidente do MOC na época, esclareceu que o apoio financeiro era feito de forma coletiva e, portanto, elas precisariam se organizar em grupo para firmar a parceria. Logo, elas levaram a proposta da instituição para a comunidade, nas reuniões que já realizavam pela Igreja Católica, conhecidas como “círculo bíblico”. A partir daí, foi agendado o primeiro encontro com o MOC, na propriedade de Eduardo Pereira dos Santos, para discutirem suas demandas. Ressaltamos que esse grupo católico tinha como liderança as figuras femininas, entre as quais se destacava Dona Maria de Lourdes, que conduzia os debates.

E assim foram dados os primeiros passos da criação da Aqcomaq, oficialmente fundada em 11 de abril de 1974. Consta, na primeira ata (Figura 10), que os sócios fundadores objetivavam melhores condições socioeconômicas para a comunidade de Lagoa Grande e sua circunvizinhança, tendo o apoio do MOC nessa longa caminhada. Inicialmente, as propostas discutidas foram a campanha de filtro de água e o desenvolvimento da roça comunitária na propriedade de Maximo Pereira dos Santos, cultivando amendoim e hortaliças. Observamos que as ações definidas visavam atender às necessidades básicas daquele povo que, historicamente, estava excluído das políticas públicas do Estado.

Figura 10 - Ata de fundação da Associação Quilombola Comunitária de Lagoa Grande



001

Ata de N. 1. (um)

Aos onze dias do mês de abril de 1974 em Fazenda Lagôa Grande algumas famílias se reuniram afim de permanecer em uma longa caminhada buscando recursos para melhoria de condições socio economico, para este fim encaminhara-se ao MOC. movimento de organização comunitária, em busca de conhecimento para machar com mais coragem e mais (frau) segurança ao MOC. não se recursou sem demora atenderam-nos com todo prazer dando tudo de si, pois o ideal era mesmo ver aquele povo, mesmo sufocado sem condições financeira e quase sem cultura alguma, se reunir para ver os problemas que lhes propocionava causando aquela busca de melhoria. Apoz alguns contactos de moradores com o MOC nesta data com a presença de um membro do MOC os moradores da Fazenda Lagoa Grande fundaram A C O M A G. Associação Comunitária de Maria Quitéria, com o objetivo de: atravez do esforço comum, continuar, desenvolver atividades para melhorar a vida dos moradores da mesma localidade e vizianças. foi sugerida a formação de uma deretoria provisória, para coordenar os trabalhos, sendo aceita as sugestões foram eleitas as seguintes pessoas com os respectivos cargos; Eduardo Pereira dos Santos — Presidente, João Vitório dos Santos, — Tesoureiro — Ana Maria Soares Pereira — Secretária, falou-se em seguida das necessidades de realizar uma campanha de filtro com a finalidade de melhorar a saúde dos moradores desta localidade. Falou-se também em realizar uma roça comunitária após se ouvir à assembléia ficou decidida que o MOC. daria um empréstimo de agronomia para aumentar um plantio e a roça será na propiedade do Sr. Maximo Pereira dos Santos com o plantio de amendoim ortalícias, nada mais havendo a tratar, eu, Ana Ma[illegible]

Fonte: arquivo do MOC (1974, p. 1).

Segundo o relato das moradoras, a roça comunitária se tornou uma possibilidade de geração de renda para aquelas famílias que produziam para seu próprio consumo, bem como comercializavam os produtos nas feiras livres de Tanquinho e de Feira de Santana. Como

supracitado, o trabalho coletivo se iniciou na roça de Maximo Pereira, que cedeu uma área para o plantio de feijão, amendoim, alface, couve, beterraba, cenoura e coentro.

As/os agricultoras/es recebiam auxílio técnico, por meio do MOC, fortalecendo, assim, seu domínio sobre as práticas agrícolas, e recebiam, ainda, apoio financeiro (fundo rotativo), para a compra de adubo e outras necessidades. Dessa forma, seguiam elaborando, organizando e reproduzindo seus modos de vida, baseando-se nas atividades comunitárias, nas trocas de saberes (tradicional e científico) e nas redes de solidariedade.

Com este relato, podemos perceber que, também nessa conjuntura, a população negra se encontrava marginalizada e excluída do projeto de cidadania, tendo que buscar, portanto, outros caminhos para a sua sobrevivência. Nesse movimento, acabavam por contrariar a ordem estabelecida ao promover ações voltadas para a organização do coletivo. A reflexão da historiadora Beatriz Nascimento destinada a repensar os quilombos históricos permite analisar essa experiência no contexto das possibilidades elaboradas pelo povo negro para resistir.

Nascimento (2018), que, apesar da partida prematura, deixou um importante legado sobre a história do povo negro no Brasil, deu destaque especial para os estudos de quilombos, apontando-os como assentamentos sociais que propõem uma nova ordem interna e estrutural de enfrentamento ao regime oficial, formando agrupamentos que estabelecem relações sociais intrínsecas, bem como ligações econômicas e sociais com as regiões circunvizinhas (Nascimento, 2018, p. 129). A autora observa, também, que, nos tempos de “paz quilombola” (Nascimento, 2021b, p. 132-133), elaboravam a manutenção e reprodução dos seus modos de vida, constituindo a força desses núcleos sociais. Na contemporaneidade, vivenciando outros contextos, as comunidades negras rurais seguem propondo outros modelos possíveis de sociedade.

Nessa trajetória de organização coletiva do quilombo de Lagoa Grande, notamos a participação efetiva das mulheres nos fazeres agrícolas, nos debates das reuniões e na própria composição da gestão da associação, assim como no desenvolvimento de trabalhos relacionados ao cuidado, à saúde e à educação. O protagonismo nessas ações integra a questão central da nossa pesquisa, que objetiva estudar o processo de construção das tramas históricas tecidas pelas mulheres quilombolas de Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria, Feira de Santana-Bahia.

No cotidiano das atividades na roça comunitária, a base da mão de obra era feminina, sendo algumas dessas mulheres viúvas e solteiras no exercício da maternidade, constituindo-se chefes de família que buscavam, na labuta da roça, o seu sustento. A Figura 11 representa um

desses momentos de práticas coletivas no espaço da Aqcomaq, onde as/os agricultoras/es reelaboravam suas formas de vida e suas estratégias de subsistências.

Figura 11 - Roça Comunitária- Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria

Fonte: acervo pessoal da moradora Silveria Almeida Santos ([1979]).

Historicamente, as mulheres negras vêm elaborando táticas de sobrevivência, apresentando resistência e reafirmando suas existências, em um processo que as levou a enfrentar-se com as condições de subalternidade e em último lugar na pirâmide que articula raça e gênero, conforme nos chamou atenção Gonzalez (2020). Nesse contexto, a historiadora Cecília Moreira Soares sinaliza as experiências das mulheres negras livres e libertas, nas ruas de Salvador, no século XIX, conhecidas como "ganhadeiras", que, "fugindo aos lugares a elas destinados na sociedade escravista, ascenderam à condição de pessoas de relativa importância na economia de Salvador, particularmente por realizarem a circulação de bens alimentícios essenciais" (Soares, 1996, p. 71).

Assim, podemos perceber que, tanto no período escravista quanto no pós-escravidão, as mulheres negras criavam estratégias diversas de sobrevivência, na cidade ou no campo, de forma que pudessem conquistar condições melhores de garantir seu sustento e de sua família. Segundo Edinelia Maria Oliveira Souza (2016), estudiosa do pós-abolição na Bahia, muitas tramas giravam em torno da vida das mulheres negras, solteiras e mães, no decorrer dos primeiros tempos da República no Recôncavo Sul da Bahia. Nesse sentido, por meio da análise de processos criminais envolvendo mulheres negras, foram identificados casos em que

> as mães viviam em condições-limite, atravessando grandes dificuldades econômico-sociais, sobretudo quando se encontravam com muitos filhos para sustentar. As redes de solidariedade ou dependência recíproca, seguramente, constituíram expressivas estratégias de sobrevivência e de apoio às famílias, embora, muitas vezes, não fossem suficientes para evitar a ruptura, os desajustes e os conflitos sociais de dimensões variadas (Souza, 2016, p. 99).

A partir dessa argumentação, compreendemos que as mulheres ganham destaque entre os moradores daquela região que envolve a comunidade de Lagoa Grande, por estarem sempre acionando redes de solidariedade para enfrentar as dificuldades vivenciadas, zelando, assim, por suas famílias e cuidando das novas gerações que surgiam. A bata do feijão é um desses momentos da tradição da roça em que a rede de apoio e de solidariedade se reforça. Segundo Ferreira (2020, p. 83-89), trata-se de "um tipo de trabalho coletivo artesanal para a retirada dos grãos do feijão da palha". Como uma forma de celebração, em que agricultoras/es comemoram e agradecem pela boa colheita, reúnem-se familiares e vizinhas/os no terreiro da casa, para bater com uma vara sobre a vagem seca a fim de que os grãos se soltem. O trabalho é realizado ao ritmo das cantorias e das pancadas dos porretes.

Os cânticos entoados geravam momentos de afabilidade e integração entre os familiares e amigas/os, intensificando os laços afetivos. Na Figura 12, temos Dona Maria Ferreira dos Santos e Dona Joana Brito Silva, ambas moradoras do território de Lagoa Grande, na propriedade de Seu Francisco Pereira Silva, na prática coletiva da bata do feijão.

Figura 12 - Bata do feijão no território de Lagoa Grande

Fonte: acervo do MOC ([198-]).

Essa prática comunitária é relatada com muita saudade por Dona Maria de Lourdes, que hoje vive na sede do distrito, em São José, a dois quilômetros da comunidade de Lagoa de Grande. Ela nos informa que era um tempo bom, de muita agregação e compartilhamento. O trabalho era feito no universo das práticas em que se investia na manutenção das tradições, como é o caso do boi roubado e da bata do feijão. Em suas lembranças, retoma as cantorias:

> A bata é assim: se tivesse... eram uns seis agricultores que já estavam com o feijão todo seco, aí batia o feijão e cantava, e a gente só pra *biatar* [separar o feijão das cascas e do pó], e eles cantavam "bata de feijão, deixa de malcriação, pega esse nego

> de pau e pega esse nego de mão", e tinha outra "bata de feijão, vem aqui *pra* te pisar, os homens *pra* bater e as *mulher* pra *biatar*", porque eles pisavam mesmo, jogavam para cima não é, as coisas... e a gente já tirando, e tome-lhe, é... peneira para biatar, quando eles terminavam a gente já tinha terminado também[28].

Os versos entoados pela depoente dizem: "bata do feijão, deixa de malcriação, pega esse nego de pau e pega esse nego de mão". Assim, chama-nos atenção para possíveis ressonâncias dos tempos do cativeiro, especificamente, a violência imposta às/aos negras/os escravizadas/os durante o trabalho, o que ainda está presente no inconsciente das populações negras do campo.

Além das vivências do cotidiano da roça, as quilombolas de Lagoa Grande se empenhavam também nas práticas educativas. Renilda Santos[29] informa que as primeiras ações de escolarização na comunidade iniciaram com a professora leiga Helena Pereira dos Santos – filha de Luiz Pereira e Emília Vitório –, na década de 1970 (Santos, 2019). Ainda, conforme Santos (2019, p. 25), a primeira turma de alunos era formada por adultos que "tinham o interesse de aprender assinar o nome", e, para isso, reuniam-se na casa de um dos primeiros moradores da localidade, Luiz Pereira dos Santos.

Observamos, desse modo, que nesse território a educação sempre foi uma das prioridades do povo que o habita, sendo as mulheres fundamentais na busca e efetivação desse direito tantas vezes negado pelo Estado. Nessa ação educativa, merecem destaque Silveria, Maria de Lourdes e Ana Maria, sobre as quais iremos falar mais detidamente em seguida, principalmente acerca das duas primeiras, para assinalar seus protagonismos na comunidade.

1.3.1 Silveria, Maria de Lourdes e Maria das Graças: três educadoras de Lagoa Grande

Em 2013, conheci Silveria na programação do Novembro Negro da comunidade, ocasião em que a Escola Municipal José Tavares Carneiro, na qual leciono, prestou uma homenagem a ela, enquanto mulher preta que faz a diferença no espaço em que vive. Aos poucos, fomos construindo uma relação de afetividade e confiança, realizando alguns trabalhos juntas, como o documentário *Os guardiões da Lagoa*, do qual ela participou como protagonista das lutas pela preservação do principal recurso natural da comunidade: a lagoa. Quando a comuniquei sobre esta pesquisa, afirmou estar muito feliz em poder contribuir com a elaboração da narrativa histórica das mulheres quilombolas daquele espaço.

---

[28] Entrevista realizada com Maria de Lourdes Soares dos Santos.

[29] Renilda da Cruz dos Santos e Santos é moradora do quilombo de Lagoa Grande e, atualmente, preside a Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria. Concluiu seu trabalho final da Pós-graduação em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária, no Instituto Federal de Ensino, *campus* Serrinha, em 2019, intitulado "Saberes Quilombolas e os desafios na integração entre comunidade e escola no processo de efetivação da Educação Escolar Quilombola em Lagoa Grande (Feira de Santana – BA)".

Silveria nasceu pelas mãos de dona Tutu – avó de dona Maria Cruz dos Santos, que também seguiu os passos do ofício de parteira na comunidade de Lagoa Grande –, em 31 de dezembro de 1954, em Lagoa Grande, Distrito de Maria Quitéria, filha de Maximo Pereira dos Santos e Inês Almeida Santos. Seus avós paternos são Luiz Pereira dos Santos e Emília Pereira dos Santos; e os avós maternos são Cândido Pereira de Almeida e Gínia Almeida da Silva, que estão entre as/os primeiras/os moradoras/es do território, tendo chegado nas primeiras décadas do século XX, vindas/os da Matinha dos Pretos.

Silveria, mulher, mãe, professora, agricultora e militante do trabalho comunitário, traçou uma história significativa na área educacional, iniciando suas atividades na Escola Municipal Anizio Pereira Bernardes, em 1974, na localidade de Matinha dos Pretos, Distrito de Maria Quitéria[30]. Sua trajetória é marcada pelas lutas por educação de qualidade para sua comunidade e arredores, buscando, ao lado das moradoras do quilombo, desde a década de 1970 e 1980, a implantação da Escola Municipal Vasco da Gama, atualmente, denominada Escola Quilombola Luiz Pereira dos Santos.

Ao longo desta caminhada, concluiu seus estudos com formação em magistério, pois a condição de professora leiga sempre a inquietava, o que demonstra sua busca constante por espaço e melhores condições na sociedade. Atualmente, está aposentada, mas, ainda assim, batalha pela implantação de um currículo escolar que mantenha o diálogo com os saberes da comunidade local.

Além dela, outra figura feminina de destaque no campo da educação no território é a senhora Maria de Lourdes, que nasceu na região da Matinha dos Pretos e foi para Lagoa Grande com um ano e seis meses de idade. Desde os oito anos, já trabalhava para ajudar nas despesas de casa e, com doze anos, ficou órfã de mãe, fato que desorganizou sua base familiar. Nesse contexto, Dona Lourdes foi superando suas dificuldades e, através de seu interesse pelos estudos, conquistou, com muito sacrifício, a formação em magistério, ainda na década de 1970, acontecimento pioneiro na comunidade. Na entrevista para esta pesquisa, ela nos relata a importância da educação escolar e seu poder transformador na vida das pessoas:

> [...] eu acho que a educação tem que estar em primeiro plano; ó... primeiro, para a pessoa viver analfabeta, a pessoa não consegue nada, nunca conseguiu, agora que não vai conseguir. E, antigamente, a educação era mais difícil, a pessoa se engajar na educação, se engajar assim para subir, como hoje mesmo, para fazer universidade, para ser pedagoga... porque antigamente podia ser um professor leigo, mas agora não pode mais... Então, a educação está, para mim é a prioridade do ser humano, porque

[30] Ainda na época, Matinha dos Pretos pertencia ao Distrito Maria Quitéria. Desde 2008, passa de povoado para Distrito de Matinha.

> o ser humano que dizer que vai viver sem, pelo menos, saber ler e escrever, só saber fazer o nome dele, não vai para lugar nenhum não, *fia*, não vai não, não consegue.[31]

O relato demonstra a percepção dessa mulher em relação ao papel da educação para si e na vida da/o outra/o, compreendendo-a como possiblidade de ocupar espaços historicamente negados para os corpos negros. Dona Lourdes nos informa que, quando assumiu a direção da Escola Municipal José Tavares Carneiro, situada na sede do Distrito de Maria Quitéria, enfrentou situações de racismo, citando o caso de uma professora concursada que se recusou a lecionar na unidade escolar devido ao fato de o cargo de diretora estar nas mãos de uma mulher negra.

Dona Lourdes não se intimidou com a atitude e se posicionou: "você é racista, e aqui racista não dá para ficar não, que aqui todo mundo é negro, não dá para ficar aqui"[32]. Sua fala assertiva enfrenta os dispositivos preconceituosos naturalizados nas instituições de ensino brasileiro, que atacam corpos racializados de pessoas negras.

A postura crítica da professora Maria de Lourdes nos remete à pesquisa da historiadora Mariléa Almeida, que aborda as experiências de mulheres quilombolas do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, analisa suas práticas e narrativas no campo da educação, à luz da noção de "parrésia", proposta por Michel Foucault, a qual, "em linhas gerais, trata-se da coragem de dizer a verdade, ainda que se incorra em algum risco por conta desse falar" (Almeida, 2022, p. 230).

A autora apresenta as atitudes dessas mulheres como parresiásticas, pois quebram com o silêncio de condutas escolares que naturalizam os mecanismos racistas, negando os saberes elaborados historicamente pelas comunidades tradicionais. Por esse mesmo viés, Gonzalez (2020, p. 77-78) afirma:

> O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

Cabe ressaltar, ainda, a participação de Maria das Graças Almeida Santos nas ações educativas, atuando na escola como professora leiga, bem como na área de serviços gerais, fortalecendo e contribuindo para a efetivação do ensino na comunidade. Encontramos, no acervo do MOC, uma fotografia que demonstra o seu envolvimento nos projetos da associação, no contexto de um programa beneficente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em parceria com o MOC, ocasião na qual participou como cuidadora das crianças. Segundo Dona

[31] Entrevista realizada com Maria de Lourdes Soares dos Santos.
[32] Entrevista realizada com Maria de Lourdes Soares dos Santos.

Maria das Graças, essa ação foi muito significativa, pois garantia alimentação diária para as crianças, além de se constituir também em um espaço de acolhimento e lazer (Figura 13)[33].

A Figura 13 mostra o cuidado das famílias com as crianças, arrumando-as, certamente, com as melhores vestimentas, para participarem desse momento de sociabilidade e diversão. As cadeiras, que formavam uma roda, simbolizam a necessidade de que todas/os possam se olhar e se reconhecer na/o outra/o, quebrando a ideia convencional de fila. No canto da foto, o filtro de água recorda o zelo e atenção com a saúde e bem-estar das/os pequenas/os.

Figura 13 - Projeto da associação com as crianças da comunidade

Fonte: acervo do MOC (1984).

Pensar nas trajetórias das mulheres de Lagoa Grande nos leva à história de outras mulheres negras que reorganizaram suas vidas na diáspora, em outros tempos e contextos. Historicamente, elas criaram condições possíveis para sobreviver, tanto no cativeiro como no pós-abolição, agenciando suas lutas cotidianas pela liberdade e pelo exercício pleno de sua cidadania. Conforme observou Karine Teixeira Damasceno, na cidade de Feira de Santana, entre os anos de 1871 e 1884, as mulheres escravizadas eram protagonistas na luta pela liberdade legal de si e de sua prole, negociando de forma hábil com seus senhores e senhoras. A autora ainda destaca:

> A construção das condições para que se tornassem donas de si mesmas precisava contar a todo momento com uma ampla rede de solidariedade, e, em muitos casos, foi possível notar a capacidade das mulheres de reunir pessoas em torno de seu projeto. Além disso, em condições adversas como as vivenciadas por elas durante o cativeiro,

[33] Segundo Dona Maria das Graças, essa fotografia foi tirada em março de 1984, no prédio antigo da associação. No centro da fotografia, encontra-se Dona Gracinha; no canto esquerdo, Dona Nice, filha de Seu Pedro; e as crianças identificadas são: Rita de Buré (segunda, ao lado esquerdo de Dona Gracinha); Eliana, filha de Caciano (primeira, ao lado esquerdo de Dona Gracinha), e Ito, filho de Caciano (o último, da esquerda para a direita).

> a solidariedade não era uma questão de escolha, mas uma necessidade inerente à sobrevivência física e psicológica das mulheres e dos homens, cujas vidas foram marcadas, direta ou indiretamente, pela experiência da escravidão, enquanto perseguiam viver em liberdade (Damasceno, 2021, p. 330).

A partir disso, observamos que as redes de apoio entre as mulheres negras constituíram elementos centrais no enfrentamento às opressões de gênero, raça e classe. Além disso, teciam outros caminhos possíveis para a garantia da sobrevivência e para o fortalecimento da comunidade negra.

Nesta pesquisa, estudamos as experiências das mulheres de Lagoa Grande, que articulam, desde a infância, suas táticas de sobrevivência, marcando presença nos trabalhos comunitários, na labuta da roça, nos desafios das classes multisseriadas, nos cuidados da casa, da família e da comunidade. Outrossim, sempre foram parte da preservação e manutenção dos saberes ancestrais, como a manipulação das ervas – conteúdo que abordaremos no segundo capítulo – e do ofício de parteira – a ser apresentado no terceiro capítulo.

Em suma, investigamos histórias de mulheres atravessadas por afetos, pertencimentos e lutas. Aqui, em particular, desenvolvemos um pouco mais acerca das trajetórias de Silveria Almeida, Maria de Lourdes e Maria das Graças, que elaboraram e efetivaram experiências significativas no processo de construção do território de Lagoa Grande. Suas marcas são registradas pelo protagonismo feminino, nas tessituras do trabalho comunitário, nas décadas de 1970 e 1980, especificamente, na criação e desenvolvimento da Aqcomaq e na implementação da Escola Municipal Vasco da Gama, atualmente, denominada Escola Municipal Quilombola Luiz Pereira dos Santos.

CAPÍTULO 2

SABERES E FAZERES ANCESTRAIS: PROJETO “FARMÁCIA VIVA E SECA”

Figura 14 - Dona Crispina Vitória

Fonte: arquivo pessoal (2023).

Quem se importa?
A quem de fato importa, se como, se durmo, se rio ou choro?
A quem de fato importa se no pelejar da vida
me vi muitas vezes suja, escorada a um tronco
que me sombreava no meio da plantação,
de prato na mão alimentando meu corpo
ao mesmo tempo que a alma revigorava para voltar pra lida?
A quem de fato importa,
se cansada do dia,
exausta quase sem guentar em pé,
tinha que cuidar da casa, dos filhos, do marido, dos vizinhos,
engolindo a seco meu choro de lamento,
que revelava a minha exaustão?
A quem de fato importa,
se mesmo com as lágrimas persistindo em molhar meu rosto,
uma fala ou um sorriso, feito como relampejo,
arrefecia minha alma escaldada do sol,
levando adiante todo o cansaço,
me preparando para o novo dia que não demorava?
A quem de fato importa,
se para os meus suportarem a peleja,
minhas mãos grossas tornavam-se plumas
a dançar entre as ervas do meu quintal
produzindo cura para quem precisasse?
Importa, de fato, eu digo...
Para aquele que recebeu meu afago,
que sarou em mim suas dores,
que foi capaz de me pôr ao lado e me dá o meu valor.
Importa aos que eu pari,
aos que eu peguei em meus braços,
saído de outras terras férteis como a minha.
Importa quem eu amei,

> a quem me amou
> (Tamille Ferreira; poema dedicado a minha avó Crispina) (Ferreira, 2024, p. 44-45).

A partir da linguagem poética de Tamille dos Santos Ferreira, neta de Dona Crispina Vitória dos Santos (Figura 14) – personagem importante da nossa pesquisa –, convidamos as/os leitoras/es a adentrarem os caminhos percorridos por esta mulher, que é guardiã das ervas, parteira, benzedeira, quilombola e inventora do Projeto Farmácia Viva e Seca. Assim, nas próximas linhas, identificamos, por meio das memórias, o processo de criação do Projeto Farmácia Viva e Seca e os imbricamentos com a medicina ancestral das quilombolas.

Na primeira parte discutimos aspectos teóricos relacionados aos tensionamentos e entrelaçamentos entre a medicina tradicional e a medicina científica, com base nas/os autoras/es Santos (2005), Ferreira (2016), Ferreira (2024) e Pimenta (2016). Também, analisamos os saberes terapêuticos, elementos basilares nas comunidades tradicionais, ressaltando o uso das ervas medicinais. Ainda, nesse debate, evidenciamos as experiências das mulheres quilombolas do território de Lagoa Grande no Projeto Farmácia Viva e Seca, destacando a trajetória de vida de Crispina Vitória dos Santos.

2.1 "PRIMEIRO TENHO QUE ATESTAR AS FOLHAS": IMBRICAMENTOS E TENSÕES ENTRE A MEDICINA ANCESTRAL E MEDICINA OFICIAL

> [...] Mas eu gosto muito de minhas plantas, porque antes de correr para o médico, primeiro tenho que atestar as folhas, porque eu tenho um negócio comigo que as folhas curam mais do que esses remédios que a gente toma. O remédio cura também, mas cura uma coisa e aparece outra que não cura, então, as folhas não matam não, quer dizer, se não souber também mata, mas sabendo as folhas são ótimos remédios.[34]

As palavras de Crispina Vitória dos Santos, moradora da comunidade de Lagoa Grande, agricultora, parteira, benzedeira, guardiã dos saberes das ervas, anunciam sua crença popular na arte de curar ao afirmar: "porque eu tenho um negócio comigo que as folhas curam mais do que esses remédios que a gente toma"[35]. Ela demonstra sua confiança nas ervas curativas e traduz a força da medicina alternativa com base nos conhecimentos ancestrais disseminados no cotidiano das comunidades tradicionais. Visto isso, aprofundaremos mais adiante sua trajetória de vida e seu trabalho, em particular, com as plantas medicinais.

[34] Entrevista realizada com Crispina Vitória dos Santos, na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, no dia 9 de outubro de 2021.
[35] Entrevista realizada com Crispina Vitória dos Santos.

Dona Crispina Vitória declara com muita segurança: “antes de correr para o médico, primeiro eu tenho que atestar as folhas”[36]. Assim, percebemos o quanto é significativa a prática medicinal popular, que vem de muito longe: das mães, dos pais, das avós, dos avôs, das bisavós e das tataravós, ou seja, dos saberes difundidos desde os tempos mais remotos pelas/os ancestrais. Para elas/es, antes da procura pela medicina formal, é necessário recorrer às ervas e à terapia de costume, que orientava a comunidade.

É importante ressaltar que a medicina popular tem muita credibilidade por parte do costume e do imaginário social brasileiro. No entanto, suas práticas nem sempre conviveram de forma harmônica com os saberes médico-científicos. São notórios os embates entre os tipos de conhecimentos mais formais e os informais ao longo do século XIX e no decorrer do século XX.

Luiz Otávio Ferreira, historiador e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), analisa periódicos médicos do período imperial (1830-1840), para discutir acerca das práticas terapêuticas populares na primeira metade do século XIX, no contexto da institucionalização da medicina acadêmica no Brasil. Como resultado dessa pesquisa, ele ressalta que a historiografia sobre a ação política e social da medicina científica, do século XIX até recentemente, apontava a ausência de qualquer resistência cultural à predominância dos saberes médico-científicos. Entretanto, a falta de conhecimento sobre as bases socioculturais da medicina do período colonial brasileiro impossibilitou a compreensão sobre a influência das práticas populares de cura na ciência médica da época. Sobre isso, afirma Ferreira (2016, p. 101-102):

> As bases socioculturais da medicina colonial foram forjadas pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas - indígena, africana e europeia -, com inexpressiva participação dos profissionais de formação acadêmica. Na verdade, a medicina praticada no dia-a-dia da Colônia esteve quase sempre a cargo de curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e cirurgiões. O reduzido contingente de médicos disponíveis trouxe como consequência a abolição da rígida hierarquia social da medicina, que, na Europa, impunha um lugar distinto para médicos, cirurgiões e boticários. Na prática, cirurgiões, boticários e leigos assumiram o papel reservado exclusivamente aos doutores em medicina.

Com isso, percebemos que a tradição médica popular predominava nos tempos coloniais, de modo que curandeiras/os, feiticeiras/os, raizeiras/os, benzedoras/es, entre outras/os, eram as/os responsáveis pela arte da cura e tinham certo lugar de prestígio naquela sociedade. Devido a isso, o estabelecimento da medicina científico-acadêmica, no decorrer do

[36] Entrevista realizada com Crispina Vitória dos Santos.

século XIX, passou por grandes enfrentamentos, principalmente, no processo de legitimação perante a sociedade.

Esses confrontos entre os saberes médico-científicos e os populares também foram temas de discussão no artigo da historiadora Tânia Salgado Pimenta, intitulado "Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX". O estudo trata da relação dos terapeutas populares com as instituições médicas, no período entre 1808 e o início da década de 1850.

Nessa época, intensificaram-se os embates entre a medicina científica e a medicina popular. A primeira buscava o estabelecimento do monopólio da arte de curar, "com a criação de novas regras quanto ao exercício das atividades terapêuticas, regras que foram se constituindo junto com a organização das instituições médicas" (Pimenta, 2016, p. 326); ao passo que, na segunda, seus agentes continuaram a exercer os ofícios e a população permaneceu credibilizando suas habilidades para a cura dos diferentes males.

Com o decorrer do tempo, as artes e ofícios de curas populares se fizeram presentes no cotidiano do povo brasileiro, particularmente, nas comunidades tradicionais. As práticas de cura, especificamente, no caso da territorialidade da comunidade de Lagoa Grande, são muito importantes, inclusive através do uso de inúmeras ervas medicinais. Além disso, estas contam com muita credibilidade entre as pessoas que ali residem, o que se fortalece ainda mais pelas relações de confiança e cuidado entre a/o terapeuta e suas/seus pacientes. Nesse contexto, Silveria Almeida nos relata essas experiências na comunidade:

> [...] a medicina alternativa, a Farmácia Viva e a Farmácia Seca, era assim... a gente está com um menino doente, a gente já sabia, Maria [Maria Cruz dos Santos, parteira da comunidade] já dizia "O tal chá é bom". Um dia eu levei um dos meus meninos, ruim, ruim mesmo para o São José [sede do distrito Maria Quitéria], quando chegou lá o médico pegou numa "ruma" de remédio que estavam lá no chão e me deu um frasco; eu cheguei na casa da menina lá em São José, tentei agitar, tentei agitar, mas o negócio estava colado, estava duro, aí eu falei "olha...", fui para o ponto do carro, depois eu falei assim "Eu vou embora para casa agora", com o menino debaixo do braço, aí eu cheguei aqui [comunidade de Lagoa Grande], só fiz buscar Maria, "Maria, eu faço o quê?", aí ela disse "Oh, está vomitando? O chá é isso. Está com febre? O chá é isso. Está com gases ou dor na barriga? O chá é esse.", e aí o menino sem saber falar, mas a mãe já sabia o que a criança podia estar sentindo, e aí a gente ia onde buscar, a gente já sabia onde tinha, aí a gente já ia pegar lá naquele lugar.[37]

A narrativa de Silveria sinaliza a credibilidade das moradoras de Lagoa Grande nas práticas populares de cura, tendo os conhecimentos das plantas medicinais como a base do cuidado da saúde. Sem hesitar, ela já sabia qual seria o encaminhamento primeiro que deveria ser dado quando alguém estivesse enfermo, afirmando "só fiz buscar Maria", aquela que tinha o saber e a autoridade para receitar a erva certa para cada problema de saúde. Dona Maria Cruz

[37] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos.

dos Santos é parteira, guardiã dos saberes das ervas, agricultora e uma das fundadoras da Aqcomaq.

Dessa forma, Dona Maria Parteira é uma importante autoridade na comunidade, tanto por suas práticas de cura como por sua trajetória de vida. Seus saberes, fazeres e suas lutas, enquanto mulher, assim como de tantas outras mulheres que protagonizam experiências de luta e de reexistência nos territórios quilombolas brasileiros, não estão registrados nos escritos oficiais, mas fazem imensa diferença na construção da história e da vida em comunidade. Tendo isso em vista, no capítulo três, as discussões serão centradas nas experiências de vida de Dona Maria, particularmente naquelas relacionadas ao ofício de partejar.

Por esse viés, a respeito das lutas e resistências, Selma dos Santos Dealdina, a secretária executiva da Conaq, em seu artigo "Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política", assinala o papel fundamental das mulheres quilombolas nas "lutas de resistências, pela manutenção e regularização dos seus territórios" (Dealdina, 2020, p. 37). Além disso, pontua que são elas as responsáveis pela preservação e transmissão das tradições culturais, dos saberes e fazeres ancestrais, das práticas do cuidado de si e dos outros, estabelecendo redes de solidariedade e afetos (Dealdina, 2020). Assim, conforme a autora:

> Somos mantenedoras do legado cultural, da preservação das danças, das rezas, das ladainhas, dos contos, do manuseio do capim dourado, dos assentos religiosos, do modo de fazer a farinha, o beiju, os doces típicos dos quilombos. Tecemos os elementos forjadores da identidade cultural e política do quilombo e da representação da mulher negra quilombola: somos rezadeiras, raizeiras, benzedeiras, parteiras, coveiras, líderes comunitárias, representantes associativas, estudantes, profissionais de diferentes áreas de trabalho, integrantes e lideranças de movimentos, guardiãs dos santos e das bandeiras das manifestações culturais, entre tantos outros afazeres (Dealdina, 2020, p. 37-38).

Portanto, as mulheres representam a força maior dos quilombos e a reprodução dos seus modos de vida, fomentando, no seu cotidiano, o cuidado com a terra, com a família e com todas e todos que fazem parte do território. As percepções de Dealdina, mencionadas acima sobre si e outras mulheres quilombolas, dialogam com as narrativas de Renilda Cruz dos Santos e Santos, presidente da Aqcomaq, quando menciona o agenciamento feminino nesse lugar:

> O trabalho das mulheres da comunidade de Lagoa Grande é predominante. Eu percebo desde as gerações... as primeiras gerações, as mulheres vêm dominando, não é?! Esse trabalho comunitário. A soberania das mulheres de Lagoa Grande é, assim, surreal, sabe? Porque vai passando de geração em geração, e cada geração que está vindo, a gente vê que vai se empoderando cada vez mais, né?! As mulheres vão tomando esse poder mesmo, de estar dentro da comunidade, de estar ali, dentro, envolvida no trabalho comunitário.
>
> Eu fiquei muito feliz, no sábado [Primeira Feira Quilombola realizada na comunidade], quando as meninas que estavam no artesanato... que elas saíram e elas disseram assim "as mulheres da comunidade de Lagoa Grande estão de parabéns, porque estão dominando o território", e é verdade, é predominante. Você vê homens

> na comunidade, mas o que predomina é a força da mulher. Então, as mulheres de Lagoa Grande fazem história, as mulheres de Lagoa Grande constroem essa comunidade, de geração em geração.[38]

A fala de Renilda Cruz, conhecida na comunidade como Nina, filha de Dona Maria Parteira, apresenta o reconhecimento do trabalho comunitário das mulheres de outras gerações, valorizando as que antecederam e pavimentaram o caminho. Diante disso, vão se fortalecendo com o legado das mais velhas e dando continuidade à luta por dignidade e por suas existências e humanidades.

Ainda, Renilda Cruz cita o trabalho da Primeira Feira Quilombola (Figura 15), realizada no dia 11 de junho de 2022, na sede da associação, a qual teve a participação efetiva das mulheres. Estas venderam seus produtos da agricultura familiar, suas plantas e suas peças de artesanato, buscando uma renda extra para o sustento de suas famílias.

Figura 15 - Primeira Feira Quilombola - comunidade de Lagoa Grande

Fonte: Aqcomaq (2022).

Observamos também que o trabalho feminino é imprescindível na construção da história do território de Lagoa Grande. Os seus saberes e fazeres, quer seja na labuta da roça, na casa de farinha, no preparo do acarajé e do beiju, nas atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, na Aqcomaq ou na manipulação das ervas medicinais, traduzem a força do quilombo e sua vitalidade.

Nas décadas de 1970 e 1980, essas mulheres – Dona Crispina Vitória, Dona Maria Cruz, Silveria Oliveira e tantas outras – estiveram à frente do Projeto Farmácia Viva, que tratava do cuidado da população de Lagoa Grande, com o uso das ervas medicinais. Elas, atualmente, são as guardiãs das ervas, detêm os saberes ancestrais e transmitem seus conhecimentos para as

[38] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos, na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, no dia 17 de junho de 2022.

novas gerações. Destacamos, aqui, Silveria Almeida, a terapeuta tradicional, quem mantém viva a manipulação das ervas no cotidiano comunitário, transmitindo e preservando os conhecimentos dos seus antepassados. Ela relata:

> Ontem de noite, hoje é sexta, sábado... quarta de noite tinha uma menina aqui no culto e eu estava ali, aí de repente - a Pró Dinha (*inaudível*) – aí ela olhou para mim assim, depois veio em minha direção "Ô, irmã, ela está aqui que não aguenta, desde depois do almoço", eu falei "Foi o que?", "Ah, ela está com uma dor aqui, tomando isso aqui", eu falei "Tu tomou o que?", "Ela não tomou nada, ela veio aqui para te pedir, arranja uma folha aí para mim", aí alguém disse assim "Ah, o Boldo", depois eu me lembrei, falei "A Folha de Louro", que a Folha de Louro, ela trabalha de uma forma mais rápida e mais ampla, não vai pôr no lugar sono, a comida que fez mal, mas ela vai organizar a flora intestinal e consertar o organismo. Aí eu fiz e trouxe para ela, falei "olha, eu tenho Dente-de-Leão, que hoje você pode acessar o site que for, sobre a medicina alternativa, você vai encontrar lá, como carro-chefe mesmo, o Dente-de-Leão. Eu trouxe o Boldo, porque o menino falou ali do Boldo, boldo tanto serve para dor de cabeça como serve para o estômago e eu trouxe a folha de louro, quando tu chegar em casa, bota a água para ferver e toma logo esse chazinho. Bota uma meia xícara de água, ou bota a folha lá dentro e vá, faça um chá de fusão e toma.[39]

As palavras da interlocutora explicitam que é notório seu domínio sobre os saberes das ervas, pois indica as folhas que devem ser utilizadas para o alívio das dores, ensina como agem no organismo e, também, sinaliza que está atenta aos debates atuais da medicina alternativa. Em nossas conversas, observamos seu interesse constante de aprender, de cultivar e de manter as terapias tradicionais, bem como as formas de cuidar que traduzem os modos de viver do território quilombola.

Esses conhecimentos femininos quilombolas estão presentes nos locais onde elas habitam. Atualmente, as comunidades tradicionais estão se articulando e mobilizando ações de valorização das artes e ofícios de cura. Nesse sentido, citamos as localidades quilombolas do município de Cachoeira – BA, que, em 2019, promoveram, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o mapeamento dos praticantes terapêuticos registrados na obra intitulada *Fazeres e saberes terapêuticos quilombolas: Cachoeira, Bahia*. Ainda, realizaram encontros para o compartilhamento de saberes e experiências dos terapeutas tradicionais da região, contribuindo para o processo de construção de um patrimônio terapêutico local.

Essas práticas tradicionais de cuidado em saúde, disseminadas nos territórios, precisam ser identificadas, reconhecidas e preservadas, pois fazem parte de um repertório terapêutico ancestral. Assim, iniciativas de projetos específicos, como o citado acima, contribuem para a legitimação e manutenção dos saberes quilombolas dentro e fora das comunidades.

[39] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos.

Percebemos que, no *locus* da nossa pesquisa, não existem ações sistematizadas nesse sentido, mas já sinalizam e discutem possibilidades de propostas, como lembra Renilda Cruz:

> Mas eu digo que eu preciso cultivar mais, valorizar mais esses saberes, porque, como mainha já não está mais com tanto interesse em fazer esse cuidado, de a gente fazer para não deixar perder essa cultura. E a gente estava pensando, Karen (filha de Renilda) falou, que ela está com um projeto para fazer na escola, tem que desenvolver na escola, e é justamente de horta e a questão da Farmácia Viva, de cultivar essa Farmácia Viva lá dentro da escola.[40]

Na fala da interlocutora, identificamos o interesse em que o acervo de saberes comunitários em saúde seja mantido e transmitido para as novas gerações, fomentando a cultura do cuidado, tão presente no cotidiano das mulheres fundadoras do Projeto Farmácia Viva e Seca, elaborado nas décadas de 1970 e 1980. Esse empenho ocorre, pois as guardiãs das ervas asseguravam e asseguram o bem-estar das/os filhas/os, das/os netas/os e da parentela, na feitura dos chás, dos lambedores, dos banhos e das garrafadas com elementos da flora local.

Nesse contexto, observamos que a nova geração sinaliza o cuidado pela manutenção do repertório terapêutico, uma vez que Tamille dos Santos Ferreira, neta de Dona Crispina Vitória, estudante de Psicologia na UEFS, ativista e colaboradora nos processos de mobilizações coletivas sociais, investiga, em seu trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado "O Benzimento enquanto prática de cuidado na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande", os saberes ancestrais dos ofícios de cura – a benzeção –, tendo como base suas próprias vivências, dialogando com sua avó, guardiã das práticas tradicionais do cuidado. Ela própria explica:

> Crescer ouvindo as histórias de minha avó parteira e benzedeira da comunidade, ser benzida por ela, aprender sobre as relações entre o divino e o humano e as relações de afeto vinculadas a este servir, tudo isso me movimentou a reafirmar o desejo por pesquisar essa temática. Além disso, ouvir falas como a de D. Chica, outra benzedeira da comunidade, a respeito do atual desinteresse das pessoas pelo benzimento, me tocou profundamente, pois me levou a refletir como os lugares de importância dessas sábias populares foram sendo arrancados delas, ao longo dos tempos. Antigamente a cura de muitos males era obtida através da intervenção das benzedeiras e dos benzedores, através das rezas, dos benzimentos e dos remédios caseiros produzidos pelas plantas e ervas, em sua maioria cultivadas no próprio quintal (Ferreira, 2024, p. 8).

Através da narrativa, compreendemos que o espaço aqui estudado constitui um "território de afeto" (Almeida, 2022), marcado pelas redes de cuidados cotidianos, redes tecidas pelas parteiras, benzedeiras, raizeiras e terapêuticas tradicionais, que afetam a todas e todos que fazem parte dessa "comunidade amorosa" (hooks, 2021). Ferreira (2024, p. 8) reflete sobre a forma de "ser benzida por ela", pelas suas mãos que trazem a cura e a palavra que abençoa sua parentela e sua vizinhança, de modo que se manifesta como um ato de amor e doação. A autora, neta de Dona Crispina Vitória, ainda aponta que essas "sábias populares" não são reconhecidas

[40] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.

e visibilizadas nos seus espaços, e que os seus lugares de importância “foram sendo arrancados delas” (Ferreira, 2024, p. 8), silenciando, por muitas vezes, seus fazeres de benzedura.

Em nossas muitas andanças, percorrendo as casas e terreiros das nossas entrevistadas, como também de outras/os moradoras/es, constatamos a invisibilização e o silenciamento citado por Ferreira (2024). O ofício da benzeção segue presente, mas com um papel cada vez mais tímido. Hoje, para se encontrar uma benzedeira na comunidade, temos que perguntar e investir nos diálogos travados com as/os quilombolas, visto que as mulheres detentoras desses saberes são pouco mencionadas nas conversas. Já os benzedores, como, por exemplo, a figura de Francisco Pereira Silva, conhecido por “Seu Veio”, têm muito mais destaque. Diante deste quadro, questionamo-nos: por que as benzedeiras não desfrutam da mesma legitimidade? Por que elas, muitas vezes, falam de modo tão acanhado do seu ofício de cura?

Podemos concluir, portanto, que a sociedade patriarcal, sexista e misógina na qual vivemos ainda determina os lugares que as figuras femininas podem ocupar, promovendo a desvalorização e desprestígio dos seus saberes e fazeres ancestrais, mesmo aqueles que tanto nutrem o bem-estar comunitário. Nessa mesma linha de pensamento, Ferreira (2024) reafirma também que as práticas terapêuticas das benzedeiras do quilombo estão sendo veladas pelo “manto patriarcal”, e destaca:

> Em cada terreiro visitado, o contraste entre o todo territorial e o matriarcado permitia a cada uma dessas mulheres a criação do seu próprio mundo. Dentre esses mundos, alguns tomados pela viuvez, limitava-se a exibição tímida dos seus fazeres de benzedura com ênfase na mocidade como se buscasse de fato ajustar sua realização na fresta do manto patriarcal. Outros mundos, mesmo com o manto que as encobrira, vez ou outra esperneava, projetando todo seu corpo por entre a fenda para fazer-se vista por completo (Ferreira, 2024, p. 46).

Ferreira (2024) pontua, ainda, que as benzedeiras de Lagoa Grande bordaram e bordam fios de reexistências cotidianamente, utilizando as linhas dos saberes ancestrais para criar seus mundos e seus modos de vida, de fazer e de ser, tecendo redes de cuidado, embaladas pelo bálsamo da cura emocional e física. Então, ainda que o sistema patriarcal invisibilize suas práticas, essas mulheres seguiram e seguem nutrindo o patrimônio terapêutico local.

Cabe, aqui, ressaltar que este repertório de saberes tradicionais enfrentou embates tensos com os saberes médico-científicos no decorrer dos séculos XIX e XX. Santos (2005), discutindo as práticas de cura e suas relações socioculturais presentes no Recôncavo Sul Baiano, particularmente, no território de Santo Antônio de Jesus, no período entre 1940 e 1980, apontou os conflitos existentes entre os saberes supracitados, identificando que os médicos combatiam os oficiantes de cura alternativa com conselhos e recomendações no ato da consulta, adotando

práticas da educação sanitária, com o objetivo de eliminar os hábitos tradicionais das camadas populares (Santos, 2005).

Além disso, o autor expõe que a busca pelas práticas alternativas de cura era observada entre os diversos setores da sociedade, "inclusive juristas, policiais e comerciantes" (Santos, 2005, p. 80). Ele afirma que, tanto as camadas hegemônicas quanto as populares recorriam aos dois universos de cura. "A escolha entre uma e/ou outra arte de curar dependia das razões, angústias, crenças e tradições que cada um tinha, assim como dos fatores históricos e culturais compartilhados entre os diversos setores sociais" (Santos, 2005, p. 80).

Em Santo Antônio de Jesus, as experiências das práticas de cura alternativa no período estudado assinalam a resistência de luta dos agentes de cura tradicional frente à desqualificação, marginalização e estigmatização dos seus ofícios e das tradições ancestrais. Diante do exposto, percebemos que, ao longo do processo histórico, as práticas terapêuticas populares se tornaram efetivas no cotidiano das pessoas da cidade e do campo. Desde os tempos coloniais, esses ofícios de cura foram imprescindíveis no tratamento de saúde do povo brasileiro, com cuidados ministrados por raizeiras/os, benzedoras/es, parteiras, curandeiras/os, sangradores e tantas/os outras/os oficiantes tradicionais.

No decorrer do tempo, essas/es terapeutas populares travaram diversos embates com a medicina oficial, principalmente, no século XIX, período de estabelecimento da institucionalização da medicina acadêmica no Brasil, reverberando, de tal modo, essas tensões para o século posterior, mantendo a perseguição, os preconceitos e estereótipos em relação às/aos praticantes de cura alternativa. No entanto, esses confrontos não impediram a permanência das práticas populares ancestrais de cura que resistiram, negociaram e articularam elementos dos saberes populares com o uso da medicina formal, conforme se evidencia através das vivências das pessoas que integram a população do território quilombola de Lagoa Grande.

2.2 "A GENTE PARECIA QUE ERA AS MÉDICAS DE LÁ": PRÁTICA DO USO DAS ERVAS MEDICINAIS

> Para mim foi muito importante, para Maria foi muito importante, porque a gente criou um grupo... Silveria... Porque a maioria do povo não tinha dinheiro para comprar remédio, a gente via os meninos morrendo, aí como, por exemplo, teve uma vez lá que teve um *diaxo* de uma coqueluche, que matava todo mundo. Então a gente descobriu que a coqueluche podia ser curada com folha de Sabugueiro e com Quiôiô, a gente começou a pilar junto, fazer aquela garrafona, ia dividindo, "está tossindo?", "está", "é o quê?", "coqueluche", tirava um frasquinho – desse tamanho – de azeite e dava, aí quando estava bem fraquinha já, já mandava fazer um chá "ô fulano... fulano está bom, já curou", "graças a Deus que curou", aí ainda, nesse tempo [1984] ainda, morreu uns quatro que não queria que morresse, mas a gente chorou um bocado, não

> pôde salvar, foi um de Raimundo que mora logo na pista, quando sobe, o primeiro filho dele, e o outro foi... o outro foi lá em cima, num lugar chamado Ovo da Ema [comunidade pertencente ao distrito de Maria Quitéria] [...].[41]

No trecho apresentado acima, percebemos a "cultura do cuidado" exercida pelas mulheres do território de Lagoa Grande, nas figuras de Dona Maria Cruz dos Santos – parteira –, Dona Maria de Lourdes Soares dos Santos e Silveria Almeida Santos, terapêuticas tradicionais, que tratavam e tratam da saúde das pessoas daquele lugar tão carente de recursos financeiros, na época, que eram desamparadas pelo Poder Público local. Elas recorriam aos saberes das folhas – sabugueiro e quiôiô – para tratarem as epidemias locais, como coqueluche, assegurando, assim, o bem-estar comunitário.

O cuidado de si e da/o outra/o era uma prática do cotidiano dessas mulheres. Juntas faziam garrafadas – uma preparação típica da medicina popular – e chás para o procedimento de cura daquelas/es que precisavam de seus ofícios. Esses saberes femininos, acerca da manipulação das ervas medicinais, como também do plantio, do modo de fazer o beiju, a farinha e o acarajé, constituem elementos de fortalecimento da identidade cultural e modos de viver e sobreviver desses povos tradicionais feirenses.

O repertório terapêutico ancestral disseminado nas comunidades negras rurais feirenses, exercidas por benzedeiras, rezadeiras, raizeiras e parteiras, garantiu o bem-estar dessa população, curando suas dores físicas, emocionais e espirituais. Essas mulheres elaboraram, ao longo de suas trajetórias, fazimentos centrados no afeto e acolhimento, levando-nos a apreender também que seus laços com a coletividade constitui um forte elemento identitário dos povos tradicionais. Nesse "compartilhamento", teceram táticas e formas sutis de rebeldia, com as quais lutaram e lutam para desestruturar o patriarcado que lhes reserva um lugar de subalternidade.

Nesse contexto, as sábias construções de existências possíveis, certamente, coadunam com o conceito de "feminismos aprendentes", elaborado pela historiadora Vânia Nara Pereira Vasconcelos, que consiste na produção do conhecimento atravessado pelo afeto e acolhimento, ecoando as vozes das "mulheres do sul", historicamente, marginalizadas pelo sistema patriarcal e capitalista (Vasconcelos, 2022). Assim, possibilita-nos aprendências dos modos de ser e viver dessas sujeitas, que, em sua maioria, vivem nos espaços rurais, interioranos e periféricos, forjando, cotidianamente, suas lutas e insurgências. Desse modo, a autora ressalta:

> Tenho pensado que um feminismo aprendente busca compreender que as formulações teóricas podem ser construídas a partir das realidades estudadas, num entrelaçar entre o visto/ouvido/sentido com teorias desenvolvidas por outras escutas, numa "forma constelar de produção do conhecimento". Onde se possa aprender com as nossas

[41] Entrevista realizada com Maria de Lourdes Soares dos Santos.

> ancestrais – como fazem as feministas negras e indígenas - tanto com as teóricas feministas que vieram antes de nós quanto com as nossas mães, avós e bisavós, e ainda com as sujeitas estudadas em nossas pesquisas. Se nos abrirmos a uma escuta real e sensível, vamos entender que todas, igualmente, têm muito a nos ensinar sobre como inventar, tecer e costurar rebeldias, epistêmicas e cotidianas, para "viver uma vida feminista", como propõe Sara Ahmed (2018) (Vasconcelos, 2022, p. 38).

Esse arcabouço teórico nos convoca, como pesquisadoras/es, a assumirmos o lugar de aprendência, estabelecendo relações horizontais, para que possamos "aprender com as personagens das nossas pesquisas para exercitar novas possibilidades de construção do conhecimento e da luta" (Vasconcelos, 2022, p. 42-43). Nessa direção, fomos afetadas pelos gestos, pelas insurgências e pelas existências das entrevistadas, de modo que não somos mais as mesmas. Nossos olhares, afetos e nossas percepções de mundo se ampliaram, fortalecendo-nos para o cuidado de si e da/o outra/o e fazendo com que nos sentíssemos parte dessa "comunidade amorosa" (hooks, 2021) que tem tanto a nos ensinar.

Durante os encontros, no exercício da escuta sensível, fomos apreendendo suas táticas e armas de sobrevivência, bem como identificando tessituras coletivas que marcaram suas vidas, rememorando com saudade aqueles tempos, nos quais elaboraram ações para enfrentar os desafios cotidianos. Dentre elas, ressaltamos o Projeto da Farmácia Viva e Seca, liderado por mulheres que utilizavam seus saberes ancestrais para salvar vidas. Nesse viés, as rememorações de Dona Maria de Lourdes fazem emergir o que fomentou a feitura deste trabalho:

> [...] os meninos morriam... porque não tinha médico. Às vezes, coceira matava, tosse, se teve uma tosse comprida, matava, sarampo matava, aí era necessidade. A gente teve um ano que morreu tanta gente, falei "Ave Maria, Senhor. Não, a gente vai ter que fazer alguma coisa, Vera [Silveria Almeida Santos]", aí Vera "é mesmo", porque o povo morrendo sem ter dinheiro nem para ir na rua, nem para ir em Feira [Feira de Santana], que era a rua, nem trazer aqui para o médico. A gente foi pesquisando, é... erva-cidreira para tosse; sabugueiro para o sarampo, papeira; quioiô para desinteria; a gente foi criando, buscando, criando pelas necessidades [...].[42]

Essas mulheres, atentas ao bem-estar coletivo, inventaram possibilidades de reexistência, mobilizadas pelo afeto e acolhimento. Como adverte Dona Maria de Lourdes, "a gente vai ter que fazer alguma coisa, Vera", apresentando assertividade e tecendo rebeldias sutis (Vasconcelos, 2022) para salvar vidas. Isso, no entanto, ocorria numa conjuntura de pobreza, que se agravava em função dos períodos de estiagens, tornando as condições ainda mais difíceis. Por isso, elas, juntas com outras companheiras, elaboraram o Projeto Farmácia Viva e Seca, que tinha como base os conhecimentos das ervas e plantas medicinais, transmitidos oralmente por seus pais, mães, avós e avôs, de geração a geração.

[42] Entrevista realizada com Maria de Lourdes Soares dos Santos.

Essas figuras femininas de Lagoa Grande eram mestras na arte de servir, de curar e de ensinar, assim como na "arte de trazer a vida pelas mãos" (Martins, 2020, p. 135), fomentando alternativas de existências para si e para a comunidade. Cabe, aqui, ressaltar que o ato de servir era, constantemente, ofuscado pelo patriarcado, visto que essas práticas eram consideradas imanentes às mulheres. Nesse sentido, hooks (2021, p. 174) argumenta:

> O pensamento machista com frequência obscurece o fato de que essas mulheres fazem a escolha de servir, que elas se doam a partir de um lugar de livre-arbítrio, não porque seja seu destino biológico. Há muitas pessoas que não estão interessadas em servir, que desprezam a caridade. Quando alguém pensa que uma mulher que serve "se doa porque é isso que as mulheres fazem", nega sua humanidade completa e, assim, falha em ver a generosidade inerente aos seus atos.

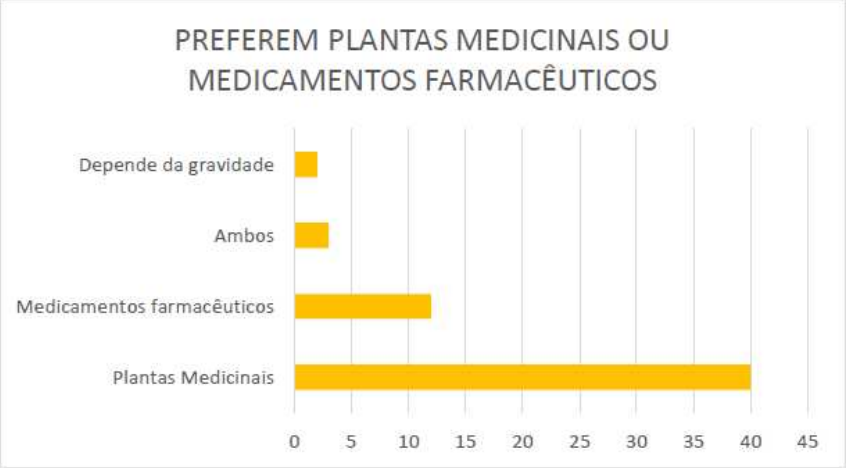
A criação da Farmácia Viva e Seca, construída em seus terreiros e no espaço da associação, foi um ato de amor, uma escolha, e uma ação da vontade exercida por Crispina, Silveria, Maria de Lourdes, Maria Parteira e tantas outras que fiam, costuram e bordam histórias fundamentais para tecer as redes de solidariedade e afeto. Podemos notar este fato na fala de Dona Maria de Lourdes: "[...] aí o povo começou, quando adoecia só ia para lá, ou para a casa de Silveria ou lá em casa ou na casa de Maria, aí a gente criou assim... um vínculo de amizade tão forte que a gente parecia que era as médicas de lá, falei "*oxen*, rapaz, a gente não é médica não *(risadas)*"[43].

Este saber médico ancestral circulava pelos corredores[44] dos Vitórios, Almeidas, "Bem-aventuranças" e de Seu Amario, ou seja, nas terras do quilombo de Lagoa Grande. Assim, era ativado pelas ervas, folhas, cascas e raízes manipuladas pelas terapêuticas da cura, que estabeleciam diálogos com o saber médico-científico, promovendo a saúde e o bem-estar de todas e todos que residiam no território.

A tradição do uso das ervas continua a ser preservada neste espaço, acionada pela maioria das/os moradoras/es, conforme Soares *et al*. (2021) ressaltam na pesquisa intitulada "Identificação e catalogação de espécies de plantas medicinais presentes nas comunidades atendidas pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS)". Nesse estudo, os resultados obtidos destacam a preferência pelo uso de plantas medicinais no tratamento de sintomas e doenças, apresentando a opção da maioria dos entrevistados, no índice de 70,17%, enquanto apenas 21% dos residentes do quilombo escolhem os medicamentos farmacêuticos, conforme podemos verificar no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Preferência dos entrevistados por plantas medicinais ou medicamentos farmacêuticos

[43] Entrevista realizada com Maria de Lourdes Soares dos Santos.
[44] Os corredores são os caminhos traçados no território, os quais as/os moradoras/es identificaram com seus nomes e sobrenomes.



Fonte: Soares *et al.* (2021, p. 19).

Os dados ratificam, portanto, que uma grande parcela da população de Lagoa Grande mantém a tradição das práticas populares e ancestrais de cura.

Com esses elementos de uma pesquisa quantitativa, podemos constatar que as/os quilombolas investem na preservação dos saberes tradicionais, cultivando as ervas em seus terreiros, utilizando-as nos chás, no preparo dos alimentos e nos banhos. Nessa perspectiva, a narrativa de Isabel de Jesus Santos dos Santos, de 44 anos, agricultora, professora, agrônoma e moradora da comunidade, expressa a importância dessas práticas terapêuticas direcionadas ao bem-estar físico, mental e espiritual:

> Então, aqui a gente tem, que meu pai usava muito e eu uso ainda hoje e deixo, que é o guiné. O guiné é de origem africana, todo mundo fala de guiné, a planta de guiné, a gente usa aqui, a gente tem muito guiné aqui em casa; tem também o pião, o pião roxo também... [pinhão-roxo - *Jatropha Gossypiifolia*]. O guiné a gente usa para banho, para acalmar a pessoa, para proteger a sua espiritualidade. Prevenir olho-grosso, essas coisas também. A quarana, do mesmo jeito, tem essa finalidade. Minha mãe rezava muito com quarana, eu aprendi as rezas... mas eu cultivo essas plantas, por conta desses ensinamentos da minha mãe, porque quando você está com muita energia negativa, você pode passar quarana no seu corpo, que você troca as energias, e aí alivia mais o peso do corpo, que, às vezes, a gente está carregado de energia negativa no corpo. Tem a quarana, guiné, tem a espada-de-são-jorge também.[45]

O depoimento da interlocutora apresenta os modos de fazer, de saber e de ser disseminados no território, constituindo um acervo de saberes comunitários em saúde. Esses conhecimentos terapêuticos foram ensinados por sua mãe, Maria Rosa de Jesus Santos, a qual foi criada por Dona Duquinha, mãe de santo nas terras de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, que sinaliza o entrelaçamento com a religiosidade de matriz africana.

Nesse diálogo, a entrevistada ainda ressalta o cultivo das espécies medicinais chamadas “guiné”, “quarana”, “espada-de-são-jorge” e seus respectivos benefícios, tendo em vista que são utilizadas por seu núcleo familiar, preservando o consumo, mantendo as tradições e os

[45] Entrevista realizada com Isabel de Jesus Santos dos Santos.

conhecimentos de Maria Rosa, já falecida. Porém, o que observamos, na pesquisa de campo e nas narrativas das moradoras de Lagoa Grande, é a ausência dessas espécies em outras propriedades.

Pensando nisso, é importante citar, novamente, a pesquisa de Soares *et al.* (2021), pois identificaram e catalogaram 87 espécies distintas de plantas medicinais, pertencentes a 40 famílias botânicas, na comunidade de Lagoa Grande, não constando as espécies mencionadas anteriormente por Isabel de Jesus. Nessa pesquisa, entre as mais empregadas pelas/os entrevistadas/os, estão: erva-cidreira, capim santo, tioiô comum, hortelã-miúdo, hortelã graúdo, moringa, boldo, pitanga, benzetacil/penicilina, babosa, limão e mastruz.

Silveria de Almeida, guardiã das ervas e uma das articuladoras do Projeto Farmácia Viva e Seca, preserva e cultiva, em seu quintal, várias espécies medicinais, conforme indicado no Quadro 1.

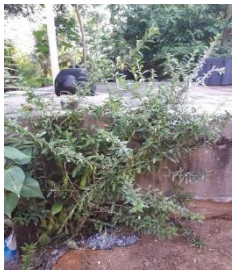
Quadro 1 - Espécies medicinais preservadas por Silveria de Almeida

(continua)

Foto da espécie	Nome da espécie	Foto da espécie	Nome da espécie
	Alecrim do reino		Benzetacil
	Brilhantina		Alecrim do mato ou Alecrim do campo
	Manjericão		Aranto
	Babosa		Alfavaca
	Dente-de-leão ou Serralha		Maria Baleeira, Folha Santa ou Maria Preta

Quadro 1 - Espécies medicinais preservadas por Silveria de Almeida

(continuação)

Foto da espécie	Nome da espécie	Foto da espécie	Nome da espécie
	Canela		Cordão de São Francisco ou Coroa de frade
	Tioiô canela		Gerebão
	Gengibre		Algodão de praia (menor) Arnica (flores amarelas)

Fonte: elaboração própria (2022).

Diante do exposto, observamos que as práticas terapêuticas construídas pelas mulheres de Lagoa Grande partem do princípio da coletividade, do bem-comum, da ancestralidade e da memória coletiva, objetivando táticas de sobrevivência e de luta contra o patriarcado, no sentido que trata a escritora boliviana Julieta Paredes (Cf. Spyer; Malheiros; Ortiz, 2019). Certamente, essas vivências dialogam com sua abordagem sobre o feminismo comunitário, o qual é definido por Julieta Paredes como um movimento, uma organização social e orgânica direcionada para os direitos coletivos, e não individuais, a partir de uma comunidade, que tem o corpo mulher, o corpo homem e o corpo transgênero (Cf. Spyer; Malheiros; Ortiz, 2019).

Ressaltamos, ainda, que entrar nas casas e nos terreiros das entrevistadas nos proporcionou aprendências significativas. Dentre os vários encontros realizados, destaco aqui aquele que se deu com a interlocutora Isabel de Jesus, quem nos ensinou sobre sustentabilidade, ancestralidade e compartilhamento, na ideia de Santos (2023), que se percebe enquanto ser

compartilhante, mantendo uma relação harmônica com o ambiente, com a fauna e com a flora (Santos, 2023). Assim, ela preserva as plantas medicinais, as espécimes nativas e adaptadas – galináceos e suínos –, como também mantém o policultivo, plantando mandioca, milho, feijão, maxixe, andu, abóbora, tomatinho e mangalô num mesmo espaço, fortalecendo, desse modo, o agroecossistema ancestral.

Essas práticas se coadunam com a concepção de "roça do quilombo", semeada por Nêgo Bispo (Santos, 2023), que apresenta um modo de viver e fazer conectado com a natureza, estabelecendo "uma relação orgânica com todas as vidas" (Santos, 2023, p. 26). Nesse viés, o autor questiona os princípios das Ciências Agrárias, que vão de encontro à estrutura da agricultura quilombola, argumentando:

> O nosso povo também dizia que a terra dá e a terra quer. Quando dizemos isso, não estamos falando da terra em si, mas da terra e de todos os seus compartilhantes. No plantio triangular, quando a correnteza vem, ela bate numa planta e vai para outra. As plantas cortam a velocidade da água. Quando chegaram as Ciências Agrárias, porém, começaram a nos ensinar a plantar de modo linear, fazendo arruamento. Quando a água ou o vento vêm, eles correm pela rua e vão embora arrastando tudo, porque não há nada para quebrar a correnteza. Além disso, nos orientaram a plantar uma única coisa no mesmo terreno. Sabíamos, contudo, que se plantássemos uma única espécie de semente no mesmo lugar, quem costumava se alimentar de diversas plantas iria comer só aquela (Santos, 2023, p. 91).

É possível observar, na fala de Nêgo Bispo (Santos, 2023), que as pessoas que habitam os territórios tradicionais têm um "saber orgânico, e não sintético", como afirmava o próprio autor, um saber que circula na roça, na casa de farinha e na associação, ou seja, nos espaços coletivos. Certamente, podemos afirmar que produzem "sabenças", como aponta a educadora Izabel Dantas de Menezes, a qual elaborou esse conceito buscando "associar metaforicamente uma ideia de movimento que advém da trama complexa que liga a passagem, transmissão de determinado conhecimento às necessidades 'da usança que dele se faz no dia a dia'" (Menezes, 2022, p. 301).

Assim, de forma equivalente às reflexões de Menezes (2022), percebemos que os saberes femininos, mapeados durante a nossa pesquisa, são nutridos pela ancestralidade e reinventados pelas táticas possíveis de sobrevivência. Desse modo, as quilombolas de Lagoa Grande teceram e tecem sabenças terapêuticas, articuladas com o conhecimento de suas avós, seus avôs, suas mães, seus pais, seus tios e suas tias, possibilitando a cura para o corpo, conforme relata a guardiã das ervas Silveria Almeida:

> [...] porque já veio de herança, porque tem coisas que os nossos avós ensinavam e diziam "faça isso". Eu lutei muito tempo com uma pessoa doente, com uma dor terrível na barriga e ele dizia assim "Vera, minha filha, chega em casa e pega o Tioiô, com a semente e tudo e faça um chá bem forte, e depois vai melhorar", e eu já fazia sabendo que ia melhorar. Aí aparecia um menino gripado, com uma gripe muito forte, com febre... "Ô, minha filha, lá não tem cordão de São Francisco não?", lá já tinha, aí disse assim "Cordão de São Francisco é muito bom!", aí pegava, fazia o chá e dava,

> aí via que estava melhorando, que tinha melhorado com aquilo, sabe?! Então a gente aprendeu a acreditar mais na planta do que no remédio, no remédio em si... Já chama de remédio, remédio é remediar né?![46]

No trecho transcrito, observamos que os saberes terapêuticos do uso das ervas medicinais faziam e fazem parte do cotidiano da vida dessas pessoas que buscam e acessam o conhecimento das/dos mais velhas/os, aprendendo com seus gestos, bem como com as falas e vivências, promovendo, assim, a manutenção deste ofício de cura. Ainda, notamos que as práticas tradicionais de cuidados em saúde são mais utilizadas do que os medicamentos ditos oficiais, reafirmando e fortalecendo os conhecimentos ancestrais no território.

Tendo isso em vista, não temos dúvidas de que as sabenças germinadas pelas/os quilombolas, particularmente, pelas mulheres são as bases de sustentação e organização dos seus modos de vida, de fazer e de ser nas comunidades tradicionais. Lagoa Grande pode ser identificada como uma comunidade de protagonismos femininos, mantendo-se viva e potente graças à cultura das ervas e das práticas de cura. Dessa forma, as mulheres, em suas múltiplas funções, exercem o ofício de parteiras, benzedeiras, raizeiras, lideranças comunitárias e religiosas, e tantas outras atividades.

Diante do exposto, é notório que as histórias de vida das quilombolas Silveria Almeida, Maria Cruz, Maria de Lourdes e Crispina Vitória, assim como de tantas outras, expressam táticas de luta necessárias para o cuidado de si e da/o outra/o, fomentando as redes de solidariedade e de afeto no espaço estudado. Portanto, com suas mãos manipulavam as ervas, traziam novas vidas ao mundo, fiavam histórias, semeavam a terra e juntas ergueram suas vozes para reafirmar suas existências, tão negadas no processo histórico da nossa sociedade.

Visto isso, nas próximas linhas, trataremos do processo de criação da Farmácia Viva e Seca, nos finais da década de 1970 e início da década de 1980, construída pelas personagens da nossa pesquisa, nas figuras de Maria Cruz dos Santos, Crispina Vitória, Maria de Lourdes e Silveria Almeida. Identificamos, através das memórias, suas táticas de sobrevivência, ancoradas pelos saberes terapêuticos de cura, atravessados pela ancestralidade.

2.3 “[...] PARA VOCÊ É MATO, MAS PRA MIM É REMÉDIO”: OS SABERES E O PROJETO FARMÁCIA VIVA E SECA NO TERRITÓRIO DE LAGOA GRANDE

> A infância da gente, minha senhora, foi infância que só Deus foi quem criou a gente, porque antigamente não tinha essas coisas que tem aí hoje não. A gente trabalhava na roça, os pais da gente era fraquinho, não tinha como botar a gente na escola. Eles viviam ganhando o dia pelos pastos dos patrões, para sobreviver. E aí a gente foi

[46] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos.

> crescendo, crescendo, via o que eles faziam, que eles botavam a gente pra fazer também, e com isso a gente cresceu, era planta de fumo [...].
> [...] Aí a gente... eles botavam a gente para plantar as coisinhas na roça, fumo, era o que eles mais lavravam, a gente lutava, com ele, com fumo, feijão, milho, essas coisas, que a gente sobrevivia, depois a gente foi crescendo, cada um foi fazendo... ele botou pra cada um fazer seu pouco de trabalho, e aí a gente foi crescendo e ganhando tempo, e ganhava, o que ganhava a gente ia fazer suas lutas, ia comprar roupa pelo São João, pelo Natal, e ia para as festas... E fomos crescendo assim, depois que a gente cresceu, apareceu essa outra história de milho, feijão, a gente vendia, mas o... criava porco, galinha também, minha senhora [...].[47]

A narrativa de Crispina Vitória dos Santos trata de sua infância na localidade do Jacu, no distrito de Maria Quitéria, atualmente, distrito da Matinha. Naquele período, ela labutava na roça, fonte de sobrevivência de sua família, somada ao trabalho de ganho que sua mãe e seu pai realizavam nos "pastos dos patrões". Com isso, percebemos que a inserção nas atividades laborais desde a infância foi uma realidade de muitas meninas negras, que vivenciaram e vivenciam condições socioeconômicas precárias, levando-as a contribuir, desde cedo, com o sustento da família. Por conta disso, foi-lhes negado o direito à infância e à educação escolar.

Crispina Vitória, filha de Georgina Ferreira Bispo e Braz Pereira Vitório, nasceu no povoado de Jacu, distrito de Maria Quitéria, no dia 10 de agosto de 1939. Quando se casou com o agricultor Eduardo Pereira dos Santos, no dia 9 de setembro de 1964, foi morar na comunidade de Lagoa Grande. Eles tiveram oito filhos: Luiz Eduardo Vitório dos Santos, Edson Vitório dos Santos, Isaias Vitório dos Santos, Elizaldo Vitório dos Santos, Inês do Carmo dos Santos Pereira, Elizabete Vitório dos Santos Ramos, Isabel dos Santos Ferreira e Maria Cristina Vitório dos Santos (em memória). No decorrer do tempo, Dona Crispina, junto aos familiares, foi elaborando modos de vida atrelados ao conhecimento da terra, aos saberes ancestrais das ervas e aos cuidados da família e da comunidade.

A partir das experiências vividas por Dona Crispina Vitória, tratamos aqui de saberes e fazeres ancestrais do território de Lagoa Grande. Mulheres que têm o poder da cura articularam seus saberes à prática do cuidado com a saúde das pessoas do seu entorno. Com isso, surgiu a organização da Farmácia Viva, chamada também de "Farmácia Verde", na propriedade de Dona Crispina.

Essas práticas se constituíam em modos de fazer, criar e viver naquele espaço, protagonizado por dez mulheres, entre elas: Crispina Vitória dos Santos, Maria Cruz dos Santos, Silveria Almeida Santos, Maria de Lourdes Soares dos Santos, Maria de Lourdes da Silva Almeida e Amanda da Cruz Pereira. Dessa maneira, valendo-nos dos conceitos "devir

[47] Entrevista realizada com Crispina Vitória do Santos.

quilomba" e "território de afeto", elaborados por Mariléa de Almeida, historiadora feminista negra, buscamos entender essas ações coletivas femininas no território de Lagoa Grande.

A obra intitulada *Devir quilombola: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*, de Mariléa de Almeida, trata das experiências das mulheres quilombolas do Rio de Janeiro, analisando suas formas de fazer política, de pensar e agir, com fundamentação nas relações de afetos. Segundo Almeida (2022), para compreender a definição do devir quilombola, é necessário entender as condições históricas recentes que deram visibilidade às ações das mulheres quilombolas em seus territórios, implicando a feminização da ideia de quilombo, isto é, valorizando elementos da cultura feminina, "como a ética do cuidado de si, do outro e do espaço onde se vive" (Almeida, 2022, p. 30).

De acordo com a autora, a expressão "território de afeto" compreende as ações e práticas políticas baseadas nos saberes e fazeres das/os quilombolas, configurando-se na relação que têm com o território e com as pessoas que nele vivem. Partindo desse aporte conceitual, compreendemos, portanto, que as trajetórias das mulheres de Lagoa Grande estão delineadas no campo do território de afeto, que também se articula à cultura do cuidado.

Por essa perspectiva, vale ressaltar o início do Projeto da Farmácia Viva e Seca, que ocorreu nos anos finais da década de 1970, iniciando na propriedade de Dona Crispina e atendendo às necessidades das pessoas enfermas das localidades próximas à Lagoa Grande. A Figura 16 traz a representação dos terreiros produtivos daquelas mulheres, em particular, apresenta Dona Crispina nos cuidados com as ervas medicinais, espaço que reservou na sua casa para atender à sua família e à comunidade.

Figura 16 - Farmácia Viva, no terreiro produtivo de Dona Crispina Vitória

Fonte: arquivo do MOC (1980).

Cabe destacar que encontramos essa fotografia no arquivo do MOC, em uma sequência de imagens que apresentavam Dona Crispina em múltiplas atividades em sua propriedade, tais como labuta da roça de fumo, criatório de suínos e cuidados com os filhos e as filhas. Assim, percebemos a importância dessa figura feminina nos modos de fazer e viver daquele espaço, como também no desenvolvimento do trabalho em parceria com o MOC. Notamos, então, que a/o fotógrafa/o[48] objetivava registrar o cotidiano dessa família, apresentando suas atividades juntamente com a entidade citada.

Nesse caminho de interpretação, Kossoy (2012) nos informa que toda fotografia surge a partir do desejo ou intenção de um indivíduo que se sente motivado em registrar uma imagem do mundo visível em um determinado espaço e tempo. Ainda, sinaliza que os elementos constitutivos para a produção da imagem são: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia (Kossoy, 2012). Logo, o papel do autor do registro é de grande relevância na construção iconográfica, tratando da escolha do tema, da organização dos detalhes visuais, do domínio dos recursos tecnológicos, como também do seu repertório cultural, sua sensibilidade e criatividade impressa no produto final.

Com isso, analisamos a importância da apresentação da Figura 16. De tal modo, destacamos que a imagem reflete o projeto Farmácia Viva, que tinha parceria com o MOC. A partir disso, no Relatório de Avaliação Interna da referida instituição, de 1985, é possível observar que sua equipe valorizava "os métodos populares de tratamento das doenças" (MOC, 1985b, p. 12), com base nos saberes tradicionais, especificamente, com o uso das ervas medicinais. A entidade estimulava que as populações rurais preservassem seus conhecimentos e assumissem uma postura crítica em relação ao "consumo indiscriminado de drogas farmacêuticas" (MOC, 1985b, p. 12).

Tendo isso em vista, determinadas comunidades organizaram as chamadas Farmácias Mortas (acervo de folhas, cascas de árvores e raízes), como também as Farmácias Verdes (plantas frescas), que atendiam à população dessas localidades rurais. Dessarte, as ações coletivas, relacionadas ao uso das ervas medicinais, resultaram em uma publicação, realizada em 1984, intitulada *Plantas Medicinais: relembrando o que se vai esquecendo*, a qual se desenvolveu por meio de uma proposta das comunidades, sendo sistematizada pelo MOC. Participaram desse trabalho mais de 50 comunidades periféricas e rurais dos municípios de

[48] Os registros visuais encontrados no arquivo do MOC, identificados por Silveria Almeida Santos, moradora da comunidade de Lagoa Grande, certamente foram captados por integrantes da equipe da instituição. Nos relatórios anuais, elaborados pela entidade, observamos algumas fotos das comunidades rurais que mantinham parceria.

Feira de Santana, Serrinha, Santa Bárbara, Ichu, Anguera, Teofilândia, Biritinga, Araci, Conceição do Coité, Amélia Rodrigues e Valente (MOC, 1984).

Essas práticas comunitárias, elaboradas com base nos saberes ancestrais, reuniam o que muitas dessas mulheres aprendiam com sua mãe e seu pai, assim como com as avós e os avôs, por meio da tradição oral. Vale ressaltar que as figuras femininas, especificamente, no território de Lagoa Grande, como Dona Crispina, Dona Maria Parteira e Silveria, preservaram a sabedoria das/os mais velhas/os e, atualmente, constituem-se guardiãs dos saberes das ervas, verdadeiras bibliotecas vivas no quilombo.

Desse modo, há fortes indícios de que essas mulheres têm histórias relacionadas à diáspora e à ancestralidade africana. Segundo Hampaté Bâ (2010), nas sociedades orais africanas destaca-se a figura dos tradicionalistas, que são os conhecedores ou fazedores de conhecimento. Eles são responsáveis pela transmissão dos conhecimentos ancestrais, compreendidos como os grandes depositários da herança oral, a verdadeira memória viva da África. Geralmente, não são especialistas, na maioria das vezes, detêm o saber de várias ciências, quer seja das plantas, da terra, das águas, dentre outras (Hampaté Bâ, 2010).

Igualmente, as guardiãs dos saberes atuavam em múltiplos trabalhos no território. Um exemplo é o Projeto da Farmácia Viva, que se alinhou ao Clube das Mães. Segundo Dona Maria Cruz dos Santos, parteira da comunidade, esse clube iniciou suas atividades nos primeiros anos da década de 1980, sob a orientação da médica Cira e do médico Jorge, que integravam a equipe do MOC.

O programa incluía várias atividades, entre elas o curso de parteira e a Farmácia Viva e Seca. Geralmente, as pessoas envolvidas no MOC realizavam reuniões mensalmente para debater assuntos relacionados à saúde. Destacamos, aqui, a troca de conhecimentos sobre as ervas medicinais entre as mulheres da comunidade e o grupo do MOC. Dona Maria Cruz relata essas experiências:

> Eu tinha conhecimento com as plantas que minha avó [parteira da comunidade] usava, que era para uso dela, de fazer xarope, fazer chá para as mulheres paridas, um chá para mulher quando estava abortando, já tinha conhecimento que ela sempre fazia o chá, e eu via ela fazer, ela sempre explicava e às vezes ela fazia para minha mãe, a metade a gente já sabia e aí foi estudando mais as plantas, que eles [equipe do MOC] fizeram uma reunião, aí fez os estudos das plantas – as que eram tóxicas e as que não eram, que podia usar seca ou que podia usar verde –, aí a gente já tinha essas plantas tudo selecionada, a gente tinha novalgina, o boldo... alfazema... Essas plantas todas foram estudadas, pra gente trabalhar com elas, com as pessoas.[49]

[49] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos, na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, no dia 28 de agosto de 2021.

O depoimento de Dona Maria Cruz reforça a transmissão dos saberes geracionais dos usos das ervas medicinais, ensinados por sua avó. Ainda, explica sobre a troca de experiências entre as mulheres da comunidade, participantes do Projeto Farmácia Viva e Seca, e as/os integrantes do MOC. Nessas elaborações de ações estratégicas relacionadas ao campo da saúde, serviço tão carente no território de Lagoa Grande naquela época, notamos a rica partilha de saberes da medicina convencional com a medicina popular.

Além disso, Dona Maria das Graças Almeida Santos acrescenta que o Clube das Mães promovia campanhas de filtro de água e de construção de fossas higiênicas, que eram feitas através do trabalho coletivo. No período, conseguiram erguer em torno de 100 fossas, atendendo à comunidade de Lagoa Grande e a outras das cercanias, como Lagoa da Camisa, Casa Nova, Ovo da Ema e Genipapo.

A Figura 17, por sua vez, apresenta uma das formas de elaboração dos modos de vida da população do território de Lagoa Grande, para enfrentamento dos seus problemas cotidianos. A imagem mostra uma das reuniões do departamento do Clube de Mães, na Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria, que tinha como pauta as questões supracitadas.

No centro da imagem, temos as figuras femininas, trazendo dignidade nas vestes, o uso dos torços e lenços, pés calçados, corpos altivos, fortes, firmes e resistentes. Já no canto direito da foto, aparecem os homens, ocupando o cenário junto com as mulheres que estão em maioria (Figura 17). Neste espaço quilombola, a participação efetiva delas no processo de luta diária, em busca do bem-estar coletivo, é bastante relevante.

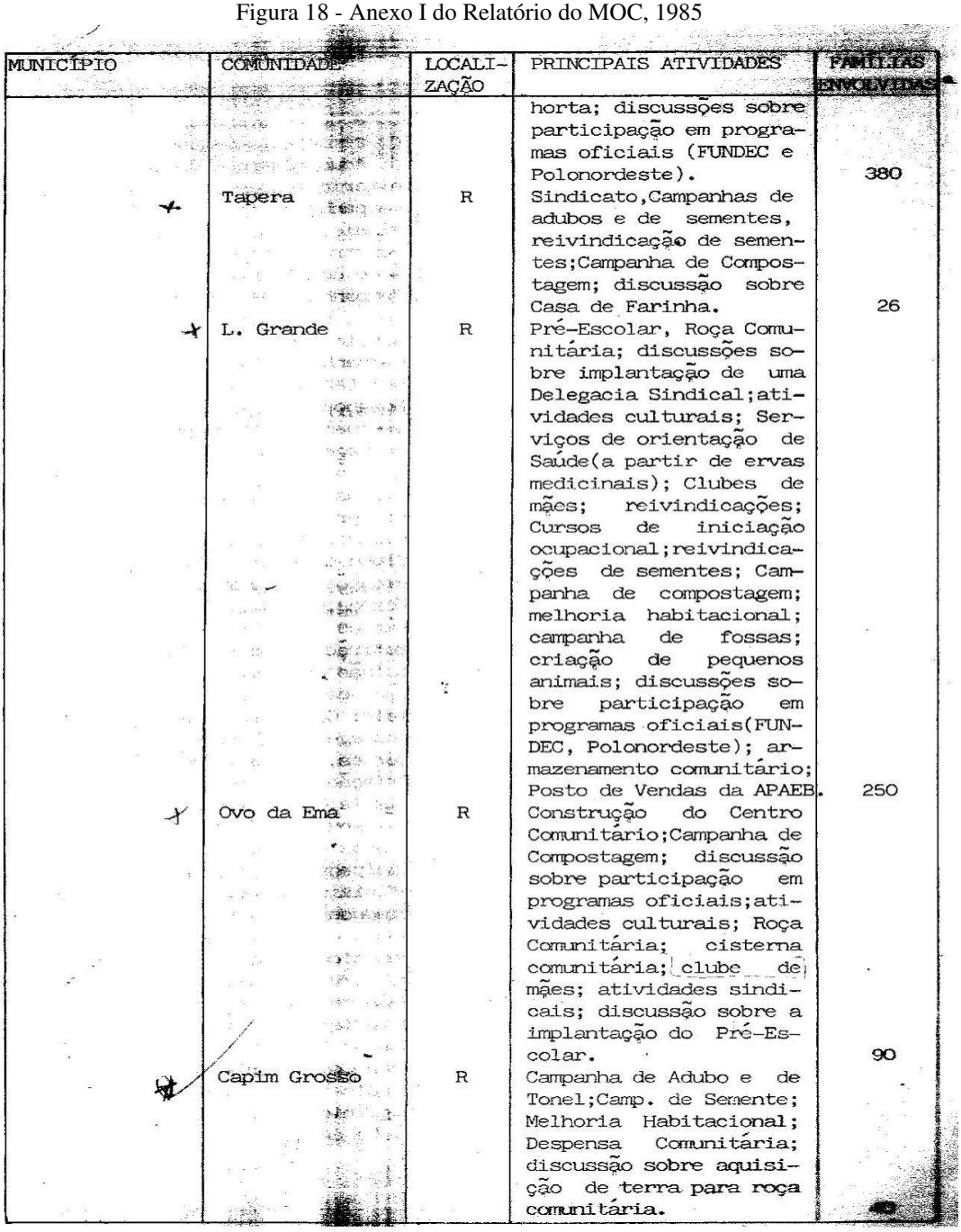
Figura 17 - Prédio antigo da Aqcomaq - Reunião do Clube das Mães, década de 1980

Fonte: arquivo do MOC ([198-]).

Visto isso, notamos que os corpos das/os trabalhadoras/es rurais do espaço estudado, ao longo de suas trajetórias, foram castigados e desprovidos dos cuidados alimentares, físicos e sociais. Suas corporalidades eram afetadas pela ausência de políticas públicas direcionadas ao saneamento básico, ao serviço de saúde e à orientação agrícola, bem como aos demais elementos necessários para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, as/os moradoras/es da localidade, no seu percurso vital, foram criando meios de sobrevivência e estratégias de enfrentamento às mazelas sociais que marcaram e marcam o estendido pós-abolição no Brasil. Por essa ótica, o Anexo I do Relatório do MOC de 1985 apresenta o demonstrativo das atividades realizadas durante o ano por comunidade/município. Com isso, percebemos, dentre as comunidades rurais e urbanas atendidas pelo MOC no município de Feira de Santana, a significativa participação de Lagoa Grande nos projetos propostos pela instituição (Figura 18).

Figura 18 - Anexo I do Relatório do MOC, 1985



MUNICÍPIO	COMUNIDADE	LOCALI-ZAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	FAMÍLIAS ENVOLVIDAS
			horta; discussões sobre participação em programas oficiais (FUNDEC e Polonordeste).	380
	Tapera	R	Sindicato,Campanhas de adubos e de sementes, reivindicação de sementes;Campanha de Compostagem; discussão sobre Casa de Farinha.	26
	L. Grande	R	Pré-Escolar, Roça Comunitária; discussões sobre implantação de uma Delegacia Sindical;atividades culturais; Serviços de orientação de Saúde(a partir de ervas medicinais); Clubes de mães; reivindicações; Cursos de iniciação ocupacional;reivindicações de sementes; Campanha de compostagem; melhoria habitacional; campanha de fossas; criação de pequenos animais; discussões sobre participação em programas oficiais(FUNDEC, Polonordeste); armazenamento comunitário; Posto de Vendas da APAEB.	250
	Ovo da Ema	R	Construção do Centro Comunitário;Campanha de Compostagem; discussão sobre participação em programas oficiais;atividades culturais; Roça Comunitária; cisterna comunitária; clube de mães; atividades sindicais; discussão sobre a implantação do Pré-Escolar.	90
	Capim Grosso	R	Campanha de Adubo e de Tonel;Camp. de Semente; Melhoria Habitacional; Despensa Comunitária; discussão sobre aquisição de terra para roça comunitária.	

Fonte: MOC (1985a, p. 39).

O documento evidencia a parceria estabelecida entre as/os quilombolas e o MOC na década de 1980, fomentando e fortalecendo ações direcionadas à qualidade de vida das pessoas, garantido elementos básicos para suas existências. Ainda, ressaltamos as práticas tradicionais de cura – o uso das ervas medicinais –, que são reconhecidas na promoção da saúde das/os que habitam o território, reafirmando suas identidades e sua ancestralidade.

Observamos também que, no processo histórico do estendido pós-abolição, as/os trabalhadoras/es rurais reelaboraram constantemente suas táticas de luta, buscando sua inserção

no corpo social brasileiro e o reconhecimento de suas existências, tão negadas pelo Estado republicano. Como afirma Souza (2013, p. 63),

> Ali e acolá, nos tempos que se seguiram à abolição, os egressos da escravidão e seus descendentes foram reinventando a sua liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem sobrevivência e cidadania. As vivências do pós-abolição, imbricadas no contexto de um Estado republicano em formação, cujas instituições apresentavam-se de modo bastante precário e, portanto, flexíveis em seus princípios normativos, são revisitadas a partir do enfoque na capacidade e na maneira como os indivíduos agenciavam suas experiências e se relacionavam naquela sociedade.

Nessa perspectiva, as/os trabalhadoras/es rurais feirenses, no contexto da década de 1980, seguiram reconstituindo seus modos de fazer e de ser, empenhando-se na luta pela terra, no município de Biritinga – BA. Segundo depoimento de Eduardo Pereira, as discussões surgiram a partir do movimento sindical, com apoio das Dioceses de Feira de Santana e Alagoinhas.

Tendo em vista seus próprios objetivos, as/os moradoras/es de Lagoa Grande se envolveram na luta pela necessidade de garantir o sustento de suas famílias. Dona Crispina é uma das pessoas que participou ativamente desse processo. Nos enfrentamentos com as autoridades policiais, na região de Biritinga, ela não hesitou em erguer a sua voz, como é possível observar em seu relato:

> Foi pegando o povo... quando chegou lá [em Biritinga], onze horas da noite, o povo que estava lá já estava com as trouxas prontas, que se a gente não chegasse ia viajar, já vinha embora. Aí pronto, a gente chegou, acabou-se...foi fazer barraco... um dia a polícia chegou, que achou que era para tirar, mas quando as polícias chegaram, que achou tudo diferente já, a carreira de barraco feito... "não foi aqui, não. Não foi aqui", depois acertaram que foi... "é para sair daqui dentro de não sei quantas horas"... não sei. Aí fizeram uma reunião, ô meu Deus, eu digo "e agora, para todo mundo participar dessa reunião". Eu fui para reunião, quando cheguei lá, estava todo mundo em volta... um olha para cara de um, outro olha para cara de outro... eu sei que quando eu acabei de abrir a boca, eu digo "eu sei que vocês são da lei, mas vocês dão licença para eu falar um pouco?", eles disseram "pode"; eu disse "olha, vocês me deem licença... nós estamos aqui por causa... é por um pedaço de chão que a gente não tem, para tirar o sustento para dar... botar na boca dos filhos da gente, que é a coisa que mais me dói é eu ver uma criança pedir um pão à mãe e a mãe não ter para dar. Então, é por isso que a gente está aqui, atrás de um pedaço de terra para tirar o sustento para botar na boca dos filhos da gente, para a gente... para eles não sofrerem as consequências. É por isso que nós estamos aqui". Ninguém me disse nada.[50]

As palavras de Dona Crispina traduzem as lutas da mulher negra, quilombola e camponesa, que defende seus familiares e sua comunidade, objetivando lugares de dignidade e humanidade para si e para a/o outra/o. Ela levanta sua voz e diz "vocês dão licença para eu falar um pouco?", se pronuncia com altivez, reconhecendo-se como sujeita de direitos, argumentando para as autoridades policiais locais e expondo as necessidades de seu povo, tão marginalizado pelo Estado brasileiro, e reivindicando um pedaço de terra, o qual dará o sustento

[50] Entrevista realizada com Crispina Vitória dos Santos.

para esta população. Nesse processo de luta, elas e eles conseguiram a posse da terra e ali foram reinventando suas práticas quilombolas.

Nesse espaço, Dona Crispina continuou no exercício do ofício de cura, com o manejo das ervas medicinais, na arte de trazer a vida pelas mãos e nutrindo os corpos com seus saberes ancestrais, efetivando, portanto, as práticas tradicionais de cuidados em saúde para si e para a comunidade local. A narrativa oral da guardiã das ervas e parteira expressa as redes de afeto que fortaleciam os laços naquele território:

> Hum. A parteira, tinham pessoas que não queriam que eu fosse pegar menino, porque era um cargo cansado, que eu tomava conta de tudo, e ainda voltar a ser parteira, e longe, que não era para eu ir. Teve uma vez que eu vim fazer suspensão de bexiga aqui (Feira de Santana), dezenove dias eu fui para lá (Biritinga), quando eu cheguei lá, na hora que eu acabei de chegar, chegou gente atrás de mim, para eu ir pegar o menino, eu disse "não dá para eu ir", nesse tempo não tinha carro ainda, era trator... "tem que ir, tem que ir", eu disse "ô, Ivan, tu me leva devagar?", ele disse "levo", aí subi no trator e fui; aí eu cheguei lá, estava o povo, a mulher pelejando para parir, os outros povos, tudo como quem ia morrer, na hora que eu acabei de chegar, eu botei no jeito, aí mandei fazer uma forçazinha, ajeitei ela, aí ela teve a criança, quando acabou de ter a criança, acabou-se o choro do povo, e aí foram fogos que já estavam com eles, guardados, porque se tivesse uma boa hora, era para soltar.[51]

A partir disso, compreendemos que as memórias de Dona Crispina evocam uma trajetória atravessada pela ética amorosa (hooks, 2021), ensinando-nos a arte de servir, pois com suas mãos "jeitosas" ampara a parturiente, trazendo ao mundo uma nova vida e enxugando as lágrimas da comunidade amorosa (hooks, 2021) que se alegra com a chegada de mais um membro da família estendida. Então, como afirma hooks (2021, p. 161), "não há lugar melhor para aprender a arte do amor que numa comunidade".

Em suma, analisamos que as trajetórias das mulheres do território de Lagoa Grande tratavam e tratam de modos de fazer, agir e pensar baseados nas redes de solidariedade e nas relações de afetos, em que predominam o cuidado de si e da/o outra/o. Dona Crispina, Dona Maria Parteira, Silveria Almeida, Maria de Lourdes e tantas outras buscaram, por meio dos saberes ancestrais e do uso das ervas, resolver os problemas cotidianos que afetavam seus filhos e suas filhas, sobrinhos e sobrinhas, netos e netas, ou seja, cada uma/um que fazia parte daquele lugar.

Assim, essas figuras femininas agenciaram seus modos de vida, reconstruindo suas identidades, histórias e expectativas, criando possibilidades para reafirmarem suas existências e potencialidades. Desse modo, em cada canto das estradas do Carro Quebrado, da Lagoa da Camisa, da Lagoa Suja, da Fazenda Rumo, do Genipapo, da Várzea da Telha, da Lagoa Grande,

[51] Entrevista realizada com Crispina Vitória dos Santos.

enfim, das terras do Território Quilombola de Lagoa Grande, essas mulheres elaboraram outros caminhos possíveis para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO 3

FAMÍLIA CRUZ DOS SANTOS: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E LEGADO

Neste capítulo, apresentamos a trajetória de vida de Dona Maria Cruz dos Santos, parteira, agricultora e liderança importante do território de Lagoa Grande. Fazendo uso das oralidades e das memórias, destacamos suas práticas de cuidado, seus caminhos na arte de partejar, ao mesmo tempo em que analisamos as repercussões de seu legado na vida de sua filha Renilda Cruz dos Santos e Santos, e também na vida de sua neta Karen Cruz dos Santos, buscando evidenciar os caminhos entrelaçados pelas três gerações.

3.1 DONA MARIA, SUA SABEDORIA E O OFÍCIO DE PARTEJAR

Em 2014, conheci Dona Maria Cruz dos Santos, quando estava desenvolvendo o projeto "Lagoa Grande: Minha terra quilombola"[52], realizado na Escola Municipal José Tavares Carneiro, no distrito de Maria Quitéria, Feira de Santana-BA. Naquele contexto, durante a visita de campo à comunidade de Lagoa Grande, surgiu a oportunidade de dialogar com aquela mulher que nos encantou com seu modo simples e sereno de compartilhar suas vivências. Logo, percebi a potencialidade de suas práticas de reexistência[53], centradas no cuidado com a/o outra/o, como relata Silveria Almeida:

> Ela não era só parteira, Sandra. Maria Cruz dos Santos, além de parteira, ela era como se fosse uma clínica, uma médica clínica, ela era no geral. Podia ser para curativo, podia ser para alimento – o que é que eu posso comer, que chá eu posso tomar, que folha eu posso misturar – ela sabia tudo, não deixava misturar qualquer folha não... ela diz "E o princípio aqui? E se tu der um choque aí? Tiver uma intoxicação, como é que a gente vai fazer?", aí ela tinha aquele cuidado total, e parir então... ela já sabia que planta que ela dava para esquentar a dor, que chá ela dava para esquentar a dor, ou o que era que dava ali para acelerar o processo de dores. E ela era assim, de parteira a cuidar do próprio filhinho que nasceu ali, ela era... tá vendo dizer, era a médica de Lagoa Grande[54].

A interlocutora nos apresentou Dona Maria Cruz, que, ao longo de sua existência, dedicou-se a cuidar da saúde de todas/os que habitam o território aqui estudado. As pessoas já sabiam a quem recorrer, quem podia indicar as ervas para suas dores, quem ofereceria os cuidados com as mulheres na hora do parto e do banho da/o recém-nascida/o. Ainda, contavam com ela para acompanhar e levar para procedimentos cirúrgicos no hospital, fazer os curativos,

---

[52] Projeto elaborado no Pibid Interdisciplinar – UEFS, que participei enquanto supervisora, entre os anos de 2014 e 2017.
[53] Ver Barbosa (2022, p. 72), que trata do conceito de reexistência.
[54] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos.

dentre outras situações. Assim, percebemos a força, a disponibilidade, o apoio e dedicação de Dona Maria em relação às demandas da comunidade.

Diante disso, compreendemos a importância de conhecer a trajetória dessa mulher, que foi e, até os dias de hoje, ainda é imprescindível para sua comunidade. Maria Cruz dos Santos, filha de Francisca Pereira da Cruz e Felipe Moreira da Cruz, nasceu na localidade de Várzea da Telha, pertencente ao território de Lagoa Grande, distrito de Maria Quitéria, no dia 23 de outubro de 1949.

Dona Maria começou na lida com os pais desde os cinco anos de idade, raspando mandioca, carregando água e cuidando dos animais, ou seja, lutando pela sobrevivência junto com sua família. Aos dez anos, sua mãe faleceu, tornando seu cotidiano ainda mais difícil, já que ficou com a responsabilidade de cuidar das/os irmãs/ãos mais novas/os, ajudar no trabalho da roça e na ida à cidade a pé, para vender seus produtos na feira.

Nesse cenário, quando estava cursando a 2ª série, atualmente 1º ano do ensino fundamental, precisou sair da escola, pois havia a necessidade de cuidar dos serviços da casa, realidade de muitas meninas negras da geração de Dona Maria, pois lhes eram negados direitos fundamentais, como o acesso à educação escolar. Tendo isso em vista, esse percurso de vida, trilhado por ela, leva-nos a pensar e refletir sobre as condições das mulheres negras em nossa sociedade, as quais são colocadas num lugar de extrema vulnerabilidade social e muitas vezes lhes é negada a própria humanidade.

Conforme alertou Gonzalez (2020, p. 58), "ser negra e mulher no Brasil [...] é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão". Assim, elas enfrentaram e enfrentam a tríplice discriminação, de raça, classe e gênero. Então, historicamente, elaboram caminhos possíveis de reexistências, para superar a estrutura de dominação imposta pelo sistema capitalista, patriarcal e racista.

Desse modo, a partir do aporte teórico da intelectual negra Lélia Gonzalez (2020), principalmente de sua obra destinada à linha investigativa sobre a mulher negra na perspectiva interseccional, direcionamos a nossa análise acerca das figuras femininas de Lagoa Grande, em específico, aqui neste capítulo, às experiências de Dona Maria Cruz. Mulher, mãe, parteira, agricultora, cuidadora, ela elaborou, em seu cotidiano, práticas que garantissem a sobrevivência de seus familiares e de toda a comunidade, que, historicamente foi marginalizada e invisibilizada pelo Estado brasileiro.

Aos dezesseis anos, Dona Maria, iniciou o curso de corte e costura, através do incentivo de seu pai, de modo que, aprendendo esse ofício, contribuiu para o sustento e criação das/os

suas/seus irmãs/ãos e, posteriormente, das/os suas/seus filhas/os. Casou-se com Amilton Vitória dos Santos, no dia 23 de setembro de 1972, tiveram oito filhas/os: Reinaldo Cruz dos Santos, Railton Mário dos Santos, Roberto Cruz dos Santos, Renilda Cruz dos Santos e Santos, Rogério Cruz dos Santos (*in memoriam*), Rízia Sirlene Cruz dos Santos, Raulene Cruz dos Santos e Rogério Gomes da Silva. As/os três últimas/os foram adotadas/os – prática comum no território de Lagoa Grande – evidenciando a importância dos laços de solidariedade na cultura do cuidado naquele espaço.

No início da década de 1970, já casada, morando na comunidade de Lagoa Grande, construiu a casa de farinha, tirando dali a subsistência, juntamente à criação de porcos, perus e galinhas, o que complementava a renda doméstica. Em sua narrativa, destaca "Aí no meu tempo tinha a lagoa, que era onde a gente tirava o sustento também, que a gente pescava... E aí, a gente pegava... que tinha bastante peixe, e aí a gente ajudava na alimentação"[55].

Nessa época, Dona Maria e as/os outras/os moradoras/es enfrentavam grandes dificuldades para garantir a alimentação na mesa. Inclusive, não tinham recursos para manter as plantações, visto que, até mesmo quando necessitavam comprar adubo, precisavam de dinheiro emprestado. Ao recordar esse cenário, o líder da comunidade e ex-sindicalista rural, José Caciano Pereira da Silva, relata:

> [...] *nós era* muito pobre, sabe? Nessa época que *tô* contando assim, era muito pobre, não tinha como fazer roça e *pra* fazer roça nessa época, tinha fazendeiro que a gente comprava a carne fiado, pra quando tiver produção pagar, vender farinha para pagar. Às vezes, vamos dizer assim, comprava direto, mas passava um mês, dois meses devendo, só pagava quando tinha safra de feijão, safra de fumo, safra de mandioca, toda semana fazendo farinha, quando uns pagavam. Então, o que aconteceu, com isso, a gente para fazer roça, tomava dinheiro emprestado. Ana, mais Silveria e Lourdes, vendo essa dificuldade, e Ângela, que é da comunidade Carro Quebrado, aí conseguiu conversar com Albertino, aí Albertino mostrou o modelo como seria, marcou uma vinda de Ildes [Sociólogo e integrante da equipe do MOC] aqui, Ildes veio, começou a orientar e aí onde a gente conseguiu nascer o trabalho comunitário [...].[56]

O entrevistado expõe os problemas enfrentados pelas/os agricultoras/es do território, cotidianamente, para garantir a sobrevivência, como também sinaliza o início do trabalho comunitário nesse espaço. Durante esse período, elas/es se articularam para fundar a Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria, instituição que se tornou um marco histórico na localidade, representando concretamente a luta coletiva e as possibilidades de organização de homens e mulheres que estavam no processo de reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

---

[55] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

[56] Entrevista realizada com José Caciano Pereira da Silva, na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, Distrito Maria Quitéria, Feira de Santana-BA, no dia 10 de março de 2017.

Dona Maria Cruz, uma das fundadoras da associação, participou efetivamente do processo de construção da sede daquela instituição, a qual estava atravessada pelos sonhos e projetos de uma vida mais digna e humanizada. Ela recorda:

> A primeira tesoureira fui eu. Aí a gente fazia as reuniões, e quando tinha qualquer coisa, o pessoal do MOC vinha auxiliar a gente, e aí a gente foi andando, a gente fazia hortaliças, criou galinha, só não criou porco. Aí a gente juntou o grupo todo e comprou aquela sede ali; aquela sede é da associação, que a gente comprou com o dinheiro da associação, dos grupos, aí a gente pagava, naquele tempo eram dez mirréis, que era mirréis, ainda, naquele tempo. Depois foi que passou para o cruzeiro. A gente pagava dez mirréis mensal, e aí, a gente pagou aquele terreno, aí foi construindo as escolas.[57]

Percebemos, em sua fala, os primeiros passos de articulação da associação, que objetivava a melhoria das condições de vida delas e deles, visando, inicialmente, a atender às suas necessidades básicas. Nessa caminhada, foram construindo percursos possíveis de existência, centrando-se no trabalho coletivo e vinculando-se à rede de apoio e parceria do MOC. Diante disso, observamos que Dona Maria Cruz, junto com outras mulheres da comunidade, na década de 1970 e 1980, elaborou e participou efetivamente dos projetos pensados e discutidos na Aqcomaq. Aqui, entre outras atividades, destacamos a horta e a roça comunitárias e as ações do Clube das Mães, já mencionado no capítulo dois, que se destinava ao cuidado com a saúde.

No Clube das Mães, o curso de parteira foi oferecido pelo MOC, ministrado pela médica Cira, na cidade do Senhor do Bonfim, no início da década de 1980. Naquele período, as parteiras tradicionais da comunidade, Dona Maximiniana – avó de Dona Maria Cruz – e Dona Verônica, já eram falecidas, com isso, as mulheres ficaram sem apoio na hora do parto, dependendo do deslocamento para o centro da cidade de Feira de Santana, expondo-se, portanto, às dificuldades do transporte, tão escasso e precário naquela época.

Dona Maria Cruz, liderança da comunidade, ficava encarregada de providenciar o carro e levar as parturientes para o hospital. Também, durante o processo, permanecia dando assistência a essas mulheres, para que se sentissem mais seguras naquele momento difícil. Depois, quando chegavam em casa, dava banho na criança e auxiliava com os cuidados necessários. Sobre isso, relatou Dona Maria:

> E aí, eu tinha que acompanhar. Eu sei que eu fui acompanhar, levava para a maternidade, quando mandava me buscar, para eu levar para a maternidade – porque era a pessoa que estava em frente da comunidade para tudo – aí tinha disponibilidade de arrumar um carro, mais ligeiro, que às vezes a gente precisava de um carro, se o pessoal do MOC tivesse por aqui, eles não arcavam dificuldade com a gente, a gente aqui já deixava os pontos certos para... não tinha telefone naquele tempo, mas o recado boca a boca sempre chegava, ele ia, aí dava socorro.[58]

[57] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.
[58] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

Sua narrativa enfatiza o tempo “boca a boca” como principal forma de comunicação na comunidade. Os desafios podiam ser grandes, mas aquela mulher determinada não media esforços para atender às demandas das pessoas, principalmente das mulheres, mantendo uma potente rede de auxílio mútuo. Assim, essa figura feminina se constituiu como uma forte liderança no território, aquela que, desde a infância, acompanhava a avó no ofício de parteira e que, devido à necessidade das mulheres que ali residiam, foi buscar essa formação específica para atuar na comunidade.

Cabe ressaltar que Dona Tutu, avó de Dona Maria, foi uma grande parteira, visto que atendia as moradoras de Lagoa Grande, como também de toda a vizinhança. As pessoas iam buscá-la de cavalo ou de jegue e, prontamente, ela montava na garupa para auxiliar e acolher as mulheres que iriam dar à luz, então, ali mesmo prestava os primeiros cuidados à parturiente e à/ao recém-nascida/o. Com o tempo, o legado foi passado para Dona Maria Cruz, aquela que atuou e atua nas terras do quilombo, que tem sua ancestralidade no Cerrado, na Matinha dos Pretos, território que respira as rotas da liberdade.

Posto isso, acreditamos que, a partir das memórias dessas mulheres, é possível compreender de que forma teciam suas experiências históricas, como buscavam e elaboravam cotidianamente a sobrevivência de sua comunidade, constituindo, assim, a essência do quilombo. Dessa forma, entendemos que as quilombolas, historicamente, seja nos mocambos do passado ou nos quilombos contemporâneos, assumiram papéis e funções de comando nesses locais. Nesse sentido, Fiabani (2017, p. 14) afirma:

> Nas comunidades negras rurais brasileiras, as mulheres destacam-se na organização e condução do movimento social. Também são responsáveis por chefiar famílias extensas, além de educar os filhos, cuidar de netos, sobrinhos e outros. As mulheres compartilham funções políticas com os homens, conduzem o destino das comunidades. A mulher quilombola contemporânea escreve sua história e da comunidade, forjada na luta diária pela sobrevivência, defesa do território, cultura e religiosidade.

Sem dúvida, as mulheres quilombolas constituem a força do quilombo, reinventando e preservando as práticas sociais, culturais, políticas e de cuidado, nos territórios. No caso específico aqui analisado, observamos que os saberes e fazeres femininos sustentaram os corpos de crianças, jovens, mulheres e homens que integram os caminhos de Lagoa Grande, Lagoa da Camisa, Carro Quebrado, Fazenda Rumo, Várzea da Telha, Genipapo e Lagoa Suja.

Essas rotas, no início da década de 1980, eram percorridas por Dona Maria Cruz, com mãos firmes na arte de partejar, de dar à luz, apoiada nas redes de afeto e solidariedade. Então, seus saberes foram suportes para as parturientes, que eram acolhidas no início da gestação, na hora do parto e no pós-parto. Elas se sentiam seguras e já sabiam quem iria auxiliá-las, visto

que, até mesmo quando eram assistidas pela/o médica/o, recorriam aos cuidados da parteira de Lagoa Grande, como relata Silveria Almeida:

> Eu tive uma neném aqui, uma filha, no parto de cócoras... eu confiando em quem?! Nela. Nem na médica que me instruiu eu não acreditei, não confiei. Eu confiei nela, eu olhava no olho dela, ela dizia "A senhora não vai fazer isso comigo não", "Eu vou fazer sim, se prepare que eu vou te chamar". Quando ela chegou aqui, ela disse "E aí, vai para a rua [o centro da cidade]? Para Feira?", eu "Não. A médica disse que se precisar dela – se precisar, que não vai precisar – era para mandar alguém ir buscar ela, mas não vai precisar". E aí eu fiquei, e foi assim, foi um *desvendaçar* de seis filhos, foi o melhor parto... tive em casa, com as pessoas, com a família, eu tive em casa de cócoras e parir de cócoras é melhor que parir deitada, deitada a pessoa fica sem força, e tem que tomar aqueles remédios lá, para sentir dor, para sentir a contração... em casa não, em casa ali sentada de cócoras numa banquinha, na hora que a dor veio, aí que eu levantei... mas Maria era ativa, se Maria fosse uma pessoa... eu tinha perdido, tinha matado meu filho, porque na hora que ela segurou na minha mão, que eu fiz isso, aí veio com toda força, ela soltou a mão e pegou a menina. E aí ela fez o que... a experiência... ela pegou a menina, sem cortar o cordão umbilical nem nada, ligada em mim, para descolar a placenta com mais rapidez, ela botou no peito para mamar. E a menina olhando na minha cara e dando chupada que parecia ser menino de mês[59].

A partir das palavras da interlocutora, percebemos que as dimensões de confiança e afeto permeavam as relações existentes entre as parturientes e Dona Maria. No seu ofício de parteira, apresentava agilidade, firmeza e destreza, certamente ancorada nos saberes ancestrais de sua avó, Dona Tutu, que outrora recebeu (pegou) incontáveis bebês, amparando em suas mãos meninas e meninos que hoje fazem a história do quilombo. Assim, Silveria, ali em sua casa, acolhida pelos seus familiares, teve seu melhor parto, um parto natural na posição de cócoras, trocando olhares com o novo ser, sua menina, que avidamente buscava em seus seios o alimento.

As narrativas nos revelam que as práticas do cuidado conduziam o cotidiano do quilombo, como ações que mobilizavam sentidos para enfrentamento das opressões. Sendo assim, essas mulheres se colocavam na linha de frente, evocando as forças ancestrais, dialogando e negociando com saberes formais, a fim de atender às suas demandas e necessidades. Maria Cruz, Crispina Vitória, Silveria Almeida e tantas outras atuaram no campo do afeto[60], cuidando delas e das/os outras/os, quer seja na arte de partejar, no preparo do chá, no manejo do solo ou no ensino das primeiras letras, de forma que reproduziam seus modos de ser e viver. Então, como afirma a educadora quilombola Givânia Maria da Silva:

> As mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de luta e resistência nos quilombos, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração. São diferentes formas de produção de conhecimento, através de uma diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais e científicos. Dentre os papéis que desempenham está o de guardiãs da

[59] Entrevista realizada com Silveria Almeida Santos.
[60] Conceito elaborado pela historiadora Mariléa de Almeida. Ver Almeida (2022, p. 39-40).

> pluralidade de conhecimentos que emergem e são praticados nos territórios quilombolas (Silva, 2020, p. 54).

Com isso, entendemos que Dona Maria Cruz é uma guardiã dos saberes enquanto parteira. Ela é conhecida na comunidade, por suas/seus filhas/os de umbigo e pelas muitas mulheres espalhadas no território, como "mãe Maria", "mãe Dindinha" e "comadre", pois criou laços afetivos no ato de gestar da vida, no ato de parir, na vinda ao mundo, sendo preservados ao longo de suas existências.

Observamos, dessa forma, que a relação entre essas mulheres se constituía com base no respeito mútuo e na rede de solidariedade, tendo em vista que Dona Maria acompanhava as gestantes, dando-lhes o apoio necessário, bastava chamá-la para que fosse atender prontamente, durante o dia ou à noite, com chuva ou sol. Em certo momento, na mesma semana, havia cinco mulheres paridas na comunidade para cuidar e, com sua disponibilidade, paciência e habilidade, conseguia zelar por todas, como também pelas/os recém-nascidas/os. Nesses cenários, às vezes, saía de casa pela manhã e só chegava à noite, deixando sua filha, Renilda, conhecida como Nina, responsável pelos cuidados da casa.

Na dinâmica do ofício de parteira, a "médica de Lagoa Grande" se constitui numa autoridade, respeitada por todas e todos daquele lugar, realizando um trabalho voluntário, o que reafirma quando diz: "a sabedoria que Deus me deu, tenho que retribuir com quem tem necessidade"[61]. Ainda, segundo ela, a recompensa é o carinho e o apoio da comunidade, a qual não permite que ela se sinta só em nenhum momento, pois é sempre acolhida pelas comadres, pelos compadres, familiares e vizinhas/os, ou seja, cada moradora e morador que habita as terras de Lagoa Grande.

Nesse ofício, realizou partos ditos fáceis e difíceis e relembra que, no trabalho de parição, os mais desafiadores e que chamaram sua atenção eram os bebês que nasciam pelos pés, sentados ou de "bumbum". Assim, ela narra:

> Aí quando eu chego lá, estava o pezinho, já tinha adiantado, já estava no meio da perna. Aí quando eu botei ela na posição, que fui olhar, olhei, uma perna estava encolhida, aí eu cheguei, segurei no pezinho, quando ele mexeu, eu recuei e levei ele, quando eu levei ele, eu falei assim "respire fundo aí", foi que eu meti a mão e encontrei o outro pezinho, ele estava com o pezinho dobrado, eu dei com a cabeça do joelho; aí eu fui recuando o bebê e seguro no pé, para não escapulir, aí foi quando eu dei com a mão com o outro pezinho... quando eu segurei o pé e trouxe, aí eu falei com ela, disse assim "pronto, o bebê vem pelos pés", ela perguntou "eu vou fazer o quê?", eu disse "você vai fazer uma força, como se você fosse suspender a serra".
> E a mãe [dela] estava tremendo, eu disse "não, não precisa ficar assim não. Quem tem que ficar nervosa é quem está parindo, não é a avó, não". E aí, eu mandei ela fazer força, ela fez, o bebê veio; quando ele veio, eu segurei. Quando vieram os bracinhos, deu para segurar, eu segurei os bracinhos, aí mandei ela fazer a força, quando ela fez a força, que eu joguei, ele nasceu.

[61] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

> Quando foi umas doze horas, eu vim para casa, arrumei ela e tudo... Quando foi doze horas, chovendo, foi quando meu cunhado chegou aqui, batendo na porta, "comadre Maria..." – Tatau... Aí eu perguntei assim "é o que, compadre?", eu conheci logo a voz; ele disse assim "tia Bizu (filha de Luís Pereira, um dos primeiros moradores da localidade) disse que é para a senhora ir lá que Dalva apresentou... apareceu uma bolsinha branca". Eu disse assim "deve ser outro bebê que está lá dentro", "ave Maria, comadre! E pode?", eu disse "pode". Aí quando eu cheguei lá, estava aquela bolsinha, o saquinho do bebê tinha descido. Quando eu ajeitei ela, botei na posição e falei "ô, Dalva, faz uma forcinha aí, que aqui parece que tem um menino, aí quando ela fez a força, que é vem, eu falei "não precisa fazer muita força, não, porque aqui... no caso aqui, ele está morto; não precisa muita pressa, muita agonia, não". Aí quando ela fez duas forcinhas, ele saiu, já estava dentro do saquinho, ele morreu como se tivesse uns cinco meses. Então, essas coisas chamam atenção.[62]

Emocionada, nossa "médica de Lagoa Grande" relata, também, momentos de frustrações com o ofício de partejar, já que nem sempre conseguia salvar os bebês que anunciavam sua chegada ao mundo. Na primeira parte de sua narrativa, expressa o "saber fazer" e descreve com detalhes o trabalho de parto, a delicadeza e firmeza em seus movimentos, para assegurar a vida da/o recém-nascida/o e da parturiente. No segundo momento, destaca-se a postura e autoridade da "médica de Lagoa Grande" na condução do inesperado, agindo com tranquilidade e competência. Posto isso, percebemos que esses fazeres e saberes femininos circulavam e circulam nos territórios de comunidades tradicionais, sustentando e viabilizando a continuidade da vida, a manutenção da existência quilombola.

No entanto, cabe salientar, aqui, que as narrativas históricas de Dona Maria Cruz e de tantas outras mulheres do quilombo de Lagoa Grande – como também dos demais espalhados pelo território brasileiro – estiveram sempre à margem dos centros acadêmicos, visto que, nesses lugares, prevaleceram e ainda prevalecem os discursos da branquitude. Como afirma Kilomba (2019, p. 50-51),

> Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o 'Outras/os' inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos 'de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos' (Hall, 1992, p. 252), mas raras vezes fomos sujeitos.

É justamente tentando reduzir as invisibilidades e combater os processos de silenciamento dos saberes e poderes das mulheres quilombolas que acentuo aqui possibilidades outras de construção do conhecimento, através das falas, dos gestos e do corpo dessas mulheres. É preciso focar nas experiências de pessoas negras, permitindo escutar suas vozes, conhecer suas percepções de mundo e realidade. A historiadora Beatriz Nascimento, já nas décadas finais do século XX, sinalizava esse interesse, que é demarcado em uma de suas obras, introduzida

[62] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

por Barreto (2018, p. 27), a qual explicita a necessidade de "pensar novas epistemologias que dessem conta da experiência e especificidade históricas de homens e mulheres negras".

Nascimento (2018, p. 411), atenta às questões de seu povo, da sua gente, pautava, em seus projetos de pesquisa, estudos referentes ao papel feminino nos quilombos históricos brasileiros, bem como buscava uma "reinterpretação crítica dos conceitos atribuídos ao quilombo", contrapondo-se às noções estabelecidas de banditismo, fuga e rebeldia. Vale ressaltar, ainda, que a autora compreendia os quilombos como assentamentos sociais, formados e articulados nas senzalas, nas fazendas ou nos espaços em que homens e mulheres eram submetidos ao sistema escravista, passando por um processo de maturação, até chegar às táticas da fuga e da própria instalação dos núcleos sociais.

A autora também discute que os quilombos eram pensados e estudados no contexto da repressão oficial, contudo, destaca ela, existiam lacunas referentes ao que acontecia antes e depois da guerra, nos momentos que ela chama de "paz quilombola" (Nascimento, 2021b, p. 132-133). Dessa forma, buscava entender como esses assentamentos sociais se reproduziam, como mantinham suas relações com sua vizinhança ou até mesmo com certos senhores de fazenda, interessando-se, portanto, por seus modos de organização social e econômico, aos quais ela ressalta a força e a duração, no que se trata dos quilombos históricos (Nascimento, 2018).

Nessa perspectiva, ainda em relação às experiências de Dona Maria, ao final de uma entrevista, perguntei se ela gostaria de falar algo mais, então, destacou sua maior inquietação: "é a maneira do povo dizer que o bebê que nasce em casa não pode ser registrado, o que me matava era isso"[63]. Naquele momento, com certa indignação, relata que não se curvava diante da interdição e continuava acompanhando suas pacientes ao hospital, porém, quando chegavam lá, não recebiam um bom atendimento, e, muitas vezes, negavam-lhes vagas. Logo, Dona Maria erguia a voz: "tem vaga, sim, porque quando leva para casa, se parir em casa, não registra e quando eu trouxe, eu trouxe porque já está na hora de ganhar neném"[64].

A parteira e "médica de Lagoa Grande" faz questão de demonstrar sua autoridade, sua posição firme, por conta da qual não se intimidava em outros espaços, fora de seu domínio, e cobrava tratamento digno às suas parturientes. Diante disso, ela continua narrando: "já que eu não posso fazer o parto em casa, então vocês têm que também respeitar a gente e ver quais são as necessidades, porque quando eu trouxe, eu já fiz o toque e eu sei que já é para ganhar, está

[63] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.
[64] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

em trabalho de parto"[65]. Então, ela acompanha todo o procedimento, visto que sempre sai de casa sem marcar compromissos, para não haver preocupações externas, "pode ser a hora que for, da noite ou do dia"[66].

Essa postura de Dona Maria, centrada no cuidado com a/o outra/o, além de todo seu repertório de vida, anuncia práticas epistemológicas, forjadas na oralidade e ancestralidade, como bem argumenta Silva (2018), em sua pesquisa intitulada "Afrocentricidade um caminho: histórias e vivências de mulheres negras intelectuais da comunidade quilombola Lagoa Grande em Feira de Santana-Bahia". A partir de sua escrita, a autora aborda o debate da intelectualidade para além dos muros acadêmicos, referindo-se aos conhecimentos elaborados no cotidiano, nas vivências das mulheres negras quilombolas, numa perspectiva afrocêntrica[67]. Isso é o que levou Silva (2018) a analisar as trajetórias de vida de três mulheres do quilombo de Lagoa Grande, percorrendo os caminhos das artes de partejar, curar e ensinar.

Tendo isso em vista, compreendemos que as práticas intelectuais dessas mulheres precisam ser acessadas, reconhecidas e registradas, fazendo ecoar suas vozes dentro e fora do quilombo, possibilitando outras narrativas históricas, centradas nas experiências de mulheres negras e homens negros, que estiveram, por tanto tempo, ausentes na historiografia brasileira. Aqui recorremos novamente ao diálogo com Beatriz Nascimento que, desde a década de 1970, já articulava suas críticas, argumentando:

> Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática (Nascimento, 2021a, p. 45).

Através de seus escritos, a autora tensionava a necessidade de construção de "uma história feita por mãos negras", sinalizando nossas particularidades e nossos traumas, entendendo-nos como sujeitos das nossas próprias existências. Ela buscou refletir e dar ênfase ao agenciamento do povo negro na construção da história brasileira, aprofundando suas pesquisas nos quilombos, denominados por ela como sistemas sociais alternativos. É com base

---

[65] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

[66] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

[67] A autora utiliza o conceito de afrocentricidade, elaborado pelo cientista e filósofo estadunidense Molefi Kete Asante, que publicou, em 1980, o livro "Afrocentricidade: a teoria de mudança social". Com isso, em seu artigo intitulado "Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia", dialogando com Ama Mazama, nos diz: "Afrocentricidade é uma afirmação do lugar de sujeito dos africanos dentro de sua própria história e experiências, sendo ao mesmo tempo uma rejeição da marginalidade e da alteridade, frequentemente expressas nos paradigmas comuns da dominação conceitual europeia" (Mazama, 2003 *apud* Asante, 2016, p. 10).

nessa abordagem que analisamos a trajetória de vida de Dona Maria Parteira, visibilizando suas narrativas, práticas de cuidado e práticas comunitárias, ou seja, dialogando com sua autonomia, sua subjetividade e seu agenciamento naquele território.

Percebemos como é notório o agenciamento feminino intergeracional no território de Lagoa Grande, desde as décadas iniciais do século XX. Esse é um fato enunciado pelas primeiras moradoras, que podem ser representadas pela figura de Dona Emília Pereira dos Santos, que se destacou na arte de fazer doces e no comércio de suas iguarias, expostas nos tabuleiros das terras das Itapororocas – atual distrito de Maria Quitéria –, a qual faz recordar as ganhadeiras das ruas de Salvador, no século XIX, retratadas por Soares (1996). Entretanto, notamos que suas práticas culturais e sociais ficaram à sombra do patriarca da família, Luís Pereira dos Santos, reconhecido e bem vivo na memória de suas/seus descendentes. Além dela, vale destacar o pioneirismo de outra mulher, Dona Maximiniana Ferreira, já mencionada anteriormente, a qual praticava a arte de partejar.

Mais adiante, na geração de Dona Maria Parteira, observamos certa efervescência e mobilização política dessas mulheres, ao lado dos homens, empreendendo uma luta em busca de direitos e do exercício de cidadania, particularmente, nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período, articularam as bases do trabalho comunitário por meio da associação, fomentando ações de melhoria na produção agrícola, no acesso à educação escolar, nos cuidados com a saúde, dentre outras demandas que foram se transformando em realidades. Assim, pavimentaram o caminho para as que ainda viriam, atualmente lideradas pela figura feminina de Renilda Cruz dos Santos e Santos, presidenta da Aqcomaq, filha de Dona Maria Cruz e bisneta de Dona Emília Pereira e de Dona Maximiniana Ferreira.

Cabe, ainda, lembrar que essas experiências femininas foram tecidas, e ainda o são, no contexto social brasileiro permeado pelas forças do patriarcado, pela misoginia e pelo racismo, ancorados na colonialidade do ser e do saber, que impôs às mulheres negras brasileiras, desde o marco da colonização europeia, lugares de subalternização, tensionados por elas com ações de rebeldia. Ao tratar do movimento dessas mulheres, refletimos que suas andanças, no campo e na cidade, no privado ou em público, desbravaram possibilidades de reexistências. As Marias, as Silverias e as Crispinas se constituem donas de si, são os próprios quilombos, anunciando legados que afetam cada uma/um que integra o espaço de Lagoa Grande.

Desse modo, essas trajetórias de vida expressam ressurgências, que ecoam no poema de Conceição Evaristo, intitulado “A noite não adormece nos olhos das mulheres” – em memória de Beatriz Nascimento –, o qual nos diz nos últimos versos:

> A noite não adormecerá
> Jamais nos olhos das fêmeas
> Pois do nosso sangue-mulher
> De nosso líquido lembradiço
> Em cada gota que jorra
> Um fio invisível e tônico
> Pacientemente cose a rede
> De nossa milenar resistência (Evaristo, 2008, p. 26).[68]

Certamente, a noite nunca adormece para Dona Maria nem para as demais mulheres de Lagoa Grande, que costuram, bordam, fiam redes de apoio, de afeto, de acolhimento e de rebeldias. Logo, tornam-se protagonistas de uma "história vista de baixo", conforme identificou Thompson (1998) ao estudar os trabalhadores ingleses e o processo de formação da classe operária (Thompson, 1998). Nessa pesquisa as subalternizadas podem falar, narrar suas angústias, seus medos, seus desafios, suas lutas e seus saberes, compartilhando, assim, suas histórias de vida.

O tempo passou, algumas coisas mudaram, e Dona Maria já não "pega mais meninos", como ela mesma nos relatou, mas as pessoas a mantêm como uma referência de saberes, com "a mesma consideração", e quando tem algum problema "primeiro vem aqui", em sua casa, para ouvi-la. Percebemos o reconhecimento e a legitimação de seus saberes naquele espaço, diante da permanência das consultas aos seus conhecimentos e orientações para a saúde de seus corpos. Em suas recordações, ela traz também as experiências do período da pandemia da Covid-19, quando foi "intimada" por uma jovem da comunidade a dar banho no seu bebê. Sobre isso, ela conta:

> Até mês passado, eu ainda dei banho num bebê ainda. A menina disse que não queria outra pessoa para dar banho, ela não sabia dar e a mãe não ia dar, quem tinha que dar era eu – Daniela, cunhada de Nina.
> Aí eu tive que dar banho nesse bebê, ela intimou, ela disse "eu estou fazendo a intimação, a senhora que vai dar banho no meu bebê, que a senhora deu nos meninos de *mainha* tudo, deu banho na gente, a senhora vai ter que dar banho no meu filho", e aí eu tive que dar banho nesse menino, está com – acho que é – oito meses já, o menino.[69]

Do trecho apresentado, destacamos o ato de "dar banho no bebê", permeado de simbologia, que carrega em si a manutenção da tradição, evocação da afetividade, da memória e dos laços de compadrio, reportando a história e o legado de Mãe Maria, que vem das mãos ancestrais de Dona Tutu. Certamente, esta linhagem emana da mãe África, representando,

---

[68] O poema "A noite não adormece nos olhos das mulheres" foi escrito depois que as duas grandes amigas (Beatriz Nascimento e Conceição Evaristo) fizeram uma longa caminhada da Cinelândia até a Urca numa noite inesquecível.
[69] Entrevista realizada com Maria Cruz dos Santos.

portanto, as sociedades tradicionais forjadas em torno da mulher, constituindo estruturas matricêntricas, opostas às estruturas patricênticas, evidenciadas no mundo europeu[70].

Diante do exposto, observamos que as tramas históricas das mulheres de Lagoa Grande, em específico, as experiências de Dona Maria Cruz dos Santos, foram constituídas, decerto, pela ética amorosa, conceito que encontramos nas obras da escritora e teórica feminista estadunidense bell hooks. A autora convoca as pessoas a pensarem o amor como uma ética de vida, entendendo-o como uma prática, uma vontade, uma ação, uma construção, e afirma que "abraçar uma ética amorosa significa utilizar todas as dimensões do amor – 'cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade e conhecimento' – em nosso cotidiano" (hooks, 2021, p. 130).

Por esse viés, caminhou Dona Maria, criada na Várzea da Telha, na propriedade de seus avós, Martins Pereira e Maximiana Ferreira, tendo como base os valores da família estendida. Assim, estabeleceu laços que permaneceram vivos em sua memória, entre eles, recorda que todas as noites iam tomar café com sua avó, e ali seu avô e seu tio, Cândido Pereira, rezavam o terço ou ladainha. Com isso, percebemos que estavam imbricadas/os, cotidianamente, em relações afetivas e amorosas.

hooks (2021) aponta que a família estendida – comunidade amorosa – possibilita relações mais saudáveis, de modo a possibilitar o aprendizado da arte do amor. A partir disso, a escritora infere, também, que essa organização familiar não é estimulada no sistema capitalista. Então, explica que,

> em nossa sociedade, boa parte das discussões sobre 'valores familiares' destacam a família nuclear, constituída por mãe, pai e preferencialmente um ou dois filhos. Nos Estados Unidos, essa unidade é apresentada como a organização mais importante e desejável para a criação dos filhos, aquela que garantirá o bem-estar social de todos. Trata-se, é claro, de uma imagem fantasiosa de família. Dificilmente alguém em nossa sociedade vive num ambiente como esse. Mesmo indivíduos criados em famílias nucleares geralmente as experimentam simplesmente como uma pequena unidade no interior de uma unidade maior formada pela família estendida. Juntos, capitalismo e o patriarcardo, como estruturas de dominação, têm feito hora extra para destruir essa unidade mais ampla de parentesco (hooks, 2021, p. 162).

É possível notar que, nas comunidades negras rurais brasileiras, particularmente em Lagoa Grande, na Bahia, a organização da família estendida ainda é preservada, tendo em vista que os indivíduos têm convívio com tio, tia, avó, avô, primo e prima, o que implica sua constituição enquanto sujeito, ampliando suas redes de apoio. Então, essas relações comunitárias, denominadas por hooks (2021) como "comunidade amorosa", são necessárias e desejadas por nós, pois, quando não as encontramos em nossa família de origem, buscamos nas

[70] Ver Bonfim (2021), que trata das discussões teóricas elaboradas pelo cientista e historiador Cheikh Anta Diop referentes às estruturas matricêntircas e patricêntricas.

amizades outro núcleo amoroso. Assim, percebemos que Dona Maria estava fortalecida no conjunto de valores conectados no princípio de uma ética amorosa.

Por fim, refletimos que as práticas amorosas de Dona Maria impulsionam movimentos, de modo que somos afetadas/os de alguma maneira a pensarmos sobre o nosso lugar no mundo, nossas posturas e fazeres. Sua trajetória reverberou na vida de sua filha Renilda Santos, atualmente presidenta da Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria, como também de sua neta, Karen Santos. Por isso, nas próximas páginas, percorremos novas trilhas e caminhos construídos pelas três gerações de mulheres potentes por meio dos traçados de suas memórias.

3.2 TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES QUILOMBOLAS: TECENDO PRÁTICAS DO CUIDADO

Figura 19 - Mulheres da família Cruz dos Santos

Fonte: arquivo pessoal (2022).

A Figura 19 apresenta três mulheres negras quilombolas da família Cruz dos Santos: Dona Maria Parteira, Renilda e Karen, as quais alimentam, em suas trajetórias, as práticas amorosas (hooks, 2021), anunciadas pela geração da matriarca, que marcou e ainda marca a vida das/os quilombolas do território de Lagoa Grande.

3.2.1 Karen Cruz dos Santos e Santos: nos caminhos de sua ancestralidade

"[...] eu renasci, me tornei livre e finalmente me reencontrei"[71].

Em 2012, na Escola Municipal José Tavares Carneiro, conheci Karen Cruz, quando cursava o 6º ano do ensino fundamental. Fui sua professora de História e guardo, em minhas lembranças, o seu jeito tímido e introspectivo, como também sua dedicação aos estudos. Ali, fomos criando laços que se estenderiam, anos mais tarde, para a sua família, quando, em 2014, tive a oportunidade de estar mais perto de Renilda – sua mãe – e Dona Maria – sua avó –, no projeto intitulado "Lagoa Grande: minha terra quilombola", desenvolvido na unidade escolar.

Karen Cruz nasceu no Hospital Mater Dei, na cidade de Feira de Santana-BA, no dia 18 de janeiro de 2001. É filha única do casal Renilda Cruz dos Santos e Santos e Daniel Almeida Santos. Ela cresceu na propriedade de seus avós maternos, lugar acolhedor, que tem no centro a casa de Dona Maria, cercada por uma varanda, com cadeiras plásticas e de madeira e uma bela rede, para os cochilos da tarde. Nesse local, mora a família Cruz dos Santos: a avó, o avô, os tios, as tias, os primos e as primas – um exemplo da estrutura denominada por hooks (2021) como comunidade amorosa –, os quais nutriram e nutrem a formação e a constituição de Karen, enquanto jovem mulher quilombola que projeta novos futuros.

Quando indagada sobre sua infância, relembra a relação com sua avó materna, o cotidiano na roça e na casa de farinha, memórias que evidenciam laços afetivos que marcam sua vida toda. Em sua narrativa, é perceptível a referência à Dona Maria Cruz quando afirma: "a fortaleza dela é o que me inspira a continuar, saber que ela continuou, é o que me inspira... em todos os âmbitos da minha vida, tanto nos estudos, tanto na luta da comunidade"[72]. Observamos, nessa fala, a força ancestral feminina, disseminada nas histórias de vida intergeracionais, que impulsiona e move a vida de Karen para as demandas individuais e coletivas.

Ademais, ela aponta que se reconheceu enquanto mulher negra quando estava cursando o ensino médio, no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, situado no centro da cidade de Feira de Santana. Nesse ambiente, em meados do ano de 2017, decidindo passar pela transição capilar, viveu uma fase muito difícil, experimentando as faces cruéis do racismo. Sobre isso, ela expõe:

---

[71] Retirado do texto elaborado por Karen Cruz dos Santos e Santos, datado de 14 de junho de 2023 (arquivo pessoal).

[72] Entrevista realizada com Karen Cruz dos Santos e Santos, na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, Distrito de Maria Quitéria, Feira de Santana-BA, no dia 20 de maio de 2023.

> Eu lembro quando entrei no Colégio Modelo, sempre ouvia a frase "o terceiro ano é o céu", e será? O terceiro ano foi pra mim um deserto, aprendi não só nas 4 paredes de uma sala de aula o que é viver. Vivi a experiência de subir as rampas do colégio chorando, me perguntando se era mesmo necessário ir até lá, passar por tudo aquilo novamente, mas ao fim da manhã descê-las sorrindo, e ao contrário também. Perdi as contas de quantas vezes eu fui me sentindo inútil, apenas porque precisava, porque tinha que ir. Eu me sentia humilhada diante da turma por alunos e professores, eu segurei as lágrimas algumas vezes, mas acabava deixando rolar em outras situações. E em meio a inúmeros acontecimentos quase que simultâneos que abalaram imenso meu psicológico, hoje eu olho pra trás e vejo o quanto esse período foi essencial pra ser quem eu sou hoje.
> E foi passando por tudo isso que aprendi o sentido da vida e me reencontrei nela. Eu sobrevivi àquele deserto e hoje, revivendo tudo aquilo, vejo que encontrei o meu oásis e a magia que ele pode me proporcionar mesmo diante das dificuldades.[73]

Através da fala apresentada acima, percebemos uma adolescente enfrentando um dos fenômenos históricos mais avassaladores e dolorosos, o racismo, que penetra, invade e afeta o psicológico da pessoa negra, notadamente de uma mulher negra, deixando-a acuada, sentindo-se "inútil", "humilhada". Assim, ela descreve o percurso no espaço escolar, especificamente, o terceiro ano, o qual caracteriza como uma travessia pelo deserto, expressando um lugar de ausência, dores e lágrimas, atingindo com profundidade sua subjetividade.

Dessa maneira, Karen passa pelo processo de identificação da sua negritude, por meio de práticas dolorosas, vivenciando o que é ser negra numa sociedade estruturada e dominada pelos valores da branquitude. Experimenta aquilo que Neusa Santos Souza já anunciava: "ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro" (Souza, 2021, p. 115). Por esse viés, ela ressignifica, reelabora essas vivências e busca o reencontro com sua ancestralidade e a conexão com sua identidade. Ainda conforme Souza (2021, p. 108):

> A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus.) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades.

A partir dessa experiência, a entrevistada vai se constituindo enquanto uma mulher negra. Diante disso, ela diz: "Eu renasci, me tornei livre e finalmente me reencontrei". Essa reconstrução tem um sentido libertador, que aponta possiblidades de existência, cria "uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças" (Souza, 2021, p. 115) e estabelece um caminho próprio, vinculado às forças ancestrais, na figura de sua mãe e sua avó.

Nesse percurso, outro momento marca a sua trajetória: seu entendimento enquanto quilombola, que aflorou recentemente, participando, em 2021, de um curso intitulado "Práticas

[73] Depoimento escrito de Karen Cruz dos Santos e Santos, elaborado no dia 18 de junho de 2023 (arquivo pessoal).

em sistemas agroflorestais", promovido pela Teia dos Povos[74], no assentamento Terra Vista, em Arataca – BA. Ela narra que, nesse encontro, recebeu uma formação ética, política e espiritual, que ressoou de forma muita intensa em sua vida, e que, até hoje, processa tudo que lhe atravessou naquele evento. Ainda acrescenta: "entendi a importância dos saberes vindos dos meus ancestrais, e o quanto eles nos tocam aonde nosso pensamento e nossa militância não é capaz de alcançar"[75].

Nessas palavras, percebemos a conexão da interlocutora com suas forças ancestrais, reconhecendo seus saberes e de que forma afetam a sua existência. Além disso, também recorda: "naqueles dias eu pude sentir nas entranhas o germinar de uma mudança real na minha trajetória e até hoje aquele encontro ainda ecoa dentro de mim em cada atitude que hoje realizo dentro da comunidade"[76]. Dessa forma, Karen, apoiada na referência de sua mãe e de sua avó, segue dando os primeiros passos na luta do trabalho comunitário.

Por esse viés, sinto o entrelaçamento das trajetórias de Karen, Renilda e Dona Maria ecoar na narrativa de Evaristo (2016) intitulada "Olhos d'água", publicada na coletânea homônima, em 2014. No conto, a narradora-personagem busca o elo com sua ancestralidade, na figura da matriarca da família, repercutindo na história da neta. Destacamos a seguir o trecho em que a protagonista evoca e reconhece suas ancestrais:

> Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família: ela e minhas irmãs tinham ficado para trás. Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias (Evaristo, 2016, p. 18).

Na escrita, a narradora recorda as mulheres de sua família e suas ancestrais africanas, honrando suas histórias e sua importância, o que implicou a reconstrução de sua própria identidade. Tal qual a protagonista, Karen reverencia o percurso das mulheres do território de Lagoa Grande, na figura das suas tataravós, bisavós, avós, mãe e tantas outras personagens femininas que pavimentaram o caminho, possibilitando a formação de sua identidade e sua subjetividade. O quadro genealógico, exposto na Figura 20, apresenta a linhagem materna da

---

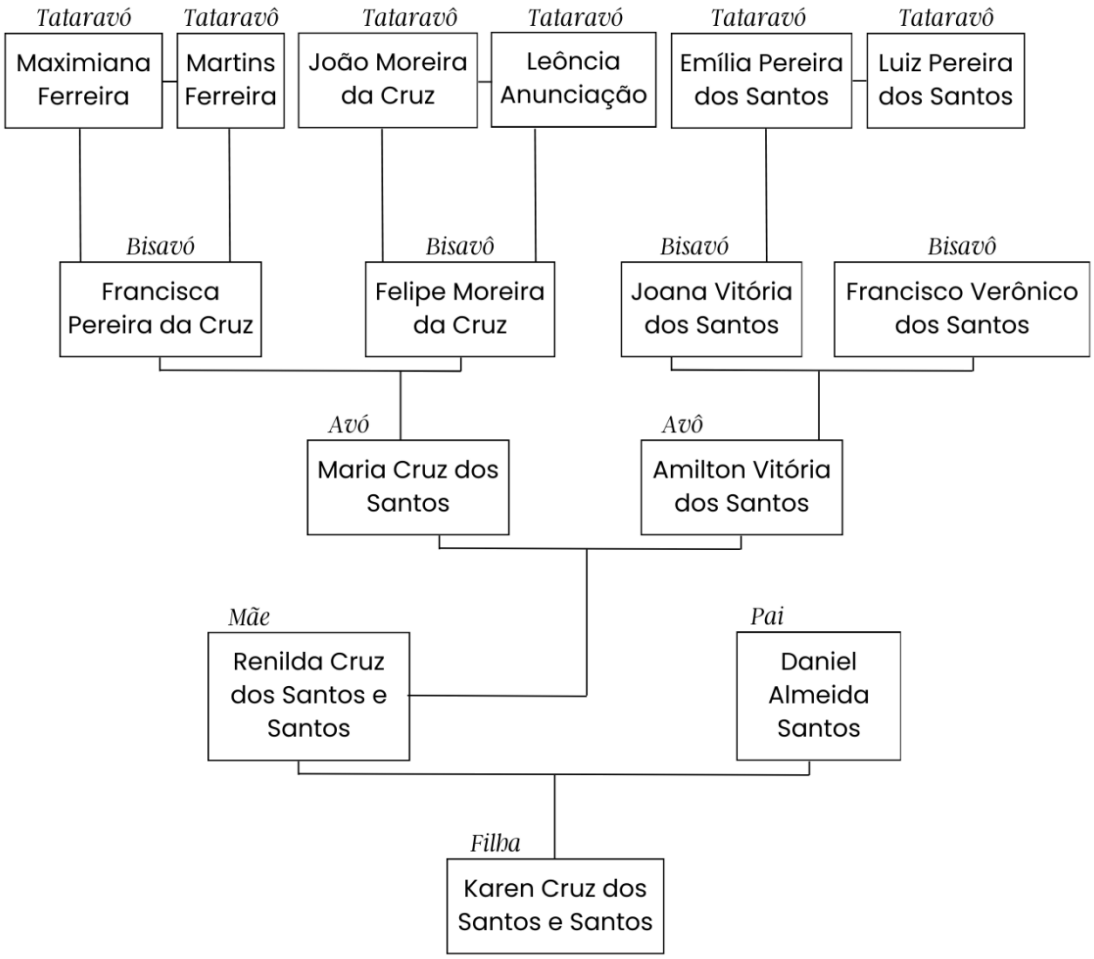
[74] "A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores se juntam, enquanto núcleos de base e elos, nessa composição, com o objetivo de formular os caminhos da emancipação coletiva. Ou seja, construir solidariamente uma Aliança Preta, Indígena e Popular" (Teia dos Povos, 2020b, p. 1).

[75] Depoimento escrito de Karen Cruz dos Santos e Santos, elaborado no dia 18 de junho de 2023 (arquivo pessoal).

[76] Depoimento escrito de Karen Cruz dos Santos e Santos, elaborado no dia 18 de junho de 2023 (arquivo pessoal).

família da interlocutora, ou seja, sua base ancestral, a qual lhe provoca a desenvolver práticas comunitárias e sociais.

Figura 20 - Árvore genealógica de Karen Cruz dos Santos e Santos



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ressaltamos a presença do giro, da ciranda, da roda ancestral, que impulsiona as existências femininas nas terras de Lagoa Grande. Assim, explica Santos (2019, p. 27): “Minha geração avó é começo, minha geração filha é o meio e minha geração neta é começo, de novo”. É nesse sentido que acompanhamos os primeiros passos de Karen na luta comunitária, reconhecendo o seu pertencimento, quando ela afirma “hoje tenho orgulho de dizer sou quilombola, que moro na comunidade quilombola de Lagoa Grande”, entendendo, enfim, que o quilombo é a sua terra, o seu lugar no mundo.

3.2.2 Renilda Cruz dos Santos e Santos: nos caminhos da ética do cuidado

O meu encontro com Renilda Cruz dos Santos e Santos, conhecida como Nina em sua comunidade, deu-se na Escola Municipal José Tavares Carneiro, onde estudava sua filha. No entanto, nossos laços só se ampliaram anos mais tarde, quando estávamos desenvolvendo, na

unidade de ensino, o projeto[77] que contemplava as histórias, tradições e memórias de Lagoa Grande. Nesse momento, recordo-me que, gentilmente, ela nos apresentou cada canto do quilombo: as águas da lagoa, as casas dos mais velhos, a capela, as roças, as cantigas da bata do feijão e a casa de farinha, mostrando-nos, então, os modos de ser e viver daquele território.

Renilda nasceu em 30 de abril de 1978, em Feira de Santana, como a quarta filha do casal Amilton Vitória dos Santos e Maria Cruz dos Santos, ambos netos das/os primeiras/os moradoras/es da comunidade de Lagoa Grande. Ela foi criada naquele lugar, pela família estendida. Sobre isso, recorda que sua tia Rosa Pereira de Almeida era quem cuidava dela e dos irmãos, nos momentos que Dona Maria se dedicava ao trabalho comunitário.

Diante disso, sua infância foi marcada pelas responsabilidades de casa, que assumiu, desde os sete anos de idade, ao lado de sua tia Rosa e de sua mãe. Assim, buscava sempre agilizar os serviços domésticos, para ter tempo para as brincadeiras e travessuras com seus irmãos, no terreiro de sua casa. Já na adolescência, relembra as festas culturais de que participava na comunidade – as quadrilhas juninas e a Queima de Lapinha –, as cantigas de roda após as rezas, que costumava ir com a prima Silveria, como também os piqueniques e pesca na lagoa. Ela descreve:

> É... me lembro bastante da minha infância ... as nossas pescas na lagoa. E a gente aprendeu a questão da divisão, da solidariedade com as pescas, que a gente ia, pescava o camarão e dividia certinho, né? Se desse três litros, dividia para cada um certinho, cada porção certinha, então, aprendi muito com essa questão de pescar na lagoa. E a outra coisa também, que a gente brincava muito, era de fazer casas de pindoba, a gente fazia – final de semana – a gente fazia os piqueniques com as casas de pindoba, e aí teve um período que a gente... Sônia ali, irmã de Isabel, a gente montou uma barraca e a gente vendia licuri, essas coisas mesmo daqui.[78]

Em sua fala, a entrevistada rememora os tempos antigos na lagoa, destacando o ato de repartir a pescaria, valores que a família de Renilda, principalmente Dona Maria, preserva até hoje, repassando para as novas gerações. Estes momentos no território estão bem presentes nas memórias do povo de Lagoa Grande, espaço que ativa lembranças das brincadeiras na infância, dos preparos dos alimentos e da passagem das boiadas, constituindo, assim, um elemento simbólico e fundamental para a história dessa comunidade. Abaixo, na Figura 21, temos uma fotografia de Nina na referida lagoa, momento em que estivemos ao seu lado e quando conhecemos esse recurso natural.

[77] Ver nota na página.
[78] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.

Figura 21 - Renilda Cruz no espaço da Lagoa Grande

Fonte: acervo pessoal (2014)

Com o decorrer dos anos, Renilda se envolveu no trabalho comunitário, a partir das atividades religiosas, atuando como catequista e participando do grupo jovem católico da comunidade – Jovens Decididos a Evangelizar (JDE) –, que já possui 27 anos de existência, sendo composto, hoje, por integrantes da geração de sua filha, Karen. Ao longo do tempo, foi se transformando em uma liderança religiosa, certamente inspirada pela família, de modo particular em seu tio-bisavô, Cândido Pereira de Almeida, que foi um grande catequista no território. Atualmente, é coordenadora de catequese da paróquia do Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana – BA, exercendo também a função de ministra da eucaristia, ministra da palavra, catequista e coordenadora da arquidiocese de catequese – iniciação à vida cristã. Do mesmo modo, ela desperta para o trabalho social, o que explica na seguinte fala:

> Então, foi a partir do trabalho da igreja que eu assumi... comecei também esse trabalho comunitário. Aí eu comecei a participar da associação, depois eu comecei a assumir cargos também, dentro da associação; meu primeiro cargo na associação foi de secretária geral. E aí, daí para cá, eu sempre participo da diretoria, quer dizer, passei uns anos sem participar, que foi no período que Daniel, meu ex-esposo, foi presidente. No caso, eu fui mais presidente do que ele, porque eu assumia, ele saía para trabalhar e quem assumia as coisas era eu, mas aí eu não podia participar porque não poderia ser os dois, casal, aí não poderia, mas depois que ele deixou esses oito anos dele, aí eu tornei voltar de novo, aí eu entrei como secretária de políticas sociais e, hoje, que eu estou como presidente.[79]

Nesse contexto, percebemos que suas escolhas têm um olhar para a/o outra/o, tanto no campo religioso quanto no social, seguindo os valores e princípios da ética do cuidado, transmitidos pela história de vida de Dona Maria, sua grande referência. Com isso, ela afirma:

[79] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.

“o trabalho de mainha, na comunidade é o que me impulsiona, hoje, também, a ser o que eu sou, porque ela me ensinou a ter esse cuidado com o outro, sabe?”.

Tendo em vista essa trajetória, Nina se tornou uma liderança reconhecida dentro e fora do quilombo, atuando na associação desde o início de sua juventude, entendendo as necessidades e as lutas daqueles que ali residem. Além disso, tem a percepção de que a caminhada deve ser construída no coletivo e para o coletivo, enxergando que “o outro é aquele que está ao seu lado, o outro é aquele que você segura, o outro é aquele, inclusive em termos de posição de mãos, é aquele que você suporta. O outro é aquele que você conduz. O outro não é aquele a quem você sobrepõe” (Nascimento, 2022, p. 157).

Dando continuidade ao seu percurso, em 2020, ela assumiu a presidência da Aqcomaq, em plena pandemia da Covid-19, enfrentando os desafios impostos pelo cenário de insegurança, medo, morte e isolamento social. Ela explica que um dos momentos mais difíceis até agora, na sua gestão, foi a questão da vacinação, pois o Governo Federal estabeleceu que as/os quilombolas que vivem fora do território não receberiam a imunização e, se agissem ao contrário, teriam punições. Essa situação gerou alguns conflitos e tensões entre a parentela, pois alguns acusaram Nina de escolher as pessoas que seriam vacinadas, por não entenderem como o processo estava ocorrendo.

Nesse período, para resolver esses impasses, ela buscou o diálogo com a comunidade, organizando uma lista com os nomes das pessoas que estavam fora do território e encaminhando para Secretaria de Saúde para serem vacinadas, sendo uma das últimas a tomar a vacina, por conta da situação, tendo em vista que entendia que todas/os tinham o direito. Assim, diz: “já foi uma coisa do governo federal mesmo, de desestruturar o quilombo, porque [...] independente do lugar que eu esteja, eu não vou deixar de ser quilombola, é o meu pertencimento”[80]. Ainda, ao analisar sua gestão, ela infere:

> Então, para mim está sendo árduo, mas ao final prazeroso, porque, assim, se eu lhe disser que está sendo fácil para mim, eu estou mentindo, porque são muitas críticas, muitas vezes, que a gente recebe de pessoas que não compreendem, não entendem que é o trabalho social, e está ali de fora só para criticar, e quem mais crítica é quem menos faz; eu já ouvi até do meu irmão mesmo, meu irmão chegar para mim e dizer assim “rapaz, tu já tem tanto problema, por que tu não deixa esse negócio de associação para lá? Sai disso”, aí eu disse para ele “eu não vou sair, sabe por quê? Porque está aqui, no sangue. Isso vem dentro de mim desde a minha formação. Porque quando mainha estava grávida de mim, *mainha foi tesoureira da associação, mainha que subia e descia para resolver tudo e todas as questões, então está no meu sangue, isso já vem desde a minha gestação*, da minha formação, então não tem como eu deixar esse trabalho social.[81] (Grifo nosso.)

[80] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.
[81] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.

Dessa maneira, percebemos que o modo de constituição de si de Renilda, principalmente enquanto liderança, está atrelado às práticas comunitárias de sua mãe, que sempre lhe ensinou o cuidado com a/o outra/o, independentemente de ser reconhecida. Ela segue os passos da geração de Dona Maria, entendendo o significado e importância do trabalho social na vida de cada uma/um que integra o território. Isso posto, percebe que esse é o momento de estar à frente, de permanecer na luta e de honrar os passos daquelas/es que abriram os caminhos.

Por esse viés, observamos que o fazer político e o social dessas mulheres foram mobilizados pelo pertencimento que têm ao lugar e por sua relação com as pessoas que vivem ali, surgindo lideranças sensíveis e atentas à necessidade da/o outra/o, reconhecendo seus papéis, sua força e potencialidade no percurso da luta, além de reelaborar, constantemente, estratégias para os enfrentamentos cotidianos. Tendo isso em vista, ressaltamos aquilo que Nascimento (2022, p. 158) desenvolve ao tratar dessa postura feminina:

> Uma série de mecanismos que o Quilombo de Palmares mostra, por exemplo: ficar na frente e dizer que tem milhões, e só ter cinco. Ficar atrás e dizer que só tem cinco, e ter milhões. Sempre essa dinâmica, que é a dinâmica da fuga, a dinâmica que é muito da concepção da mulher, que é alguém, uma pessoa, que todo mundo quando fala do feminismo, não sei o que lá, quer que a gente se pareça com o homem, seja uma guerreira homem, e nós somos uma guerreira diferente. Nós temos uma concepção de guerra que eu acho que é parecida com essa concepção de guerra do quilombo. A guerra está existindo, mas nós estamos cuidando dos filhos, cuidando da plantação, cuidando disso, cuidando das armas.

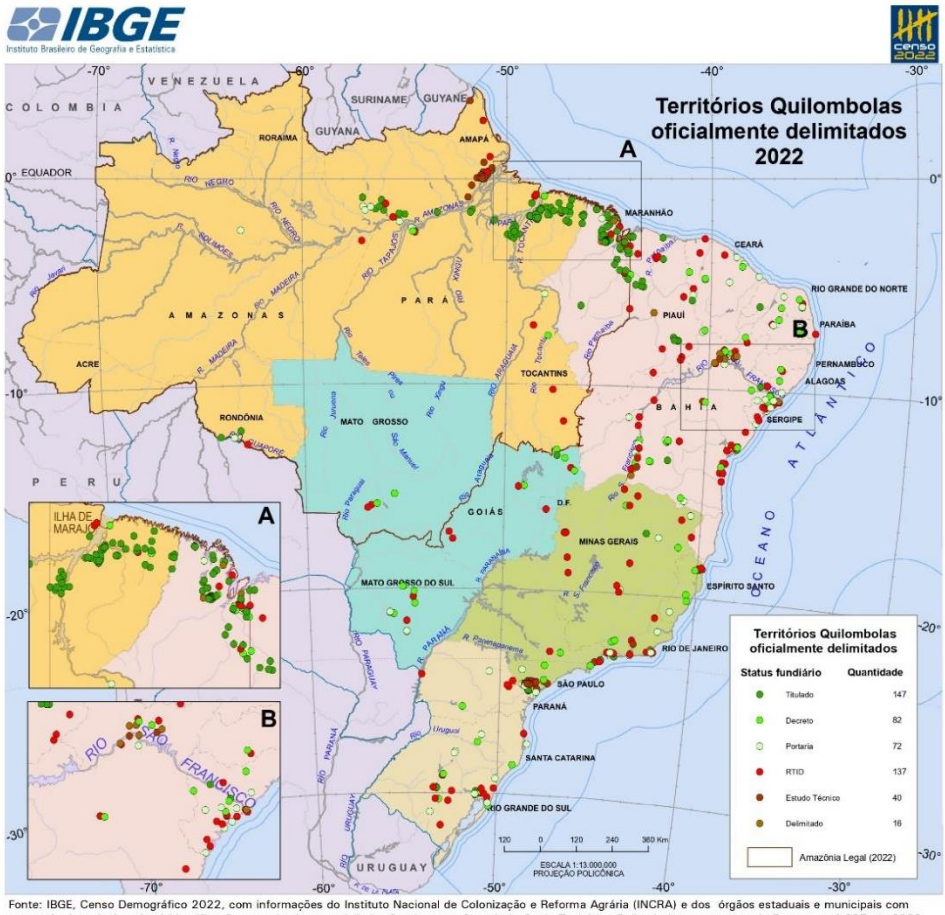
A autora apresenta a ideia do modo de agir das mulheres, que têm sua especificidade, movimento e dinâmica próprios, possibilitando a constituição de lideranças do perfil de Dona Maria e de Renilda, que, diante da "guerra", age com zelo, olhando para o interesse de todas/os. Nessa condução, os fazeres femininos nas terras de Lagoa Grande circulam nas tarefas da capela; nas igrejas evangélicas; nas rodas de conversas e debates da associação; nas casas de farinha, preparando o beiju; no cultivo das hortaliças, do feijão, da mandioca; nas aulas dos centros acadêmicos; nas reivindicações da implantação de uma educação diferenciada para suas crianças e adolescentes e em tantos outros espaços de vivência e luta.

Nesse sentido, elas se destacam em seus territórios, colocam-se em linha de frente, impulsionando a dinâmica da organização dos seus modos de sobrevivência. Ainda, pensando no âmbito nacional, recentemente, mulheres quilombolas, de diversas partes do país, buscaram uma articulação, por meio do Coletivo de Mulheres da Conaq. Essas, desde a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, no ano 2014, em Brasília, vêm discutindo e promovendo ações direcionadas para as suas demandas específicas, como também as que envolvem os espaços quilombolas como um todo. Em vista disso, o Coletivo de Mulheres destaca:

> A luta pelo território cumpre um papel central na reivindicação de direitos dos povos quilombolas, pois do território depende o exercício de diversos direitos fundamentais, como o acesso à educação escolar quilombola, livre uso e preservação da sociobiodiversidade, o direito à produção agrícola tradicional e o direito à cultura etc. A liderança das mulheres quilombolas, por sua vez, é central na luta política pelo território, na medida em que sustenta, protege e desenvolve o principal elemento de sustentação do quilombo: a coletividade (Coletivo de Mulheres da Conaq, 2020, p. 47).

Dessa forma, a defesa do território é a base da luta das mulheres quilombolas, da qual desencadeiam vários outros direitos, estando, no cerne dessa questão, a morosidade dos processos de titulação dos territórios quilombolas, que, no contexto político conservador e fascista dos últimos anos, intensificou os ataques e a violência aos povos tradicionais. Diante disso, vale destacar que, segundo o Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos 5.972 localidades quilombolas mapeadas no país, sendo que os territórios titulados são apenas 147 (Mapa 3). Na comunidade quilombola de Lagoa Grande, por exemplo, desde 2014, há um processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para a regularização de suas terras (CPISP, 2021), o qual se encontra paralisado, realidade da maioria dos quilombos brasileiros.

Mapa 3 - Territórios quilombolas oficialmente delimitados 2022



Fonte: IGBE (2022).

Infelizmente, as populações quilombolas, em todo o território brasileiro, sofrem com ameaças aos seus modos de vida, enfrentando os grandes empreendimentos que geram conflitos socioambientais. Inclusive, essa é uma situação vivida pelas comunidades tradicionais feirenses, como Lagoa Grande, Matinha dos Pretos e Candeal II, que estão vivenciando ataques promovidos pela construção das linhas de transmissão de energia (LTs) e subestações. Essas estruturas irão causar fortes impactos e prejuízos às localidades, tais como "o distúrbio no meio ambiente, afetando diretamente a qualidade do solo; o risco à saúde, o desenvolvimento de doenças e/ou distúrbios; o risco iminente de desabitação, devido à área de abrangência das LT's e a questão da seguridade" (Teia dos Povos, 2021, p. 1).

Diante desse cenário, as/os moradoras/es dos quilombos promoveram, em 2021, o primeiro Ato em Defesa da Terra e do Território, contra as instalações das linhas de transmissão de alta tensão. Como já mencionado, notamos a presença constante das mulheres quilombolas nessas lutas pela garantia dos direitos dos seus povos, o que pode ser observado por meio da Figura 22, destacando, aqui, a liderança de Lagoa Grande, Renilda Cruz – de calça preta, blusa vermelha e chapéu amarelo –, juntamente com outras quilombolas feirenses, reivindicando a soberania e a defesa dos seus territórios. Sendo assim, o agenciamento feminino na contemporaneidade é destaque no âmbito local e nacional, promovendo a organização comunitária em seus espaços.

Figura 22 - Primeiro Ato em Defesa da Terra e do Território contra as instalações das LT 500 Kv e LT 230 Kv

Fonte: Teia dos Povos (2021).

Além dos movimentos já citados, cabe aqui ressaltar a mobilização realizada na gestão de Renilda Cruz, no evento do 8º Novembro Negro da comunidade de Lagoa Grande, em 2020, no qual as/os moradoras/es fizeram a autodemarcação em defesa do território, das águas e da

lagoa. Nesse ato, elas/eles fincaram duas placas naquele espaço, reafirmando o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, no ano de 2007, e a luta pela proteção das vidas da lagoa. Sobre esse momento, a presidenta da Aqcomaq narra:

> O dia de hoje! A expectativa! A hora de colocar as nossas placas! Chegou o grande momento. Amanheci, 4h40 da manhã e já estava de pé. Fiz meu momento de oração, me arrumei, chamei meu esposo e a gente desceu. Fomos pegar Seu Zezito, Bujão (Sanfoneiro), Zé Bombeiro, peguei [Mestre] Caciano, as ferramentas e descemos para a lagoa. Que emoção chegar na lagoa e já encontrar o povo reunido; povo da Lagoa da Camisa, povo de Casa Nova, povo da Fazenda Rumo e a comunidade de Lagoa Grande chegando. Aí a gente começa a colocar em prática esse desejo – essa ideia que nos foi colocada pelo companheiro Henrique de fazermos essa Alvorada. Como será essa alvorada no tempo de pandemia? E o Senhor, ele nos fez realizar um momento tão lindo. A gente começa a nossa alvorada colocando aquela placa lá – a demarcar uma parte do nosso território, da nossa lagoa, o nosso recurso natural que vem cada dia mais sendo destruída. Está sendo destruída. Mas basta![82] (Teia dos Povos, 2020a, p. 4-5).

É possível observar que a fala emocionada da interlocutora demonstra desejos, sonhos, lutas e reivindicações, que são ecoados nas vozes dos povos quilombolas feirenses, os quais, no decorrer do tempo, foram invisibilizados e marginalizados no contexto histórico e social do nosso município. Atualmente, mulheres, homens e jovens quilombolas se reconhecem como sujeitos de direitos e pautam suas demandas, em busca do exercício da cidadania plena, objetivo tão almejado pelos seus ancestrais. Desse modo, como já mencionamos nas linhas acima, as mulheres se constituem lideranças potentes para que seus direitos sejam respeitados.

Esse protagonismo feminino pode ser percebido através da trajetória de Renilda Cruz, principalmente quando seus passos e fazeres no trabalho social repercutem na vida de sua filha, Karen Santos, que já acompanha as atividades comunitárias. Sobre isso, Nina diz "eu tenho tido ela como uma parceira forte minha, nessa presidência da associação [...]"[83], pois colabora e se envolve nas práticas sociais. Dessarte, percebemos que seus ensinamentos estão chegando aos mais jovens, pensando nisso, ela explica: "eu tento, assim, passar para ela aquilo que eu vivo, de estar ali, na luta [...]"[84]. Assim, por suas vivências, Karen se inspira a continuar tecendo os fios da história de Lagoa Grande.

Há, portanto, uma geração mais nova, representada pela vivência de Karen, que sinaliza a continuidade do legado da luta e da resistência, confirmando que as sementes foram lançadas em terras férteis. Também, demonstra que, em suas andanças, busca o fortalecimento de sua identidade quilombola, integrando o Movimento Quilombola Estudantil e participando de eventos voltados ao público quilombola, como o IV Encontro Nacional de Estudantes

[82] Depoimento de Renilda Cruz dos Santos e Santos, publicado no site Teia dos Povos.
[83] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.
[84] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.

Kilombolas (Eneki), no qual esteve recentemente[85]. O encontro foi realizado em Belém, no Pará, e teve como tema "Amazônia Quilombola: rios de vozes que ecoam resistência".

Torna-se notório que, historicamente, a mobilização e organização das mulheres quilombolas e negras, na luta pela garantia de melhores condições de vida, é constante em suas trajetórias. Gonzalez (2020), por exemplo, destaca, nas décadas de 1970 e 1980, nos movimentos étnicos, a participação efetiva das mulheres amefricanas e ameríndias na luta pela sobrevivência e, ainda, suas denúncias em relação às opressões de classe e raça. Sobre isso, a autora ressalta:

> Cabe aqui um fato importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – e também para as ameríndias -, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, sejam crianças, adultos ou idosos. E foi dentro da comunidade escrava que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular pela libertação. O mesmo reflexo é válido para as comunidades indígenas. Por tudo isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; lá nós, amefricanas e ameríndias, temos participação ativa e, em muitos casos, somos protagonistas (Gonzalez, 2020, p. 147).

Lélia Gonzalez, no ensaio citado acima, intitulado "Por um feminismo afro-latino-americano", tece críticas ao feminismo vigente, apontando o silenciamento da questão racial no movimento feminino, que não contemplava as reais demandas das amefricanas e ameríndias, que sofreram e continuam sofrendo, secularmente, as discriminações de raça, classe e gênero (Gonzalez, 2020). A escritora também afirma que, nos movimentos negros, as mulheres negras encontram mais espaço para se organizarem no coletivo, visando ao enfrentamento do sistema patriarcal-racista.

Cabe ainda salientar que Gonzalez (2020) discute o movimento das mulheres negras e indígenas a partir da noção de amefricanidade, entendendo que a construção e formação das comunidades negras na América tem uma história em comum, demarcando pontos de conexão no âmbito cultural e linguístico, e convergindo em vínculos identitários próprios. Com isso, afirma: "[...] a Améfrica, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos" (Gonzalez, 2020, p. 135).

---

[85] O Eneki "foi idealizado com o objetivo de promover um amplo e coletivo espaço de debate entre os estudantes quilombolas matriculados em universidades federais, estaduais e institutos federais em todo o território nacional. Na perspectiva de 'aquilombamento' do ensino no Brasil, buscamos assegurar e fortalecer a nossa presença nesses espaços acadêmicos que nos foram historicamente negados" (Eneki, 2023, p. 2).

Nesse mesmo sentido, analisamos que as histórias de lutas das mulheres quilombolas e negras da diáspora confluem, nas quais elas buscam, em seus espaços de vivências, emancipação, autonomia, libertação e dignidade para os seus corpos. Sendo assim, a rede de mulheres forjada em Lagoa Grande, a partir da geração de Dona Emília Pereira – bisavó de Nina –, organizava-se para os enfrentamentos cotidianos, buscando o sustento e o protagonismo familiar.

Essas são histórias que chegam à geração de Dona Maria Cruz, de Renilda Cruz e de Karen Cruz, mulheres que se fortalecem na coletividade, na parentela, na identidade e na relação com a terra e o território. Portanto, as novas gerações têm referências e se inspiram nelas, como relata Renilda Cruz:

> É... Eu acho que sim, uma coisa que, assim, me dá muita força, é... diante dessa realidade que a gente vive, né, de retirada de direitos, de quererem apagar nossa história, é... eu olhar para essas mulheres que me antecederam, desde minha bisavó, né, vovó Tutu, né, como eu falei... que é a parteira que eu não me lembro o nome dela nesse momento... desde mainha, de Silveria, de tia Crispina, desse pessoal, na sua simplicidade, eles construíram nossa história, é... de vovó Emília – que eu não conheci, mas que deixou, também, o seu legado como mulher, como esposa de vovô Luís – que nos ensinou também, essa questão da família, da valorização da família, né, do trabalho solidário[86].

A partir de sua fala, a depoente expressa e reconhece sua ancestralidade, sabe de onde vem o seu pertencimento. Diante de um Estado que nega e invisibiliza a história e os direitos quilombolas, as mulheres se fortalecem nos passos daquelas que lhes antecederam e permanecem na organização da luta. Por isso, Nina diz: "diante de tudo que já foi feito lá atrás, eu não posso desistir. Por eles, eu não posso desistir, por mim eu não posso desistir, pelas novas gerações que estão vindo agora, eu não posso desistir".[87] Assim, elas se levantam e se juntam para reconstruir e refazer, de outros modos, com outras possibilidades, reelaborando suas existências.

Dessa forma, percebemos a atuação e a presença das mulheres quilombolas em seus territórios, destacando-se na manutenção da luta. No entanto, ainda assim, como ressalta Silva (2020), elas seguem sendo ignoradas e silenciadas nos debates teóricos, incluindo as teorias feministas, que não contemplam suas realidades, demandas e pautas. Devido a isso, a autora ressalta que precisamos saber quem são essas mulheres, como vivem e se organizam e quais são as suas necessidades específicas, para, assim, pensar em uma construção teórica que atenda às suas particularidades, refletindo seu lugar de fala (Silva, 2020).

---

[86] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.
[87] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.

Ainda, em sua tese intitulada *O quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres-luta e resistência quilombola*, Silva (2022) desenvolve a ideia do feminismo negro quilombola, anunciando as formas de organização da luta das mulheres negras quilombolas e suas especificidades, que estão atreladas aos seus territórios. Nesse contexto, destaca o fazer coletivo, que busca a dignidade para seus corpos e de todas e todos que integram o quilombo. Assim, inseridas em uma sociedade colonizada e hierarquizada, opõem-se contra esse sistema, combatendo, principalmente, as opressões de raça e gênero.

> Dessa forma, reconhecer e valorizar as ações políticas das mulheres quilombolas, o trabalho e as lutas coletivas, o território como ponto de referência da existência e resistência, a escuta aos mais velhos e às crianças, a crença nas vivências e curas tradicionais, a valorização dos conhecimentos e dos espaços de produção destes, a relação e respeito com os sagrados coletivos e individuais, a educação como ferramenta de luta política em defesa da vida no/do território e suas pertenças ancestrais e as ações coletivas de homens e mulheres em defesa de seus territórios são condições e fundamentos do feminismo negro quilombola (Silva, 2022, p. 342).

Desse modo, o coletivo das mulheres quilombolas de Lagoa Grande segue elaborando seus modos de viver. Aqui, daremos destaque a uma das suas dinâmicas organizativas, o grupo Sabores do Quilombo, composto por doze mulheres, no ano de 2016, vinculado à proposta da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS). Elas comercializam alimentos na cantina do módulo I da UEFS, participando do projeto de extensão Cantina Solidária III, objetivando a ampliação de fonte de renda para si e suas famílias. No início, as primeiras reuniões do grupo, geralmente, eram na propriedade de Dona Maria Cruz, espaço que sempre acolheu as atividades coletivas do território (Souza, 2019).

É imprescindível reforçar que os saberes dessas mulheres quilombolas se centram no coletivo, visando o bem comum, visto que, desde as décadas de 1970 e 1980, já mobilizavam ações nesse sentido, como a fundação e desenvolvimento da Aqcomaq, a roça comunitária e o projeto da Farmácia Viva e Seca, já mencionados nos capítulos anteriores. Nessas vivências, também podemos perceber elementos constitutivos do feminismo negro quilombola, a coletividade e a ancestralidade (Silva, 2022), os quais são evidenciados na fala de Renilda Cruz, quando explica o que é ser quilombola para ela:

> Ó, pró... ser quilombola, para mim, é a gente **viver em função do coletivo**; ser quilombola, para mim, é a gente **valorizar a nossa cultura**, a nossa existência; **saber que a gente tem uma parentela, saber que a gente não está só**, que na hora que a gente precisar, a gente vai ter alguém para dar a mão; ser quilombola, para mim, é valorizar a questão cultural, o meio ambiente, valorizar o espaço onde nós estamos, a nossa existência; então, ser quilombola, para mim, é sorrir, né, mesmo em meios às dificuldades, em meio aos desafios, em meio aos preconceitos, o racismo que a gente tem enfrentado, das pessoas quererem nos invisibilizar, mas **a gente não abaixar a**

> **cabeça**; ser quilombola **é lutar pelos nossos direitos**; ser quilombola **é resistência**.[88] (**G**rifos nossos.)

Por fim, destacamos que as mulheres quilombolas de Lagoa Grande seguem reelaborando seus modos de viver, ser e fazer, apoiando umas às outras e aos outros, honrando aquelas/es que vieram antes e reconstruindo suas histórias. Aqui evidenciamos os caminhos entrelaçados pelas três gerações da família Cruz dos Santos, nas figuras de Dona Maria Parteira, Renilda Cruz e Karen Cruz. Portanto, durante o processo, observamos que as práticas do cuidado, desenvolvidas pela matriarca, vêm impulsionando as trajetórias da filha e da neta, afetando suas subjetividades, suas existências e reafirmando o compromisso com a luta comunitária.

[88] Entrevista realizada com Renilda Cruz dos Santos e Santos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nesta etapa da pesquisa, olho o meu percurso, que foi marcado por desafios, encontros, escutas, afetos e muito diálogo. Momentos singulares e regados de compartilhamentos foram construídos nas casas das personagens do estudo, enquanto realizávamos as entrevistas. Em cada rememoração, expressavam sentidos de suas vivências e saudades de tempos idos, guardados em suas memórias afetivas. Nas lembranças das mulheres quilombolas entrevistadas, vieram os espaços da roça comunitária, da Farmácia Viva e Seca, da escola, da casa de farinha, da associação, bem como de outros lugares da vida cotidiana, de afetos e de sociabilidades, nos quais teceram histórias costuradas pela prática do cuidado de si e da/o outra/o na territorialidade de Lagoa Grande.

Por esse viés, suas narrativas são, também, atravessadas por dores e lutas, que, muitas vezes, começaram ainda na infância. Em função disso, não foram nada fáceis de recordar, pois remetiam ao trabalho duro da enxada, às perdas das figuras maternas e às adversidades cotidianas vividas pelas mulheres do campo. Em nossos diálogos, fui me entrelaçando com os fios de suas histórias e exercitando uma escuta sensível, na qual procurei construir uma forma de produzir ciência alinhada com as vozes da comunidade, das/os sujeitas/os subalternizadas/os que têm muito a falar e a nos ensinar sobre seus modos de viver, ser, fazer e estar no mundo, basta saber ouvi-las/os. Neste fazimento, percebia que estava me conectando com um território de afetos (Almeida, 2022) revivido pelas histórias de vida de mulheres exemplares, como Silveria, Maria Cruz, Maria de Lourdes, Maria das Graças, Crispina Vitória e tantas outras que contribuíram com a construção desta narrativa.

Diante disso, estabeleci um diálogo fluido com as/os moradoras/es, permanecendo muito atenta às suas falas e necessidades. Assim, fui convocada para um desafio: a elaboração da cartografia social do território quilombola de Lagoa Grande – elemento que expressa a configuração da identidade, da luta e da defesa desse espaço. Foi um significativo trabalho coletivo, no qual construímos juntas/os essa ferramenta, que, atualmente, está contribuindo para a preservação do território, frente aos conflitos ambientais gerados pela implementação das linhas de transmissão de energia e subestações nas áreas de comunidades tradicionais do Portal do Sertão, como também nas questões referentes à titulação das terras.

Este trajeto, no entanto, também foi marcado por obstáculos, pois precisei interromper a construção da narrativa, por conta de alguns problemas de saúde que me afetaram. Naquele momento difícil, a minha rede de apoio – a família, as/os amigas/os, a orientadora e a

comunidade de Lagoa Grande – foi imprescindível, tendo em vista que pude me fortalecer para retomar o processo de construção deste trabalho.

Desse modo, recomeçar exigiu repensar o que me levou, o que me instigou, o que me moveu a tecer os fios das histórias das figuras femininas do quilombo. Então, foi necessário estabelecer uma conexão física e espiritual com as pessoas que integram o território quilombola. Estar no terreiro da casa de Isabel dos Santos de Jesus, em compartilhamento, no sentido que o Mestre Nêgo Bispo nos propõe, como também receber as benzeções das mãos de Franscisco Pereira, conhecido por "Seu Veio", foram impulsos de reenergização e encorajamento, para que eu pudesse fechar este ciclo.

Nessa perspectiva, destaco que a ética amorosa, proposta por hooks (2021), atravessou todas as páginas desta pesquisa, escritas e pautadas pela cultura do cuidado, a qual exige um fazer social, político e ancestral. O ato da escuta, da atenção, da cumplicidade e da benzeção gera o fortalecimento do viver em comunidade, o desejo do bem-estar da/o outra/o, criando vínculos afetivos. Dessa forma, fui e continuo sendo afetada pelos modos de ser das mestras e dos mestres do quilombo, que nos ensinam, por meio de suas trajetórias, que as práticas tradicionais de cuidado curam o corpo e a alma, assim como fomentam novas possibilidades de construção de sociedade.

Os saberes e fazeres das mulheres do território de Lagoa Grande configuram a base do quilombo. Seus modos de agir e se expressar dialogam com o que Nascimento (2022, p. 158) nos chamou atenção, sobre a concepção de guerra da mulher "que é parecida com essa concepção de guerra do quilombo. A guerra está existindo, mas nós estamos cuidando dos filhos, cuidando da plantação, cuidando disso, cuidando das armas". Enfim, no exercício constante do cuidado de si e da/o outra/o, elas entendem, como já citei anteriormente, "que o outro é aquele que está ao seu lado, o outro é aquele que você segura, o outro é aquele, inclusive em termos de posição de mãos, é aquele que você suporta" (Nascimento, 2022, p. 157).

Em vista disso, percebemos que essas figuras femininas teceram fios de saberes, práticas e ofícios que compõem o tecido social, cultural e patrimonial local, constituindo-se como verdadeiras bibliotecas vivas, que devem ser valorizadas dentro e fora da comunidade. Vale ressaltar, inclusive, que, no dia 9 de maio deste ano – 2024 –, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconheceu o ofício, os saberes e as práticas das parteiras tradicionais enquanto patrimônio cultural do Brasil, oportunizando que o povo brasileiro reconheça tais saberes ancestrais como bens imateriais que integram a história do nosso município, do nosso estado e do nosso país.

Em Lagoa Grande, o legado dessas mulheres repercute na nova geração, entre suas netas, seus netos, suas filhas, seus filhos, suas sobrinhas e seus sobrinhos, ou seja, em toda a comunidade amorosa (hooks, 2021) do quilombo. A preservação desse legado sinaliza a continuidade da luta, da resistência e da manutenção, bem como destaca a valorização dos saberes e das tradições locais, honrando as/os que vieram antes, por meio da construção do coletivo Movimenta Juventude Lagoa Grande.

Nesse sentido, elas/es estão tecendo ações comunitárias para o fortalecimento da identidade quilombola e do vínculo com o território e a ancestralidade. Assim, estão organizando a I Pré-jornada de Agroecologia da Juventude do Território de Lagoa Grande, intitulada "Eu sou a continuação de um sonho: das águas das lagoas emergem jovens guardiões pela defesa do território", que será realizada entre os dias 6 e 9 de junho de 2024, alinhada à rede Teia dos Povos – BA (Figura 23).

Figura 23 - Card da Pré-jornada de Agroecologia da Juventude de Lagoa Grande

Fonte: Movimenta Lagoa Grande (2024).

O card acima apresenta as singularidades do quilombo de Lagoa Grande, notadas pelos traçados das linhas de saberes, fazeres e lutas que compõem as tramas do tecido social local. Por meio disso, percebemos, no entrelaçar das mãos femininas, o pulsar da ancestralidade, sustentada pela sabedoria das mestras da comunidade, despertando para as novas gerações atos possíveis de rebeldia, "o começo, o meio e o começo de novo", como já dizia Nêgo Bispo (Santos, 2022). As Silverias, as Marias e as Crispinas instigam, pelas suas trajetórias, a continuidade das práticas e táticas de reexistências, necessárias aos enfrentamentos atuais.

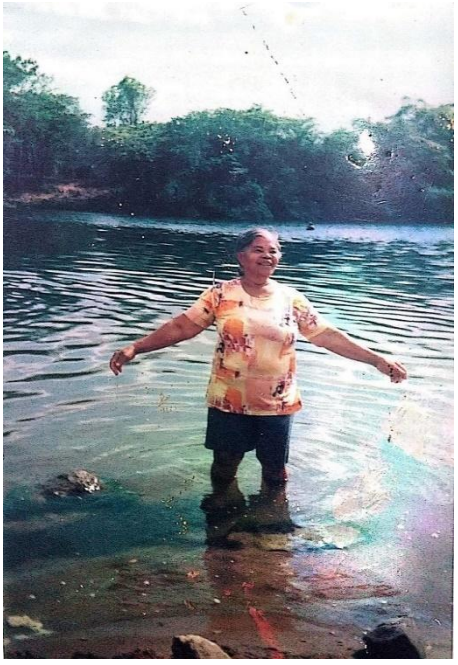
Jonas Ribeiro Chagas, conhecido como JXNV$, e Abebe Bikila Costa Santos, conhecido como BK', rapper, escritor e compositor brasileiro, no seu álbum *Icarus*, de 2022,

na faixa “Continuação de um sonho”, expressam o reconhecimento pelos seus antepassados, legitimando suas lutas por meio de suas ações e conquistas: “eu sou a continuação de um sonho/ da minha vó, do meu vô/ quem sangrou pra gente poder sorrir” (Continuação [...], 2022, p. 1). Esses versos são ecoados nas vozes da geração avó das terras de Lagoa Grande, afirmando:

> O broto rompeu a casca da semente do Baobá. Anos de orientações e ensinamentos, condensaram um desejo enorme de mudança. Somos frutos de várias mãos, vozes e corações. Uma potência de força sustentada na espiritualidade e na sabedoria dos grandes sábios da comunidade, mestres e mestras que nos antecederam, deixando em nós a garra de lutar por dias melhores. Nosso coletivo tá nascendo de mãos jovens e sonhadoras, forte e potentes (Movimenta Lagoa Grande, 2023, p. 1).

Compreendemos, nessas linhas, que as lutas, os sonhos e os desejos das/os mais velhas/os são honrados pela nova geração. As Tamilles, as Karens, as Emanuelles, os Eduardos, os Ayrtons, as Júlias e tantas/os outras/os sinalizam a continuação da reexistência, ancorada pelos saberes e práticas tradicionais, e principalmente pela força e pelo protagonismo feminino que emergem das águas da Lagoa Grande, representadas na Figura 24.

Figura 24 - Dona Crispina Vitória dos Santos – Lagoa Grande



Fonte: acervo pessoal da família de Dona Crispina Vitória dos Santos ([199-]).

Assim, Dona Crispina Vitória ergue os braços para celebrar a fartura da lagoa, esperançando dias melhores, ensinando atos de rebeldia e ofertando às/aos filhas/os, netas/os, sobrinhas/os e a toda a comunidade o legado dos saberes ancestrais cultivados por ela e tantas outras que compõem a história desse território de afetos e de poderes.

FONTES

Fontes escritas

AQCOMAQ. **Ata da Aqcomaq nº 8**. 1975. 1 figura.

AQCOMAQ. **Ata de nº 41, de reunião da Aqcomaq, no dia 16 de setembro de 1979**. 1979. 1 figura.

AQCOMAQ. **Ata de fundação da Associação Quilombola Comunitária de Lagoa Grande**. 1974. 1 figura.

Relatório Anual do Movimento de Organização Comunitária, 1985a.

Relatório Anual do Movimento de Organização Comunitária, p. 15-16, 1986.

Relatório Anual do Movimento de Organização Comunitária, p. 19-20, 1987.

Relatório de Avaliação Interna do Movimento de Organização Comunitária, 1985b.

Relatório do Movimento de Organização Comunitária, 1974.

Relatório do Movimento de Organização Comunitária, 1975.

Relatório do Movimento de Organização Comunitária, p. 19, 1980.

Relatório do Movimento de Organização comunitária, p. 39, 1987.

Fontes iconográficas

AQCOMAQ. **Primeira Feira Quilombola** – comunidade de Lagoa Grande. 2022. 1 fotografia.

MOC. **Criatório de suínos na propriedade de Dona Crispina Vitória dos Santos, na comunidade de Lagoa Grande**. [1986]. 1 fotografia.

MOC. **Eduardo Pereira dos Santos fazendo compostagem em sua propriedade, na comunidade de Lagoa Grande**. [1985]. 1 fotografia.

MOC. **Farmácia Viva, no quintal produtivo de Dona Crispina Vitória**. 1980. 1 fotografia.

MOC. **Mobilização das/os camponesas/es em Salvador**. [1987]. 1 fotografia.

MOC. **Prédio antigo da Aqcomaq** – Reunião do Clube das Mães, década de 1980. [198-]. 1 fotografia.

MOC. **Projeto da associação com as crianças da comunidade**. 1984. 1 fotografia.

SANTOS, Silveria Almeida. **Roça Comunitária** – Associação Quilombola Comunitária de Maria Quitéria. [1979]. 1 fotografia.

Fontes orais

BAPTISTA, Naidison. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 26 out. 2021.

SANTOS, Crispina Vitório dos. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 9 out. 2021.

SANTOS, Eduardo Pereira dos. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. 08 maio 2017.

SANTOS, Isabel de Jesus Santos dos. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. 29 ago. 2022.

SANTOS, Maria Cruz dos. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 28 ago. 2021.

SANTOS, Maria das Graças Almeida. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 6 nov. 2021.

SANTOS, Maria de Lourdes Soares dos. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 25 set. 2021.

SANTOS, Renilda Cruz dos Santos e. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 17 jun. 2022.

SANTOS, Silveria Almeida. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 11 set. 2021.

SILVA, José Caciano Pereira da. Feira de Santana. Entrevista concedida a Sandra Cristina Queiroz Pinheiro. Feira de Santana, 10 mar. 2017.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. *In*: ACSELRAD, Henri. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. p. 15-40.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias Dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SOUZA, Evergton Sales; BELLINI, Lígia (org.). **Tecendo Histórias**: espaço, política e identidade. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-26.

ALMEIDA, Mariléa. **Devir quilomba**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territorialidade Quilombola**: Fotos & Mapas. Brasília, DF: Mapas Editora & Consultoria, 2011.

AQCOMAQ. **Ata de nº oito (8)**. Lagoa Grande: Aqcomaq, 1975.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia. **Ensaios Filosóficos**, [*s. l.*], v. 14, dez. 2016.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. Lugares de reexistência: a narrativa de uma mulher chamada Dona Augusta. *In*: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (org.). **Das margens**: lugares de rebeldia, saberes e afetos. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 67-83.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **A paisagem urbana e o homem**: memórias de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2006.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2021. p. 219-249.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 227, p. 4-5, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC; Secadi, 2012. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela. *In:* DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 45-50.

CONTINUAÇÃO de um sonho. [Compositores e intérpretes]: Abebe Bikila Costa Santos; Jonas Ribeiro Chagas. São Paulo: Warner Chappell Music, 2022. 1 música (4 min).

CPISP. Lagoa Grande e Matinha. **Comissão Pró-Índio de São Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em: https://cpisp.org.br/lagoa-grande-e-matinha/. Acesso em: 21 set. 2023.

DAMASCENO, Karine Texeira. Mulheres negras na linha de frente da luta por liberdade. *In*: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (org.). **Mulheres negras em perspectiva**: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX). Feira de Santana: UEFS Editora, 2021. p. 321-348.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 25-44.

ENEKI. Sobre o evento. **IV ENEKI**, Belém, 2023. Disponível em: https://doity.com.br/iv-eneki#registration. Acesso em: 15 set. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FCP. **Certificação Quilombola**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2022. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-22042021.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 205-220, 2007.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima; SOUZA, Adriana Pedreira de; PINHEIRO, Sandra Cristina Queiroz. História e memória: tecendo caminhos do documentário *Os Guardiões da Lagoa*. *In*: MOLINA, Ana Heloisa; LUZ, José Augusto Ramos da (org.). **Museus e lugares de memória**. Jundiaí: Paco, 2018. p. 19-40.

FERREIRA, Girlene da Cruz. **Os meninos à volta da fogueira**: memórias e narrativas de pretos do quilombo Lagoa Grande. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medina Impopular: Ciência Médica e Medicina Popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). *In*: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 101-122.

FERREIRA, Tamille dos Santos. **O benzimento enquanto prática de cuidado na comunidade quilombola de Lagoa Grande**. 2024. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

FIABANI, Adelmir. Mulheres quilombolas. *In:* FABIANI, Adelmir; MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva; GOMES, Ana Beatriz Sousa (org.). **Do pilão ao batom**: histórias de mulheres quilombolas. Curitiba: CRV, 2017. p. 13-25.

FONSECA, Francisca das Virgens. **Os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas**: o caso da Fazenda Candeal II. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1374. Acesso em: 8 mar. 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 127-138.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

GONZÁLEZ, Lélia. **Mulher negra**. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 94-111.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: UNESCO. **História geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 167-212.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE. Territórios Quilombolas oficialmente delimitados 2022. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Quilombolas_Primeiros_resultados_do_universo/Cartogramas/Cartograma_01_TQs_oficialmente_delimitados_2022.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LAGOA GRANDE (Feira de Santana). **Cartografia social do território de Lagoa Grande**. Feira de Santana: Aqcomaq, 2022. 1 mapa. Escala 1:45.000.

MARTINS, Mirian Teresa de Sá Leitão. A arte de trazer a vida pelas mãos. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Correa (org.). **Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2020. p. 135-157.

MENDONÇA, Lívia de Carvalho. **Escrevivendo escrita de remanescentes quilombolas no domínio escolar e na vida cotidiana**: uma abordagem dialógica. 2014. 250f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, PUCRS; UNEB, Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2189. Acesso em: 13 out. 2022.

MENEZES, Izabel Dantas de. Sabenças passadas na Comunidade Tradicional de Fecho de Pasto. *In*: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (org.). **Das margens**: lugares de rebeldias, saberes e afetos. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 289-305.

MOC. **Movimento de Organização Comunitária**. Feira de Santana: MOC, 2022. Disponível em: https://www.moc.org.br/sobre. Acesso em: 15 set. 2022.

MOC. **O MOC na linha do tempo**: 40 anos por um sertão justo. Feira de Santana: Movimento de Organização Comunitária, 2007.

MOC. **Plantas Medicinais**: relembrando o que se vai esquecendo. Feira de Santana: MOC, 1984.

MOVIMENTA LAGOA GRANDE. **O broto rompeu a casca da semente do Baobá** [...]. Feira de Santana. 28 dez. 2023. Instagram: @mov.lagoagrande. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C1ZjAYauB2r/?igsh=Nmo4aWNyZnBidTQ2. Acesso em: 18 maio 2024.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. "Quilombos": Mudança social ou Conservantismo? *In*: UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 66-79.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Marcha de 1988. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. Organização Alex Ratts. São Paulo: Ubu, 2022, p. 150-165.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O papel da mulher nos quilombos brasileiros resistência e vida [Projeto]. *In*: UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 40-42.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a. p. 37-46.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombos: Mudança social ou conservantismo? *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021b, p. 120-137.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. **A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses**: um estudo nas microrregiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia. 1987. 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2198. Acesso em: 15 out. 2022.

OLIVEIRA, Rosy de. **O Barulho da terra**: Nem Kalunga nem camponeses. Curitiba: Progressiva, 2010.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. *In*: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 307-330.

PITA, Flávia Almeida. **Com que roupa eu vou pro samba que você (não) me convidou?**: Entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

PORTELLI. Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 59-72, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf. Acesso em: 7 out. 2022.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Escutas sensíveis, vozes potentes**: diálogos com mulheres que nos transformam. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. *In*: OLIVA, Anderson Ribeiro *et al*. **Tecendo redes antirracistas**: Áfricas, Brasis, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 23-35.

SANTOS, Denilson Lessa. **Nas Encruzilhadas da cura**: crenças, saberes e diferentes práticas curativas- Santo Antônio de Jesus - Recôncavo Sul - Bahia (1940-1980). 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

SANTOS, Renilda Cruz dos Santos e. **Saberes quilombola e os desafios na integração entre comunidade e escola no processo de efetivação da Educação Escolar Quilombola em Lagoa Grande (Feira de Santana-BA)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Inovação Social) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Serrinha, 2019.

SILVA, Givânia Maria da. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 51-58.

SILVA, Givânia Maria da. **O quilombo de Conceição das Crioulas**: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola. 2022. 385 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.

SILVA, Joselice Souza da. **Afrocentricidade um caminho**: histórias e vivências de mulheres negras intelectuais da comunidade quilombola Lagoa Grande em Feira de Santana-Bahia. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

SOARES, Beatriz dos Santos; ARAÚJO, Julianna da Silva; LIMA, José Raimundo de Oliveira; OLIVEIRA, Elízia Priscila Souza de. Identificação e Catalogação de espécies de plantas medicinais presentes nas comunidades atendidas pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS). **Revista Mbote**, Salvador, v. 2, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/10187. Acesso em: 18 set. 2022.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, 1996. DOI: 10.9771/aa. vOi17.20856. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20856. Acesso em: 24 jun. 2022.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/79280. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, [*s. l.*], v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **Travessias e tramas**: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – Bahia (1888-1930). Salvador: EdUNEB, 2016.

SOUZA, Paloma Santana de. **"A cozinha vai falar, e numa boa"**: Experiência e reflexão sobre o processo de trabalho do grupo Sabores do Quilombo. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

SOUZA, Railma dos Santos. **Memória e história quilombola**: experiência negra em Matinha dos Pretos e Candeal. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016. Disponível em: https://ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/Railma_dos_Santos_Souza_-_disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

SPYER, Tereza; MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, María Camila. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. **Epistemologias do Sul**, [*s. l.*], v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019.

TEIA DOS POVOS. Não à linha de transmissão de energia: soberania dos povos e defesa do território em Feira de Santana e Antônio Cardoso. **Teia dos Povos**, [*s. l.*], 6 out. 2021. Disponível em: https://teiadospovos.org/nao-a-linha-de-transmissao-de-energia-soberania-dos-povos-e-defesa-do-territorio-em-feira-de-santana-e-antonio-cardoso/. Acesso em: 20 set. 2023.

TEIA DOS POVOS. O novembro negro e a demarcação do Quilombo da Lagoa Grande. **Teia dos Povos**, [*s. l.*], 2020a. Disponível em: https://teiadospovos.org/o-novembro-negro-e-a-demarcacao-do-quilombo-da-lagoa-grande/. Acesso em: 19 set. 2023.

TEIA DOS POVOS. Sobre. **Teia dos Povos**, [*s. l.*], 2020b. Disponível em: https://teiadospovos.org/sobre/. Acesso em: 20 set. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Feminismos aprendentes: saberes, afetos e rebeldias. *In*: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (org.). **Das margens**: lugares de rebeldias, saberes e afetos. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 29-46.